

UFRRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DISSERTAÇÃO

**A produção das mortes e a ocultação dos cadáveres: um estudo sobre as
valas clandestinas na Baixada Fluminense**

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

A produção das mortes e a ocultação dos cadáveres: um estudo sobre as valas clandestinas na Baixada Fluminense

Augusto Torres Perillo

Sob a orientação da Professora
Dra. Nalayne Mendonça Pinto

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Seropédica, RJ

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P441p Perillo, Augusto Torres, 1995-
A produção das mortes e a ocultação dos cadáveres:
um estudo sobre as valas clandestinas na Baixada
Fluminense / Augusto Torres Perillo. - Seropédica,
2025.
110 f.: il.

Orientadora: Nalayne Mendonça Pinto.
Coorientadora: José Cláudio Souza Alves.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais, 2025.


1. Vala Clandestina. 2. Baixada Fluminense. 3.
Necropolítica. I. Pinto, Nalayne Mendonça, 1974-,
orient. II. Alves, José Cláudio Souza, 1962-,
coorient. III Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.
IV. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**


Augusto Torres Perillo

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Ciências Sociais.


DISSERTAÇÃO APROVADA EM 25/02/2025

Documento assinado digitalmente
 **NALAYNE MENDONÇA PINTO**
Data: 01/04/2025 08:35:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Nalayne Mendonça Pinto. Dra. UFRRJ (orientadora)

Documento assinado digitalmente
 **FABIO ALVES ARAUJO**
Data: 01/04/2025 07:50:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Fábio Alves Araújo. Dr. Fiocruz

Documento assinado digitalmente
 **LILIANA LOPES SANJURJO**
Data: 31/03/2025 21:46:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Liliana Lopes Sanjurjo. Dra. UERJ

Agradecimento:

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Em primeiro lugar, meus agradecimentos à socióloga e minha orientadora Profa. Dra. Nalayne Pinto que transformou isso possível a partir do diálogo, paciência e dedicação e que foi fundamental para a minha formação enquanto sociólogo. Para além do mundo acadêmico, posso afirmar que saio do PPGCS da UFRRJ com uma amiga.

Também agradeço ao sociólogo Prof. Dr. José Cláudio Alves que apostou em mim ao me convidar para o projeto de pesquisa sobre mapeamento exploratório de pessoas desaparecidas na Baixada Fluminense. Graças a essa pesquisa tive contato com o tema que me norteia enquanto profissional e ser humano. E, também graças a pesquisa, carregarei para a vida as amigas de Jaqueline Gomes, Adriano Araújo, Lorene Maiana, Amanda Covelo, Lucas Nogarole, Lucas Conti, Rafaela Batista Gabriel Souza, Joseane Lima, William Ferreira, João Calebe, Luciana Fernandes, Marcelo Princeswal, Bernardo Suprani.

Um grande obrigado para os trabalhadores do PPGCS, em especial o paciente Lima, a dona Rosa, ao “vascaíno” e ao “botafoguense” pelo zelo ao espaço e pelas trocas que descontraíram as manhãs quentes de Seropédica.

Agradeço a antropóloga Isabella Guimarães que dividiu inquietações, me amou, me ensinou mais sobre teoria feminista, sobre afeto como política e política como trabalho acadêmico. Foi muito importante aprender com a sua determinação e miudezas nesse processo solitário e doloroso de escrita.

À minha mãe Neuza Maria os meus agradecimentos por sempre dizer que poderiam tirar tudo de mim, menos o conhecimento. A sua aposta na educação para superar a mediocridade imposta na Baixada Fluminense como caminho de vida foi vital. Obrigado pelo afeto, abrigo e apoio durante o mestrado. Assim como agradeço o meu padrasto Marco Camurça pela compreensão, favores e amizade que azeitaram a estrada até aqui e o meu irmão William e seu afeto.

Agradeço meus amigos Leonardo Santiago, Luan Gomes, Rodrigo Garcia, Gabrielle Magalhães, Cynthia Vallim, Michael Batista, Amsatou Diop, Andreza Carvalho Laura Guimarães, Carol Costa, Caio Mattos, William Faria, Regina Pitta, Yuri Monteiro, Lucas Farias, Pedro Barreto, Ane Salazar, Peter Leiva, Beatriz Nascimento, Paulo Reis Theo Almeida, Diego Peclat e alguns mais que foram fundamentais afetuosamente para que a peteca não caísse.

“As vítimas não encontradas somos todos
nós
Os que não demos adeus e nem rezamos
Nos cemitérios clandestinos da justiça” -
Marcelo Yuka

Resumo

A presente dissertação tem como objeto de análise as valas clandestinas na Baixada Fluminense (Rio de Janeiro), a pesquisa busca discutir junto a bibliografia das ciências sociais o que são valas clandestinas, popularmente chamados de cemitérios clandestinos, e quais funções cumprem em uma sociedade clivada por raça, classe e gênero e marcada pela alta letalidade violenta. A pesquisa busca construir e analisar mapas georreferenciados elaborados a partir de uma leitura sistemática do banco de dados do Disque Denúncia em que as denúncias sobre valas clandestinas foram selecionadas no período de 2016 a 2020, e as localizações foram *plotadas* em mapas no *My Maps* para melhor compreensão do fenômeno de desaparecer corpos na Baixada Fluminense (RJ). A pesquisa busca ainda descrever e classificar as técnicas, modos e procedimentos utilizados pelos criminosos e grupos armados com domínio de território para desfazer-se de corpos e que foram registradas nas denúncias anônimas. Existe um extenso repertório de poderes e saberes dos governos do crime e do próprio Estado para a gestão da vida e da morte em que as valas clandestinas se apresentam como uma técnica de terror compartilhada por esses diferentes atores que ora disputam entre si e ora se unificam para expansão ou manutenção das suas governanças, neste caso, na Baixada Fluminense.

Palavras-chave: Valas clandestina; Baixada Fluminense; Necropolítica.

Abstract

The present dissertation focuses on the analysis of clandestine graves in Baixada Fluminense (Rio de Janeiro). The research aims to discuss, alongside the social sciences bibliography, what clandestine graves—commonly referred to as clandestine cemeteries—are and what roles they play in a society divided by race, class, and gender and marked by high violent lethality. The study seeks to construct and analyze georeferenced maps based on a systematic review of the Disque Denúncia database, selecting reports on clandestine graves from 2016 to 2020 and plotting the locations on My Maps for a better understanding of the phenomenon of disappearing bodies in Baixada Fluminense (RJ). Furthermore, the research aims to describe and classify the techniques, methods, and procedures used by criminals and armed groups with territorial control to dispose of bodies, as reported in anonymous complaints. There exists an extensive repertoire of powers and knowledge from both the "governments of crime" and the State itself for managing life and death, in which clandestine graves serve as a shared technique of terror employed by these different actors, who sometimes compete and sometimes collaborate to expand or maintain their governance—in this case, in Baixada Fluminense.

Keywords: Clandestine Graves; Baixada Fluminense; Necropolitics.

Lista de ilustrações:

Gráficos

- Gráfico 1** – Gráfico dos municípios da Baixada Fluminense que mais contabilizaram mortes por agentes do Estado entre 2016 a 2020. ----- 60
- Gráfico 2** – Gráfico dos municípios da Baixada Fluminense que mais contabilizaram homicídios dolosos entre 2016 a 2020. ----- 61

Mapas

- Mapa 1** - Mapa de Valas Clandestinas em Duque de Caxias e Belford Roxo no ano de 2016. *Print Screen do Google Maps.* ----- 51
- Mapa 2** - Mapa de Valas Clandestinas em Duque de Caxias e Belford Roxo nos anos de 2017. *Print Screen do Google Maps.* ----- 52
- Mapa 3** - Mapa de Valas Clandestinas em Duque de Caxias e Belford Roxo no ano de 2018. *Print Screen do Google Maps.* ----- 53
- Mapa 4** - Mapa de Valas Clandestinas em Duque de Caxias e Belford Roxo no ano de 2019. *Print Screen do Google Maps.* ----- 54
- Mapa 5** - Mapa de Valas Clandestinas em Duque de Caxias e Nova Iguaçu no ano de 2020. *Print Screen do Google Maps.* ----- 55
- Mapa 6** - Mapa de calor dos municípios da Baixada Fluminense de taxa por 100 mil habitantes de homicídios praticados por agentes do Estado entre 2016 a 2020. ----- 59
- Mapa 7** - Mapa de calor dos municípios da Baixada Fluminense de taxa por 100 mil habitantes de homicídios dolosos entre 2016 a 2020. ----- 62

Tabelas

- Tabela 1** – Distribuição da quantidade total de denúncias sobre valas clandestinas por municípios da Baixada Fluminense por ano. ----- 45
- Tabela 2** – Ordenação das ferramentas, técnicas e motivações aferidos no banco de dados do Disque Denúncia para a fabricação de valas clandestinas por grupos criminais nos territórios de Duque de Caxias e Belford Roxo. ----- 94

Lista de siglas:

CV – Comando Vermelho

DD – Disque Denúncia

FGB – Fórum Grita Baixada

PCC – Primeiro Comando da Capital

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

TCP – Terceiro Comando Puro

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Sumário

Introdução	14
1.0 A construção das valas clandestinas na bibliografia	22
1.1 Raízes históricas: escravidão, cemitérios indígenas, higienismo e extermínio povos originários à construção do presente	22
1.2 “Desaparecer é mais importante que a morte”: ditadura empresarial militar, forças policiais e a exportação de técnicas para o crime organizado	27
1.3 Os estudos da América Latina sobre valas clandestinas e modos de produzir a morte	31
1.4 A criação de valas clandestinas na produção jornalística:	34
1.4.1 Análise das entrevistas	36
2. Ouvindo histórias e construindo mapas: georreferenciamento de valas clandestinas a partir do DD	41
2.1 Como olhar os dados: aspectos metodológicos e construção do georreferenciamento ..	41
2.2 Caracterização dos municípios de Belford Roxo e Duque de Caxias:	45
2.3 Georreferenciamento:	49
3. Território, ferramentas e modos de desaparecer: imbricações analisadas no banco de dados do DD	56
3.1 Dinâmicas criminais: valas clandestinas como linguagem comum em Belford Roxo e Duque de Caxias	56
3.2 Modos de desaparecer.....	63
3.2.1 Clandestinidade:	65
3.2.2 Valas improvisadas	66
3.2.3 Cemitério Alternativo	68
3.2.4 Cemitério x Vala:.....	69
3.3 Ferramentas e técnicas de ocultação de corpos	72

3.3.1 Rios e valas.....	72
3.3.2 Casas, galpões, lojas e construções abandonadas.....	74
3.3.3 Poço	76
3.3.4 Matos e matagais	78
3.3.5 Veículos e saco preto	79
4. Submissão da vida às tecnologias de produção da morte: terror como dispositivo na Baixada Fluminense.....	81
4.1 Matar e ocultar.....	81
4.1.1 Utilização de animais	81
4.1.2 Carbonização e esquartejamento	82
4.1.3 Alvejamento por tiros	84
4.1.4 Não acesso ao corpo	85
4.2 Dispositivos de terror e morte	86
4.2.1 Disputa entre tráfico, polícia e/ou milícia	88
4.2.2 Feminicídio.....	90
4.2.3 Dívida.....	91
4.2.4 “X-9”	92
4.2.5 Violações contra crianças.....	93
5. Encontros possíveis entre Foucault, Mbembe, Agamben, Butler e Davis	95
6. Considerações finais.....	102
7. Referências Bibliográficas	104

Introdução

A presente dissertação é uma elaboração a partir de alguns lugares em que me inscrevo enquanto pesquisador, morador e militante de algumas lutas sociais do território da Baixada Fluminense. O ponto zero deste trabalho é analisar a Baixada Fluminense pela constituição da violência – em específico, do desaparecimento forçado – sem, todavia, reduzir o território a esse prisma. Afirmo isto porque me referencio em longuíssimos e importantes debates que ocorreram, especialmente na antropologia, a partir dos anos 1970 (Nascimento, 2019) sobre a importância de se mostrar quem é o pesquisador por detrás do texto.

Embora este trabalho não seja uma etnografia e a análise aqui contida se baseie em um banco de dados, sem alma e identidade, cabe relatar o quanto esse objeto está atrelado a minha experiência de vida. Ou seja, por morar desde que nasci na Baixada Fluminense, realizar andanças nos territórios e vivenciar nossas potências e limitações, por vários momentos me deparei com relatos de violências de no banco de dados do Disque Denúncia¹ que potencialmente se relacionavam com pessoas que, em algum momento, cruzei pelas ruas e vielas do território em que vivo. Encaro, portanto, este trabalho como um esforço de uma “perspectiva *mestiza*” (Anzaldúa, 2012) que a Silvana Nascimento descreve como:

Uma perspectiva mestiza, que nega o pensamento dualista, posiciona-se em um espaço intersticial, cujos elementos – pessoas, coisas, relações, linhas de vida, caminhos, experiências – compõem um caleidoscópio cheio de cores, tamanhos, formatos. Ao olharmos no visor desse caleidoscópio, diferentes peças coloridas, com variadas dimensões, formam imagens à medida que giramos o objeto para um lado e outro. De forma lenta, estrelas de muitas pontas, quadrados, losangos e outros formatos surpreendentes são criados, conforme o ângulo do objeto muda, de acordo com o movimento de nossas mãos nele. Essas múltiplas combinações ocorrem pelo reflexo da luz que incide sobre os espelhos ou vidros inclinados, em formato de triângulo, que se encontram no interior do objeto (Nascimento, 2019, p. 462).

Neste caleidoscópio, em que o antropólogo (neste caso, cientista social) não é um folha de papel em branco e seu corpo, com múltiplos atravessamentos, influencia quando ele está em campo, quando o campo não é uma comunidade, um território, um grupo social, mas relatos de denunciante que exprimem suas observações para um trabalhador que os anota em um banco de dados virtual, interpelando suas dores, sobre um território que você conhece, com pessoas

¹ O Disque Denúncia é uma central de atendimento criada em 1995 para receber denúncias anônimas por telefone e *Whatsapp* sobre ações criminosas e encaminhá-las rapidamente às autoridades competentes, promovendo integração entre a população e os órgãos de segurança pública. Com quase 3 milhões de denúncias registradas, opera em parceria com as Secretarias de Polícia Militar e Polícia Civil do Rio de Janeiro, cobrando e divulgando resultados. Apesar de seu impacto, não é um serviço governamental, mas uma iniciativa privada do Instituto MovRio, mantida por parcerias e contribuições de empresas.

que potencialmente te atravessaram em vivência, o relacionamento entre eu e o objeto estremece a rigidez do papel do cientista.

Descrevo, portanto, para melhor compreensão das páginas que se seguirão que a motivação para esta pesquisa surgiu em uma das muitas conversas com interlocutores e pares da academia, e, durante uma delas, testemunhei o relato de uma mãe que perdeu seu filho para a milícia na Baixada Fluminense. Era noite, estava calor, e a prosa sobre dores e desafios era o que nos norteava nessa sociedade brutal para os pobres. Neste relato, a mãe – cujo identidade permanecerá anônima para fins de sua segurança – nos contou que necessitou realizar a exumação de seu filho em um cemitério em que as covas eram administradas pela milícia que cobrava uma taxa, mais barata que a convencional de mercado, para enterrar pessoas. Muitas das vezes essas pessoas eram mortas pelos próprios milicianos. Na exumação, ela percebeu um buraco no crânio do esqueleto exumado e prontamente identificou, além desse detalhe, que não era o seu filho que estava naquela cova. O coveiro lhe disse que muito provavelmente ela estava certa visto que a rotatividade daquelas “vagas” era muito alta e não havia um controle administrativo apropriado por parte dos milicianos.

Ao ouvir tal relato, no qual o direito mais básico de dignidade humana — o de uma mãe poder ter seu filho em paz após a morte — lhe foi negado, surgiram em mim questionamentos sobre como somos capazes de produzir uma sociedade tão violenta, brutal e racista, o que me motivou a investigar as "razões" por trás de tal fenômeno.

A constituição de valas clandestinas se dá, geralmente, através do desaparecimento forçado² que é um mecanismo de terror que foi inicialmente instrumentalizado pelas ditaduras empresariais militares no cone Sul (Moreira, 2018). Para além da produção de violência, atualmente ela faz parte de uma semântica própria que rege formas de dominação territorial de grupos criminosos e criminais³ – facções do tráfico, milícias e agente do Estado (Araújo, 2016).

Na Baixada Fluminense, tráfico, milícia, polícia e contravenção ora se unem e ora disputam territórios resultando numa dinâmica criminal densa e específica. Como muitos desses atores criminosos estão por dentro da estrutura do Estado em diferentes esferas de poder, não é

² “Para os efeitos desta Convenção, entende-se por “desaparecimento forçado” a prisão, a detenção, o sequestro ou qualquer outra forma de privação de liberdade que seja perpetrada por agentes do Estado ou por pessoas ou grupos de pessoas agindo com a autorização, apoio ou aquiescência do Estado, e a subsequente recusa em admitir a privação de liberdade ou a ocultação do destino ou do paradeiro da pessoa desaparecida, privando-a assim da proteção da lei” (BRASIL, DECRETO 8767/2016).

³ Ao longo do texto, alternarei a identificação desses grupos entre “criminosos” e “criminais” compreendendo que os sufixos alteram os sentidos: criminosos indicam uma sujeição dos sujeitos a uma certa moralidade que o crime constitui na sociedade enquanto criminais indicam as práticas que são passíveis de punição pela lei.

possível determinar o que seria o Estado e grupos ilegais, formando uma zona cinza (Auyero, 2007).

Assim sendo, milicianos e “traficantes”⁴ disputam, mas também intercambiam técnicas repressivas e promotoras de repressão e extermínio com protagonismo do Estado brasileiro na organização da violência. O pesquisador Fábio Araújo (2016), que realizou um trabalho socioantropológico rigoroso ao pesquisar as tecnologias e o contexto, que ele denomina “prática-evento” dos desaparecimentos, aponta para a dificuldade de se conseguir dados sobre desaparecimento forçado pelo desinteresse proposital do Estado brasileiro sobre essa temática.

As pesquisadoras Maria e Eliana afirmam que “as diferentes tecnologias de desaparecer com corpos demandam ainda uma materialização institucional ampla e complexa, pautada em instituições, normas, leis, pessoas encarregadas, uma estrutura física e administrativa” (Hattori; Carneiro, 2020, p. 204). Embora a produção do desaparecimento forçado tenha encontrado, enquanto tecnologia, o seu aperfeiçoamento contra militantes políticos na ditadura empresarial militar, na República esse mecanismo continua ocorrendo contra populações específicas. Na ordenação da vida social, a partir da morte engendrada pela reprodução do capitalismo, se orienta políticas de extermínio sobre certas populações. No entanto, só é possível compreender tal lógica se compreendermos como as relações de poder se constituem em uma sociedade punitivista e que o corpo assume um papel central na mediação dos dispositivos de controle (Foucault, 2011).

O filósofo Rone Santos (2009) interpretou a obra de Foucault a partir de reflexões sobre o exercício do poder ao pontuar que foi da “disciplinarização dos corpos e o governo das almas que nasceu a concepção moderna de política” (Santos, 2010, p. 50). Isto é encontrado na obra do Foucault ao colocar em perspectiva a crise da forma de governo que ele denomina de “pastoral” advinda dos fundamentos cristãos, ou seja, “a ideia de um poder pastoral é a ideia de um poder que se exerce mais sobre uma multiplicidade do que sobre um território. É um poder que guia para um objetivo e serve de intermediário rumo a esse objetivo” (Foucault, 2008, p. 173). O poder pastoral é um poder que cuida do todo, do rebanho, mas também do específico, da ovelha. No processo de separação entre Igreja e Estado e o surgimento da ideia de populações, que as dimensões sobre como governa o outro, e, também, a si próprio ganham protagonismo.

⁴ Uso aspas porque é uma categoria popularmente difundida, mas pouco acurada para a realidade social do mundo do crime. Como afirmou o trabalho de Misse (2010), quando se trata, em especial, de jovens negros e pobres, há uma construção pejorativa que ele denomina de “sujeição criminal” que estigmatiza parcelas da sociedade. Considero que os comerciantes de drogas em escalas maiores, transnacionais, não sofrerão a mesma sujeição, portanto, não afirmarei que apenas um grupo social é, de fato, traficante.

A governamentalidade (Foucault, 2004), portanto, enseja um conjunto de práticas, saberes e dispositivos resultante desse processo histórico de aperfeiçoamento da arte de governar tanto populações como indivíduos. Portanto, a violência é inscrita como dispositivo em uma das formas de governar e está atrelada a criação de mecanismos que regulam a vida moderna. No contexto de governamentalidade, os desaparecimentos forçados podem ser entendidos como práticas intencionais ou sistemáticas que integram estratégias de poder de Estado ou de outros agentes, como milícias ou facções criminosas.

Embora, como será apresentado neste texto, é possível perceber que desde o nascedouro do Brasil a violência contra certos povos é um instrumento eficaz e inesgotável, na produção de uma sociedade moderna, instrumentalizada pela racionalidade, que dispositivos disciplinares terão importante papel para a manutenção de uma ordem hierárquica.

Ora, se, para garantir a superexploração característica dos países periféricos o Estado capitalista precisa ser violento e produzir dispositivos que assegurem a manutenção da ordem, é contra a população segregada do processo de cidadania, super explorada, que suas práticas estão voltadas. Portanto, são as populações negras, indígenas e pobres que são violentadas pelo Estado brasileiro, principalmente pela sua formação histórica escravagista e genocida.

Neste sentido, elaborar uma análise sobre valas clandestinas em um território periférico é se inserir no debate de produção do terror originado pelo capitalismo de negação da cidadania para povos e populações específicas. Em decorrência, produz-se a morte como instrumento estatal, reproduzido por grupos criminosos – no caso da Baixada Fluminense, grupos varejistas de drogas, milícias e policiais corruptos e violentos – para organização da vida social.

Para observar como o terror se inscreve nos corpos, o antropólogo Michael Taussig (1993), em “Xamanismo, Colonialismo e o Homem Selvagem: Um estudo sobre o terror e a cura”, nos provoca a pensar em relação aos terrores do colonialismo a partir da sua inserção na Colômbia, na região submetida a exploração espanhola pela seiva da borracha. Em sua estética escrita, Taussig leva o terror para dentro do livro ao descrever, a partir de relatos escritos e orais, as variadas formas de tortura, execuções, expropriações e violências que os colombianos foram submetidos ao domínio colonial. O autor ressalta a importância de “pensar-através-do-terror” para substanciar a hegemonia colonial.

O território, portanto, neste contexto, se reproduz enquanto “espaços da morte” (Taussig, 1993) e o corpo é o local da inscrição do terror. Em seu diálogo com a teoria marxista, na lógica da produção colonial o fetichismo da mercadoria elabora uma ordem em que não é somente as coisas se tornando objeto e objeto em coisas, “tratava-se de uma língua diabolicamente

maliciosa, na qual os significantes se tornavam significados” (Taussig, 1993, p.82). O terror, portanto, é um dispositivo fundante da experiência colonial que se engendra ao capitalismo.

Nesse sentido, cabe apresentar as origens dessa pesquisa que articula o território, a morte, o crime e o terror. Esta dissertação, portanto, representa uma continuidade do que foi realizado na pesquisa intitulada “Mapeamento exploratório sobre desaparecidos e desaparecimentos forçados em municípios da Baixada Fluminense”, coordenada pelo professor Dr. José Cláudio Souza Alves (UFRRJ), pela Profa. Dra. Nalayne Mendonça Pinto (UFRRJ) e pelo coordenador do movimento social Fórum Grita Baixada (FGB), Adriano Araújo. A partir de uma emenda parlamentar do então deputado federal Marcelo Freixo (PSOL) ao Fórum Grita Baixada e UFRRJ em 2020 foi possível realizar a pesquisa; a equipe foi composta por: Adriano Araújo e Lorene Maia, como representantes do FGB; José Cláudio S. Alves, Marco Antonio T. Perruso, Edilene Portilho e Nalayne Pinto, como representantes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); Joseane Martins, como representante, à época, do movimento social Rede de Mães e Familiares de Vítimas da Violência de Estado da Baixada Fluminense; Sônia Martins, como advinda das pastorais sociais da Diocese de Nova Iguaçu; e pelos pesquisadores Amanda Gabrielle Covelo de Araújo, Jaqueline de Sousa Gomes, Lucas Conti e Lucas Nogarole, pela UFRRJ; Gabriel Souza Alves e eu, também à época, estudante da Universidade Federal Fluminense, UFF.

A emenda advinha da necessidade de elaboração de dados a partir de um mapeamento exploratório sobre a situação dos desaparecimentos forçados na Baixada Fluminense. Como produto, foi entregue um documentário produzido pela Quiprocó Filmes intitulado “Desova”, a realização de arteterapia com familiares de pessoas vítimas da violência de Estado, realizado pela psicóloga Nádia Figueiredo e um livro intitulado “Desaparecimento Forçado: Vidas Interrompidas na Baixada Fluminense” (Araújo *et al.*, 2023). Neste livro, dentre tantas abordagens, me dediquei a análises de denúncias de pessoas desaparecidas em páginas e comunidades do *Facebook* e, também, da análise quantitativa e qualitativa do banco de dados do Disque Denúncia.

Assim, esta pesquisa se norteia pela perspectiva de um diálogo entre territorialidade e práticas criminais ao buscar compreender as características e dinâmicas que produzem e operam as valas clandestinas: quais são as práticas, tecnologias e modos de processamentos que organizações criminosas se utilizam para os desaparecimentos de corpos e como as configurações territoriais influenciam à organização do que chamamos de valas clandestinas.

Desse modo, esta dissertação tem como objeto mapear e discutir sobre as valas clandestinas produzidas nos municípios de Duque de Caxias e Belford Roxo, da Baixada Fluminense, tendo como recorte valas produzidas por grupos armados. A opção por esses dois municípios se deu a partir de inferência no banco de dados do Disque Denúncia que apresentou estes dois municípios com mais denúncias em número absoluto de valas clandestinas.

Os relatos do Disque Denúncias não são apenas descrições, mas nos indicam que há esforços para a transformação da Baixada Fluminense em zonas de terror, ou espaços da morte, em que permitem a dominação de certos grupos a partir dos mecanismos coloniais de terror. Os corpos, neste caso, em sua maioria, negros e periféricos, são aterrorizados e expostos como modelo de dominação. Todavia Taussig alerta que há esperanças, visto que:

este espaço da morte é preeminentemente um espaço de transformação: através de uma experiência de aproximação da morte poderá muito bem surgir um sentimento mais vivido da vida; através do medo poderá acontecer não apenas um crescimento de autoconsciência, mas igualmente a fragmentação e então a perda de autoconformismo perante a autoridade (Taussig, p.28, 1993).

Os relatos dos denunciante ao Disque Denúncia, realizado de maneira anônima no Rio de Janeiro pelo telefone ou *Whatsapp*, são classificados pelos trabalhadores do DD em planilhas a partir das *tags* “den_cd” (código da denúncia), “Data – Hora”, “DD” (outro código, porém, este é disponibilizado para o denunciante), “Tipo de Assunto”, “Município”, “Tipo” (neste caso, qual o tipo do endereço, ou seja, se é em rua, vila, estrada etc.), “descrição” (nome da rua ou localização aproximada), “número”, “bairro”, “texto” (transcrição da denúncia), “tipo do órgão” (para qual instituição a denúncia foi encaminhada), “latitude” e “longitude”.

O Disque Denúncia, portanto, pré-selecionou as *tags* “tipo de assunto” com aquelas que dialogavam com desaparecimento de pessoas e produção de valas clandestinas. No entanto, foi necessário ler minuciosamente as denúncias disponibilizadas, no recorte tempo de 2016 a 2020, realizadas por munícipes da Baixada Fluminense, para analisar aquelas relacionadas a produção de valas clandestinas que envolvem violência de Estado ou de grupos criminosos armados. Após essa filtragem, foi analisado os dispositivos de terror, técnicas e ferramentas que são integrantes do repertório macabro compartilhado por diferentes governos do crime e estatal.

Para a realização dos mapas, as *tags* referentes aos endereços foram fundamentais para a compreensão territorial do espaço geográfico e da distribuição das valas clandestinas pelo território. Neste sentido, foram *plotados* no *my maps* os locais das denúncias classificadas como valas clandestinas.

Para uma análise mais concreta, o primeiro capítulo conversa com a bibliografia já existente sobre a temática de desaparecimentos forçados e valas clandestinas no Brasil e na América Latina com o intuito de expandir o entendimento sobre as origens do fenômeno, quais funções os desaparecimentos forçados assumem e quais estruturas as mobilizam e por quê. Também neste capítulo serão analisados os discursos de dois jornalistas que fizeram matérias sobre valas clandestinas na Baixada Fluminense, sobre quais as classificações utilizadas por eles e como são construídas na redação de um jornal. As entrevistas foram realizadas pelo *Google Meet*, em agosto de 2023, a partir de um roteiro semiestruturado, e depois transcrito e analisado. A premissa que guiou essas entrevistas é de que a realidade é uma construção social (Berger; Luckmann, 2004) e que a mídia se apresenta como uma importante instituição que constrói – e desconstrói – a opinião pública.

No segundo capítulo, se apresentará a metodologia para a construção de mapas georreferenciados com as denúncias registradas pelo Disque Denúncia para a compreensão territorial do fenômeno de produção de valas clandestinas. Os dois territórios que mais apresentaram valas, serão caracterizados e os lugares de desova descritos em detalhes para a compreensão do imbricamento entre território e crimes.

No terceiro capítulo, será apresentada a sistematização, após a leitura de cada uma das denúncias, dos modos de desaparecer, quais ferramentas e técnicas de ocultações de corpos são utilizadas; compreendendo que todas essas denúncias estão inseridas em um emaranhado de disputas de mercados, mas também de uma pedagogia criminal para controle e conquista de territórios, entre milícias, facções do tráfico e agentes do Estado. Também foi realizado uma perspectiva histórica da atuação desses atores criminais nos municípios estudados. Após a sistematização das denúncias do banco de dados do DD, foi considerado as valas clandestinas: 1) os lugares que são utilizados para o descarte de corpos sendo facultativa a presença de uma cova para o enterro dos corpos; 2) a participação de grupos ilegais armados e/ou agentes do Estado. A produção dos mapas georreferenciados se dá a partir deste entendimento analítico do que são valas clandestinas apresentado neste capítulo.

No quarto capítulo, será analisada as tecnologias da produção da morte e os dispositivos de terror mobilizado por diferentes atores para compreender, além das técnicas, as motivações que são incorporadas por esses agentes que atuam nos territórios. Uma série de modos e procedimentos de ação/descarte de corpos foram analisados e sistematizadas a partir da leitura do banco de dados do Disque Denúncia.

No quinto capítulo, será realizado debates entre Foucault, Agamben, Butler, Mbembe e Davis para localizar a Estado de exceção como uma das formas de governos possíveis no capitalismo em que certas populações são mais vulneráveis do que outras às políticas de controle da vida e, principalmente, o da morte. Este capítulo se propõe a realizar um fechamento teórico de tudo que foi discutido ao longo da dissertação. O intuito será de demarcar a Baixada Fluminense como um território que está submetido a um projeto de Estado que mobiliza a morte e sujeita populações para seus interesses particulares.

Por último, destaco que as inferências e análises construídas neste trabalho me fizeram, por um compromisso ético com as pessoas aqui estudadas, e corroborando com a mesma análise feita pelo Graham Willis em que ele afirma que “cemitérios clandestinos não são nem clandestinos e nem cemitérios” e, como cemitérios são espaços de ritualização, e essas valas não permitem isso, ele prefere denominar de “vala comum⁵” (Willis, 2022 p. 37). Eu, ao analisar as denúncias, opto por denominar os cemitérios clandestinos de valas clandestinas por compreender que o cemitério é um espaço de possibilidade de ritualização da morte e de construção de sagrado. As valas aqui estudadas representam, propositalmente, a ruptura com qualquer projeto de humanização dos mortos.

⁵ Tradução própria. Originalmente o Willis denomina de “mundane mass grave”.

1.0 A construção das valas clandestinas na bibliografia

Neste capítulo será apresentado uma discussão sobre valas clandestinas na bibliografia das ciências sociais e na literatura que aborda a violência de Estado tanto na colonização, na ditadura empresarial militar quanto no período de redemocratização do país. Também se discutirá com a bibliografia latino-americana estes fenômenos na Argentina, Colômbia e México.

1.1 Raízes históricas: escravidão, cemitérios indígenas, higienismo e extermínio povos originários à construção do presente

A constituição do que é denominado como cemitério clandestino na literatura das ciências sociais tem como marco as ditaduras empresariais militares latino-americanas que engendraram técnicas de ocultação de corpos como mecanismo de “luta” contra militantes políticos e indesejados ao regime e nas guerras que eclodiram no século XX das metrópoles contra a independência de suas colônias (Franco, 2018).

Característica fundamental para a clandestinidade dos cemitérios é o descarte de corpos em terrenos que não possuem legitimidade burocrática do Estado, ou seja, não estão regularizados legalmente e que há privação de ritual de morte desses corpos. O corpo, portanto, é desovado⁶ sem que haja possibilidade de ritualizar o luto.

A partir dessa perspectiva, as raízes da produção de cemitérios clandestinos são longínquas na história do Brasil. A travessia escravagista impetrada por países europeus no Atlântico, sob o marco de violência extrema contra corpos negros, teve como um dos marcos o lançamento de milhares de escravizados no mar. De acordo com o site *Slave Voyages*⁷, a estimativa é de 1501 até 1875, cerca de 5.848.266 africanos escravizados foram sequestrados da África e apenas 5.099.816 chegaram ao Brasil.

As autoras Jéssica Carvalho, Ella Bispo e Alcione Alves (2022), ao analisarem a importância da travessia como marco histórico da constituição da história negra, afirmam:

A mortalidade nos navios negreiros era consequente, entre outros fatores, do fato de ser um ambiente propício à expansão de pestes e doenças. João José Reis e Carlos da Silva Júnior (2016, p. 18) esclarecem que, entre os séculos XVI e XIX, cerca de 750 mil africanos morreram durante a travessia, alguns

⁶ Não existe um consenso sobre o termo que envolve colocar um cadáver em um lugar ermo. Neste trabalho, serão utilizadas variações entre “desova” e “descarte” no sentido de preservar que, neste ato em si, há uma desumanização da vítima.

⁷ Site hospedado na *Rice University* que organiza em bancos de dados informações sobre o tráfico transatlântico de escravizados. Os números apresentados podem ser conferidos em **SLAVE VOYAGES. Estimates**. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>. Acesso em: 6 mar. 2024.

dos principais motivos eram a fome e a sede constantes, além das doenças e assassinatos durante as rebeliões. A sorte também não favorecia aos enfermos, pois eram lançados ao mar para que os mantimentos alimentassem a carga sadia durante o trajeto (Carvalho; Bispo; Alves, p. 10, 2022).

O corpo negro e indígena, historicamente, foi violentado e descartado para a constituição do Brasil enquanto nação. O mar, então, se apresenta como um grande “cemitério marinho” de descarte de corpos e a desova⁸ como técnica de produção de dor. Como destacado pelas autoras, havia multiplicidades de motivos para jogar corpos negros em alto mar (morte por fome, doença, punição, para aliviar o peso do navio etc.), ou seja, tais técnicas já se apresenta funcional desde a organização colonial deste país.

A Baixada Fluminense recebeu um grande êxodo de Sambaquis há quase vinte mil anos. Eles se assentaram ao redor da Guanabara à grande oferta de plantas e animais da Mata Atlântica e à ampla disponibilidade de peixes e frutos do mar na Baía e seus rios. Mais tarde, nas cercanias da Guanabara, como apontou (Souza e Ribeiro, 2021) estima-se que cerca de cem mil tupis se organizaram aos seu arredor:

Na lista de Lery (1961), três aldeamentos tupinambás estavam situados nas fronteiras do atual território da Baixada Fluminense: a Aldeia Jacutinga, situada entre os rios Meriti e Iguaçu, atingindo os atuais municípios de Caxias, Belford Roxo, Nova Iguaçu e Mesquita; a Aldeia Sarapuí, situada nas margens do rio de mesmo nome (atuais barros Gramacho, Sarapuí, Pantanal, Vila Rosário, São Bento e Parque Fluminense); e a Aldeia das Velhas, localizada em Raiz da Serra, Piabetá, Parada Angélica e Imbariê. (Souza e Ribeiro, 2021, p.41).

No último Censo do IBGE, apenas 2.614 pessoas se declararam indígenas chegando, em alguns municípios a 0,1% de pessoas autodeclaradas⁹. O etnocídio é produto da política colonial de portugueses e franceses que habitaram a Baixada Fluminense e perpetuaram guerras e múltiplas formas de violências.

Enquanto o racismo é um grande articulador das políticas de morte que atravessam a história, a estruturação da Europa é marcada fortemente por uma burocracia violenta contra os países que foram colonizados por ela. A criação de sociedades de “*plantation*”, experimentado em exaustão na América Latina e no continente Africano, se utilizou à priori de trabalho

⁸ “Desova” é um termo popularmente dado ao descarte de corpos assassinados.

⁹ SOUZA, Roberta de. **Cerca de 69% da população da Baixada Fluminense se declara preta ou parda, aponta Censo do IBGE**. O Globo, 5 jan. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2024/01/05/cerca-de-69percent-da-populacao-da-baixada-fluminense-se-declara-preta-ou-parda-aponta-censo-do-ibge.ghtml>. Acesso em: 24 ago. 2024.

escravizado. A categoria “escravo” é atravessada por uma série de violências, principalmente pela desumanização dos negros e em concebê-los como propriedade.

Para Mbembe, a “condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um ‘lar’, perda de direitos sobre seu corpo e perda de estatuto político” (Mbembe, 2018, p. 27). A violência das sociedades escravagistas, estimuladas pelos europeus, atravessou não só uma estruturação econômica de extração de matéria-prima a custos baixíssimos, também constituiu um modo de organizar o pensamento e a sociedade como um todo.

A ocultação e a desova de cadáveres enquanto técnica se estendem em terra. Na punição interna do Quilombo do Quariterê, no Mato Grosso, a historiadora Luiza Volpato aponta que a preocupação dos quilombolas com a segurança interna levava as lideranças a “enforcarem, quebrar a pernas e enterrar vivos os insubordinados” (Volpato, 1996, p. 222) que não respeitavam os protocolos internos e ao saírem do Quilombo de forma inconsequente mostravam para os inimigos os caminhos de acesso a ele e fragilizavam a defesa do lugar.

Mas a violência dos quilombolas contra eles próprios era ínfima se comparado a barbárie realizada pelos colonizadores europeus. Há uma larga produção de múltiplas técnicas e ferramentas para causarem dor em negros escravizados e indígenas. Abdias do Nascimento, por exemplo, classifica a colonização como “Holocausto desencadeado pelos brancos europeus contra todo o continente e sua raça negra” (Nascimento, 2019, p. 198).

Tal violência encontrou reverberação no Rio de Janeiro tendo como marco importante a produção de uma série de cemitérios para escravizados sendo o Cemitério dos Pretos Novos o mais conhecido, localizado na região do Valongo. O historiador Júlio Pereira (2007), por exemplo, define que alguns destes cemitérios de escravizados não possuíam sequer covas fundas o suficiente e os corpos eram enterrados em covas rasas - às vezes expostos, como é possível verificar:

A vida rude na Colônia, tanto de colonos como de escravos, estava entregue nas mãos do serviço, praticamente voluntário, do hospital da Santa Casa da Misericórdia, que havia sido fundada em 24 março de 1582, no Rio de Janeiro, pelo padre José de Anchieta. Ao lado do hospital, em terreno contíguo, foi erguido um cemitério para o sepultamento das pessoas que lá morriam, os injustiçados e escravos; o de Santo Antônio, que estava sob os cuidados dos Franciscanos, onde é hoje o Largo da Carioca, e que também sepultava escravos; “dos pretos novos, no antigo Largo de Santa Rita, onde até 1825 houve um cruzeiro” e o dos mulatos, que se situava no Campo do Rocio e depois Largo de São Domingos, já “desaparecido”. A estes dois últimos, Cruls chamou de “mais ou menos clandestinos”, uma vez que os seus corpos eram deixados “à flor da terra” (Pereira, 2007, p. 36).

A expressão utilizada por ele de “mais ou menos clandestinos” desperta atenção por incorrer que na literatura das ciências humanas a legitimidade de um cemitério recorta a ideia de profundidade da vala que as pessoas são enterradas, ou, que a profundidade da vala representaria uma espécie de zelo para com o morto. A exposição de corpos, enterrados de qualquer maneira, em valas rasas e, às vezes, em valas coletivas, denota um caráter “mais ou menos clandestino” para o cemitério.

No entanto, Pereira descarta a caracterização do Cemitérios dos Pretos Novos como clandestino tendo como referência a relação entre “sagrado” e “profano” que os solos dos cemitérios possuíam a partir da legitimidade dada pela Igreja Católica no Brasil colônia e boa parte do Império. Embora o cemitério não fosse bem zelado pela Igreja, isso não lhe conferia o estatuto de clandestino, como destacado:

[...] o Cemitério dos Pretos Novos se encaixava na qualificação de solo sagrado, pois era administrado pela igreja de Santa Rita. Ou seja, pertencia a uma jurisdição eclesiástica, possuindo até livro de óbitos para este fim. Conclui-se que se deve descartar a hipótese de que o motivo que levava às práticas sumárias de sepultamento era por se tratar de um cemitério clandestino ou de solo não sagrado. Também se deve deixar de lado a possibilidade de que os pretos novos não pudessem receber uma inumação cristã, por serem escravos. Fica claro que havia motivos outros para a falta de cuidados eclesiásticos naquele cemitério que não passavam por nenhuma ordenação clerical. A prática de tais sepultamentos não estava amparada pela legalidade da norma eclesiástica, nem em nenhum outro dogma religioso. (Pereira, 2007, p. 51)

A clandestinidade de um cemitério no período colonial, portanto, para Pereira, está atrelado a uma sacralização cristã dos solos em que os corpos eram sepultados. A Igreja conferia, através de sua autoridade que perpassa, inclusive, o controle administrativo dos cemitérios, a legitimidade necessária para descartar a adjetivação de “clandestino”.

Entretanto, a administração de cemitérios se transformou em debate entre a Igreja Católica e o Império brasileiro que durou décadas. Tomado por valores universalizantes da Revolução Francesa, parlamentares brasileiros tensionavam cada vez mais a administração do Império a organizar a burocracia estatal tendo como referência uma ideia de racionalidade e se afastando, portanto, da Igreja Católica. Os cemitérios, então, passariam para a administração dos municípios, porém, a pauta que trata dessa descentralização administrativa foi apresentada em 1869 no Brasil Império e só foi promulgada em 1891 já na República (Rodrigues, 2009, p. 137).

Tal mudança de jurisdição dos cemitérios também mudaria a dimensão apresentada no que tange a legitimidade ou clandestinidade de um cemitério. Estes critérios que seriam, portanto, determinados pela sacralização do solo que a administração da Igreja Católica cederia ao terreno, adotariam outros parâmetros que deveriam ser levados em consideração para a formulação da categoria “clandestinidade”.

Na primeira República, na cidade do Rio de Janeiro, houve um grande projeto de remoção das moradias precarizadas dos trabalhadores que se alocavam nos entornos da Zona Portuária para, de acordo com a narrativa oficial, o controle de endemias. Essa política higienista foi de inspiração europeia, em especial da Inglaterra, França e Alemanha, para o controle de doenças, mas, sobretudo, de populações precarizadas.

Michel Foucault (2014) analisa a medicina social enquanto um mecanismo do biopoder e a importância do controle da vida urbana através do desenvolvimento de políticas sanitárias. Com isso, as políticas para organização de cemitérios ocorrem a partir do século XVIII na França, devido ao adoecimento da população que residia perto das pilhas de corpos que ficavam expostas na cidade.

Dessa forma, é importante ressaltar a importância do biopoder (Foucault, 2014) nas análises foucaultianas sobre o controle de populações na modernidade em que os modos de organizar as cidades europeias dialogavam com esses mecanismos salientados pelo autor – como a criação de cemitérios afastados dos centros da cidade, a medicina social para controle de endemias, sanitização do espaço urbano etc. – para, em outras palavras, a gestão, controle e otimização da vida humana.

A geógrafa Edna Rosa (2003), ao analisar os cemitérios da Florianópolis, a partir das transformações urbanas, compreende que a medicina social possui três eixos principais: primeiro, o controle da circulação de mercadorias e dos elementos como água e ar; o segundo, a organização de onde distribuir água, esgoto, armazéns de comida etc.; o terceiro, analisar lugares que amontoamento de qualquer elemento que pudesse causar doenças. O higienismo, portanto, “foi uma doutrina surgida na Europa, no século XVII, e que ganhou força durante a Revolução Industrial”, devido ao “crescimento desordenado urbano, que impactava em condições insalubres de moradia e propagação de doenças” (Andrade, 2018, p. 88).

No Rio de Janeiro, “os problemas urbanos se confundiram com os problemas sociais e as intervenções no espaço urbano tinha como objetivo realizar uma reforma social” (Rosa, 2003, p. 92). Foi nesta época que se inicia, na cidade do Rio, a construção de cemitérios extramuro – fora do perímetro urbano. No entanto, especificamente no Rio, o higienismo foi

impulsionado pelo eugenismo e um conjunto de iniciativas no campo jurídico que criminalizava a cultura negra. Para a burguesia da época, os negros, recém alforriados, não seriam bons cartões de apresentação da cidade - os expropriando o direito à moradia.

O que o historiador Rocha (1995) afirma é que o “Bota Abaixo” promoveu desaparecimentos culturais na cidade do Rio. Velhas tradições, com a mudança arquitetônica da cidade, removendo seus habitantes de suas casas, alteraram a configuração da cidade e milhares de pessoas precisaram se reinventar para sobreviver. A cidade do Rio, portanto, na figura do prefeito Pereira Passos, implementou uma reforma – entre 1902 a 1906 – que desorganizou a vida social e cultural.

No próximo subcapítulo, portanto, será verificado que o desaparecimento ganha contornos políticos das Forças Armadas ao engendrarem o golpe que localizará, em absoluto, a o Brasil do lado capitalista na Guerra Fria.

1.2 “Desaparecer é mais importante que a morte”: ditadura empresarial militar, forças policiais e a exportação de técnicas para o crime organizado

As Forças Armadas (FA’s) dos países do centro do capitalismo mundial cumpriram papel importantíssimo na disseminação de tais técnicas e as ensinam para as FA’s dos países colonizados. O desaparecimento de pessoa enquanto técnica de terror aparece pela primeira vez, ainda embrionária, na bibliografia sobre a atuação militar nas guerras contrarrevolucionárias do bloco capitalista, na guerra fria para a expansão da fronteira de seus mercados, na guerra de Indochina. No entanto, como afirmou Franco (2018), é apenas na guerra da Argélia – e, posteriormente, no Vietnã – que se constituirá de fato enquanto mecanismo de atuação contra os inimigos.

Na ditadura empresarial militar brasileira, por exemplo, “mais de 300 militares brasileiros passaram uma temporada na Escola das Américas, o instituto de guerra dos Estados Unidos (no Panamá), entre 1954 e 1996, de acordo com o relatório final da Comissão Nacional da Verdade” e nessa Escola “os militares brasileiros tiveram aulas teóricas e práticas sobre tortura, que mais tarde seriam replicadas no Brasil”¹⁰.

Uma série de casos de desaparecimento de militantes políticos foram registrados na ditadura empresarial militar brasileira tendo como o caso mais notório as vítimas da Guerrilha

¹⁰ O GLOBO. **Militares brasileiros tiveram aula em instituto americano sobre como praticar tortura.** Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/militares-brasileiros-tiveram-aula-em-instituto-americano-sobre-como-praticar-tortura-14789322>. Acesso em: 11 mar. 2024.

do Araguaia que mais de 70 militantes políticos de esquerda desapareceram. O caso foi a júri internacional e a Corte Interamericana de Direitos Humanos da ONU culpabilizou o Estado brasileiro o obrigando a assumir políticas que enfrentem o desaparecimento forçado de pessoas¹¹.

A associação entre militares das FA's e policiais militares pode ser encontrada no trabalho de Hélio Bicudo, ex-deputado federal com atuação na defesa de direitos humanos enquanto promotor de justiça, em denuncia em seu livro (1976) que registra seu depoimento a trama de atuação dos esquadrões da morte em São Paulo que era respaldado pelo judiciário, por políticos, pela imprensa, pelo regime militar e por parte da classe média paulistana. Em sua análise sobre a atuação desses grupos, que se baseavam em execuções sumárias e espalhamento do terror nas periferias, assinala que “em São Paulo, os principais implicados na execução dos crimes do ‘Esquadrão’ passaram a atuar no campo da polícia política, integrando o sistema de segurança, ao qual transmitiram suas técnicas de ação” (Bicudo, 1976, p. 21).

As práticas de desaparecimento de militantes que atuaram nas lutas contra insurgentes estão registradas, por exemplo, no livro “Os Porões da Contravenção” (2016), de Chico Otávio e Eloy Jupiara, em que Paulo Malhães, um torturador dos porões da ditadura, relata o porquê de se desaparecer corpos como prática do regime: “O desaparecimento é mais importante do que a morte porque causa incerteza no inimigo. Quando um companheiro morre, o guerrilheiro lamenta, mas acaba esquecendo. Não é como o desaparecimento, que gera uma expectativa eterna” (Jupiara; Otavio; 2016, p. 68).

Tal justificativa foi dada sobre o caso do desaparecimento do deputado Rubens Paiva, no Rio de Janeiro. No primeiro momento o corpo do deputado foi enterrado na areia da praia a mando do gabinete do ministro do Exército de Geisel e Malhães ficou responsável de “dar um destino final” (2016, p. 68) para o corpo do deputado que apodrecia lentamente demais na areia da praia do Recreio e poderia causar comoção pública caso encontrado.

No entanto, Paulo Malhães, ao longo de seus depoimentos dado a Comissão Estadual da Verdade, apresentou duas versões para o destino do corpo do deputado: a primeira, o corpo teria sido retirado das areias do Recreio, levado a Iate Clube do Rio e jogado em alto mar; na segunda versão o corpo de Rubens Paiva teria sido jogado no rio em Petrópolis, perto da Casa da Morte.

¹¹ Corte IDH. Caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) c. Brasil. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 24 de novembro de 2010. Série C nº 219.

Mas em seus relatos a técnica descrita por ele foi constante, ou seja, ele apontou a importância em todos os relatos de, ao se desaparecer um corpo, retirar as arcadas dentárias e os dedos das mãos para então, só depois, ser ensacado e jogado no mar ou no rio. Completa afirmando que

É um estudo de anatomia. Todo mundo que mergulha na água, fica na água, quando morre tende a subir. Incha e enche de gás. Então, de qualquer maneira, você tem que abrir a barriga, quer queira, quer não. É o primeiro princípio. Depois, o resto, é mais fácil. Vai inteiro. Eu gosto de decapitar, mas é bandido aqui [na Baixada]. (Jupiara; Otavio; 2016, p.69)

Muitos desses agentes que praticavam tortura nas FA's, quando posto fim no regime ditatorial, já na democracia, foram incorporados à contravenção servindo de braço armado de bicheiros¹² como é o caso do próprio Malhães que trabalhou para o Aniz Abrão David, patrono da escola de samba GRES Beija-Flor.

Tais métodos de desaparecimento de corpos não foram extintos com a abertura democrática, mas permaneceram sendo praticados por diversos atores sociais. A produção de cemitérios clandestinos está presente em outras literaturas que se dedicam a estudar a violência urbana.

O jornalista Caco Barcellos, em 1992, lançou o livro chamado “Rota 66: A História da Polícia que Mata”, sobre as Rondas Ostensivas Tobias Aguiar (ROTA) em São Paulo. A premissa que incentivou a pesquisa jornalística foi que a ROTA acumulava homicídios, fraudava provas e pouco era responsabilizada pelos seus atos. A partir de um método rigoroso, Barcellos e seu ajudante, Sidney, conseguiram identificar centenas de casos de execução sumária da polícia militar de SP tendo como alvo principal jovens negros e periféricos.

Há uma diversidade de formas de execução praticadas pela polícia e a desova de corpos é uma delas. Na passagem do capítulo intitulado “Os Desaparecidos”, Barcellos descreve a execução sumária de Paulinho, Teodoro e Dirley, três amigos menores de idade:

A Veraneio avança pela escuridão. Os matadores estão em silêncio. Martínez joga a calça de Teodoro pela janela, depois a camiseta, os tênis. De espaço em espaço lança uma peça de roupa fora. A Veraneio reduz a velocidade, passa para o acostamento da estrada. Entra em um terreno aberto, à direita, sentido Diadema - São Bernardo do Campo. Pára a 200 metros da estrada: um lugar deserto, nenhuma luz em volta. Os menores nus são levados pelos soldados Luciano e Maurício por um caminho de terra, seguidos por Martínez. Passam por um lixão e para. A Veraneio continua com o motor em movimento. Apoiado ao volante, Rotundo ouve o ruído de vários disparos, sete, oito tiros. Em poucos segundos Martínez, Luciano e Maurício estão de volta. Entram na

¹² “Bicheiro” é o termo popular para contraventores que atuam no mercado do jogo o bicho.

viatura animados. [...] Pela segunda vez os matadores resolveram ocultar os cadáveres no próprio local da execução. Na primeira, Rotundo jogou o corpo de Paulinho no rio Tietê. Agora, os dois menores foram enterrados em um lixão do terreno (Barcellos, 1992, p. 171).

A polícia militar de São Paulo, de acordo com as investigações realizadas por Caco Barcellos, é um agente fabricante de desaparecimento de corpos em valas clandestinas. Caco Barcellos também cobriu jornalisticamente o que ficou conhecido como “Vala de Perus”¹³, em São Paulo, um depósito clandestino de corpos que foi utilizado no período da ditadura – com a execução de inimigos da ditadura, de pessoas em situação de rua, pessoas com doenças infecciosas graves etc. – e se estendeu na democratização para a utilização de policiais militares que davam “sumiço” a corpos assassinados.

Janaína Teles (2018) denominou a Vala de Perus de “vala clandestina” por ser um espaço geográfico dentro do cemitério Dom Bosco que se encontravam as ossadas de corpos morto por diferentes motivos. De acordo com ela, “Na vala foram encontradas 1.049 ossadas de indigentes, vítimas dos esquadrões da morte, de crianças atingidas pelo surto de meningite (censurado durante nos anos 1970) e de perseguidos políticos, assassinados pela repressão policial” (Teles, 2018, p. 313).

Denota-se, portanto, a característica constante na atuação de agentes do Estado, e as vezes criminosos sem vínculo estatal, o ato de enterrar pessoas para desaparecer com aqueles indesejados. Mas também, a vala de Perus está no campo da disputa de memória como um fragmento daquilo que se escolheu apagar para o nascimento de uma versão oficial, recortada no tempo espaço, que serve a certos interesses específicos. Neste caso específico, a negação de crimes da ditadura.

A vala clandestina de Perus é uma vala por ser um buraco que serve como depósito de corpos dentro de um cemitério e é clandestina devido ausência/alterações de informações sobre o seu conteúdo. Não havia registro legal e muito menos oportunidade de ritualização da morte e elaboração do luto. Era um buraco cavado em um pedaço de terra que acumulava corpos.

¹³ O encontro da vala de Perus influenciou na criação do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF), órgão complementar a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Em seu site institucional, o CAAF descrever que foi “Criado em 2014. Por demanda dos familiares de mortos e desaparecidos políticos da Ditadura, sua criação respondia a um acordo de cooperação técnica, firmado entre a Unifesp, a Prefeitura de São Paulo e o Ministério dos Direitos Humanos, para a formação do Grupo de Trabalho Perus (GTP)”. Disponível em **UNIFESP. CAAF: Quem somos**. Disponível em: <https://unifesp.br/reitoria/caaf/sobre-o-caaf/quem-somos>. Acesso em: 14 mar. 2024.

Na América Latina também foi possível verificar o uso do desaparecimento enquanto método de causar dor aos inimigos do Estado e dos diferentes governos do crime. O próximo subcapítulo discutirá no contexto da América Latina o desaparecimento enquanto fenômeno, em especial, na Argentina, Colômbia e México.

1.3 Os estudos da América Latina sobre valas clandestinas e modos de produzir a morte

Na América Latina o contexto do terror é semelhante, mas o tratamento dado pelo Estado e movimentos sociais divergem. A categoria “desaparecimento forçado” é um produto da ditadura argentina (Gatti, 2017) que produziu mais de trinta mil desaparecidos¹⁴ em práticas como o voo da morte em que militares lançavam opositores ao regime no oceano pacífico.

Em 2013, chegava ao Brasil o livro da Pilar Calveiro, da Coleção “Estado de Sítio”, intitulado “Poder e Desaparecimento” (2013). A análise da Cientista Política argentina tinha uma peculiaridade que não poderia ser descartada: ela própria tinha sido torturada no campo de concentração argentino e viveu o terror impetrado pela ditadura do General Rafael Videla que durou de 1976 a 1983. De acordo com ela, o desaparecimento político de pessoas, embora já acontecesse no governo golpista de 1966, foi organizado para a utilização de maneira sistemática em 1974, com o Perón, quando “foi registrada um assassinato da AAA¹⁵ a cada 19 horas” (2013 p.31).

A Argentina, portanto, apresenta à América Latina uma técnica de guerra utilizada pelas Forças Armadas instrumentalizada em larga escala. Os “voos noturnos”, em que os militares despejavam militantes políticos de helicóptero no oceano Pacífico, os campos de concentração, os assassinatos, torturas e uma série de outras violências funcionavam como um certo ordenamento da linguagem de enfrentamento aqueles considerados inimigos pela direita militar argentina.

Os campos de concentração – ou Centros Clandestinos de Detenção, Tortura e Extermínio (CCDTyE) – argentinos são definidos como o “correlato institucional” (2013, p. 39) do desaparecimento. Ainda de acordo com a Calveiro (2013), a “eliminação do conflito pode se dar por sua negação (o desaparecimento), sua eliminação (o assassinato), sua separação

¹⁴ ABUELAS DE PLAZA DE MAYO. **Las Abuelas y la lucha por la identidad**. Disponível em: <https://www.abuelas.org.ar/las-abuelas>. Acesso em: 21 dez. 2024.

¹⁵ AAA, ou Aliança Anticomunista Argentina, foi uma aliança de extrema-direita que organizou esquadrões da morte e foi responsável pelo assassinato e desaparecimento de diversas pessoas de esquerda nos governos de Juan e Isabel Perón (1973 – 1976) e foi agregado ao regime militar de Rafael Videla (1976 – 1983).

e compartimentação para evitar que contamine (a prisão)” (2013, p. 88). Os campos de concentração, ela afirma, representa uma junção de tudo isso. Aqueles que entravam nos campos, não tinham ideia de seu futuro.

Em sua elaboração intelectual de determinar a racionalidade que constitui o desaparecimento de certas pessoas que se apresenta como técnica de repressão, mas não possui um estatuto legal, a cientista política observa que:

Essas ‘técnicas’ não poderiam ser aplicadas a partir da legalidade existente e, de fato, o governo militar, ao contrário dos nazistas, nunca criou leis que dessem respaldo à existência dos campos de concentração – na verdade, optou por negá-la. [...] Estranha coexistência do legal e do ilegal, perda das referências, inversão constante e sucessiva dos termos, confusão de contrários que impede o reconhecimento, a partir da sociedade, de por onde passa a distinção entre um e outro (Calveiro, 2013, p. 80).

No México, o desaparecimento se tornou um instrumento de operacionalização de terror a partir das guerras entre carteis tendo, também, o Estado como promotor dessa violência. Os carteis de drogas, a partir de 2013, expandiram seus mercados para além das drogas e estabeleceram a violência sexual e extorsão como mecanismos dessa expansão. Como observou Antonio Díaz e José Cláudio Alves (2022), a construção histórica dos carteis de drogas:

Criou-se um tipo de relação política que permitiu o estabelecimento de controle e regulação do narcotráfico, articulando uma ordem ilegal baseada no equilíbrio recíproco entre atividades ilegais e comunidades, dado pelo derramamento de benefícios na base social e em camaradagem com as autoridades do Estado para tolerar os negócios ilegais e o controle local (Díaz, Antonio F.; Alves, José C. S., 2022, p. 156).

Em *Michoacán*, por exemplo, os três carteis mais poderosos (*Los Zetas*, *La Familia Michoacana* e *Los Caballeros Templarios*) são constituídos por ex-integrantes das forças especiais do exército Mexicano e pelo grupo de elite do Exército da Guatemala intitulado *Kaibil*. É possível afirmar que “Desta maneira, grande parte dos desaparecimentos de pessoas ocorriam com a intervenção das forças policiais locais e, em menor medida, dos militares” (Aranda, 2022, p. 436). De acordo com a revista “Presentes”¹⁶, o México possui mais de 116 mil pessoas desaparecidas. Os movimentos sociais, em sua maioria organizada por familiares de vítimas de desaparecimento, protagonizam buscas pelos corpos, mas também por reparação, direito a memória e ao luto.

¹⁶ AGÊNCIA PRESENTES. **Quiénes son las madres buscadoras de México**. 9 maio 2024. Disponível em: <https://agenciapresentes.org/2024/05/09/quienes-son-las-madres-buscadoras-de-mexico/>. Acesso em: 14 mar. 2024.

Na Colômbia, há uma construção histórica de violência política que a historiadora Uribe (2018) denomina de Violência, com “V” maiúsculo. As práticas de mutilação de corpos, de constituir ao final da mutilação, corpos amorfos com membros trocados, é aperfeiçoada ao longo das décadas por diferentes grupos criminosos ilegais e estatais. Ela afirma que:

Essa recusa dos colombianos em conhecer e digerir os conteúdos atrozes de *La Violencia* fará com que eles voltem a emergir anos depois nas práticas dos paramilitares, com algumas inovações. O mesmo acontecerá com práticas como o desaparecimento forçado e o lançamento dos corpos dos mortos nos rios com o objetivo de fazer desaparecer as evidências, práticas que faziam parte do cotidiano nas aldeias remotas do país. Ambos os procedimentos serão posteriormente adotados tanto por narcotraficantes quanto por paramilitares. (Uribe, 2018, p. 96).

Seria fortuito afirmar que o desaparecimento forçado é uma categoria transnacional, como afirmou Gatti (2007) ao observar que a categoria passou por três ritos fundamentais para tomar a proporção que possui. O primeiro, seu nascimento na Argentina enquanto categoria analítica. Segundamente, a aplicação dessa categoria em casos locais, em diferentes lugares. E o terceiro ato que é a utilização dessa categoria para tratar da perda de direito de populações vulneráveis tendo, portanto, um distanciamento da utilização original (2007, p. 22). O autor também ressalta um quarto rito que é ampliação da utilização da categoria como instrumento político de movimentos sociais. Ele utiliza vários exemplos, e, entre eles, a marcha de pessoa com mobilidade reduzida, na Espanha, com cartazes “nós também somos desaparecidos” (2007, p. 24).

Rita Segato (2019) elabora como as violações possuem diferentes significados em diferentes corpos. Em seu trabalho sobre a cidade de Juarez, o alto número de homicídios de mulheres era registrado juntamente com violações sexuais, por se tratar da dimensão de soberania do masculino sobre o feminino. A dominação, violação, submissão do corpo feminino enquanto posse de um homem que reafirma sua masculinidade no exercício de tais atos. Logo, ela observa que “A característica por excelência da soberania não é o poder de morte sobre o subjugado, mas sua derrota psicológica e moral, e sua transformação em audiência receptora da exibição do poder discricionário de morte do dominador” (2019, p.72). Ao elaborar sobre o desaparecimento de 43 jovens, na região de Ayotzinapa¹⁷, no México, ela interpreta o ocorrido como

¹⁷ Em 2024 fizeram 10 anos que 43 estudantes da Normal Rural Isidro Burgos, um centro de formação de professores, na cidade de Ayotzinapa, foram desaparecidos. O caso é marcado pela omissão do Estado na investigação. Mais informações podem ser lidas no site da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em > https://www.oas.org/pt/cidh/jsForm/?File=/pt/cidh/prensa/notas/2024/225.asp&utm_content=country-mex, acesso 21 dezembro 2024.

Corpos assim marcados pela crueldade são o produto de um tipo de assassinato que se distingue dos demais por trazer a assinatura de um poder corporativo, mancomunado, de uma corporação armada que, replicando e ampliando a estrutura da corporação masculina, se expressa e distribui seus lados dessa forma. Os desaparecimentos dos 43 jovens de Ayotzinapa mostram essa mesma ambivalência, pois, mais do que um problema de impunidade, trata-se de uma impunidade espetacular, da exibição pública do arbítrio e da capacidade de crueldade. Esta é uma mensagem que nos fala, como nas ditaduras de nosso continente, da existência de poderes paraestatais que assumiram o controle e a gestão da vida em bolsões cada vez mais amplos da geografia de nossos países, uma das tantas formas de paraestatalidade que nosso continente abrigou. O exibicionismo, a espetacularidade da capacidade de crueldade é o método do Segundo Estado para impor seu domínio e regular a vida de setores cada vez mais amplos da América Latina¹⁸ (Segato, 2018, p. 51)

O desaparecimento, portanto, é utilizado em diferentes pontos do espaço-tempo, como instrumento de terror, de apagamento, exercício de soberania, de tentativa de burlar a justiça ao se tentar esconder o crime, articulado entre Estado, grupos criminosos e pessoas que cometem homicídio. A intencionalidade é múltipla e, algumas vezes, turva. Neste trabalho, o desaparecimento será compreendido enquanto técnica de terror de uma dinâmica criminal específica da Baixada Fluminense, mas que não está desconectada com o que ocorre nos países vizinhos.

Neste sentido, o objetivo deste subcapítulo foi de realizar uma discussão histórica da utilização dos desaparecimentos forçados enquanto tecnologia de poder em diferentes contextos nacionais, articulando às nossas as raízes históricas e da América Latina - tendo como perspectiva a influência da colonização. No próximo subcapítulo, apresentarei a análise realizada em duas entrevistas obtidas com jornalistas que cobrem reportagens que envolvem valas clandestinas para compreender a construção do termo na imprensa.

1.4 A criação de valas clandestinas na produção jornalística:

Neste subcapítulo, será analisada duas entrevistas realizadas em agosto de 2023, pelo *Google Meet*, a partir de entrevistas semiestruturadas, com dois jornalistas que cobriram, no Rio de Janeiro, denúncias sobre valas clandestinas na Baixada Fluminense. O papel do jornalismo não se dá apenas na fabricação da notícia e a circulação de informações, mas como

¹⁸ SEGATO, Rita. *Contra-pedagogías de la crueldad*. Tradução própria. 1. ed. Buenos Aires: Prometeo, p. 51, 2018.

afirmou Moretzsohn, o jornalismo produz o que ela expressa de maneira onomatopeica como “ronron” (um ronronado), ou seja, ela entende o “ronron” como o discurso cotidiano através do qual a imprensa procura sedimentar consensos (Moretzsohn, 2003, p.2).

Esta perspectiva dialoga com o trabalho de Berger e Luckmann (2004), em que analisam a realidade social não como produto natural, mas como algo que é construído e reconstruído socialmente através das interações humanas. Neste sentido, quando as normas, práticas e comportamentos se tornam parte integrante da sociedade, é quando acontece o processo de institucionalização: “As tipificações das ações habituais que constituem as instituições são sempre partilhadas. São acessíveis a todos os membros do grupo social particular em questão, e a própria instituição tipifica os atores individuais assim como as ações individuais” (Berger; Luckmann, 2004, p. 79).

Para ilustração de como a realidade está submetida as interações sociais podendo, portanto, serem transformadas (ou conservadas), os autores recorrem ao seguinte exemplo:

A reiterada opinião do melhor amigo de um indivíduo, segundo o qual os jornais não estão relatando acontecimentos consideráveis que se passam por baixo das aparências, pode ter mais peso do que a mesma opinião expressa pelo barbeiro. Entretanto, a mesma opinião expressa sucessivamente por dez conhecidos casuais pode começar a contrabalançar a opinião contrária do melhor amigo do indivíduo (Berger; Luckmann, 2004, p. 201).

É possível afirmar que pela perspectiva de Berger e Luckmann, a mídia, ao disseminar informações, moldar opiniões e influenciar comportamentos, se configura como uma instituição que contribui para a construção e manutenção de significados e normas dentro da sociedade. A formação da pauta da segurança pública, dentro de uma editora de um jornal, é mobilizada por diferentes interesses que estão em disputas para a formação de opiniões. Entretanto, a análise neste subcapítulo não será sobre os meandros da atuação jornalística na pauta da segurança pública no Rio, mas as duas entrevistas buscaram compreender questões objetivas sobre a experiência advinda da carreira desses dois profissionais, que dialogam com a investigação aqui proposta de compreensão de como os grupos armados fabricam valas clandestinas – compreendendo os modos como esses profissionais fabricam consensos no cotidiano com as suas matérias.

Para tal fim, optou-se por realização de entrevista semiestruturada por compreender que “as técnicas de entrevista aberta e semi-estruturada também têm como vantagem”, de acordo com Boni e Quaresma (2005), “a sua elasticidade quanto à duração, permitindo uma cobertura mais profunda sobre determinados assuntos”, e os autores completam afirmando que “Além

disso, a interação entre o entrevistador e o entrevistado favorece respostas espontâneas” (Boni; Quaresma, 2005, p. 75).

Para as entrevistas, foram elaboradas questões como “Você saberia informar quais os lugares, os bairros ou as cidades são mais recorrentes encontros de cadáveres no Rio de Janeiro?”, “O que você chamaria, classificaria ou diferenciaria de ponto de desova e cemitério clandestino? Ou seja, quais são os seus critérios para afirmar que aquele local é um ponto de desova e que aquele local é um cemitério clandestino?” e “Você vê relação entre esses cadáveres e grupos criminosos? Tem algum grupo específico que tem mais relação com esse método?”. Utilizando essas perguntas como guia, os dois repórteres ficaram a vontade para resgatar em suas memórias experiências sobre os casos que cobriram jornalisticamente e a inserção deles nesse campo.

Vale destacar que ambos os jornalistas trabalham em portais de notícia de grande circulação e fizeram reportagens importantes sobre valas clandestinas na Baixada Fluminense. A identidade dos dois serão preservadas na transcrição das entrevistas e serão nomeados como “jornalista 1” e “jornalista 2” ao longo do texto.

1.4.1 Análise das entrevistas

Para a entrevista, reconhecendo que o banco de dados do Disque Denúncia comporta em si apenas um fragmento da fabricação do fenômeno de valas clandestinas, buscou-se verificar, a partir da trajetória dos jornalistas, quais os territórios que eles mais apuraram denúncias de valas clandestinas. Essa apuração, normalmente, de acordo com eles, é realizada a partir de contatos internos da polícia militar e civil que comunicam aos jornalistas quando acontece um crime que poderá ser do interesse da mídia. Questiono, portanto, o jornalista 1 se há algum território em que tais crimes são mais recorrentes. Ele afirmou que:

Cara, posso te dizer, pela minha experiência, de um ponto de vista muito pessoal, que o município no qual eu vi isso acontecer com mais frequência, porque foi o caso também que eu tive mais participação, digamos, de fazer mais matérias a respeito, foi em Queimados. Foi em Queimados. Na zona rural de Queimados. Era um caso específico de uma milícia que atuava em Queimados, acho que era 2019, talvez, já passou um tempinho, mas era uma milícia que atuava em Queimados. que matava muito, muito mesmo. Se eu não me engano, era uma milícia conhecida como Caçadores de Ganso (jornalista 1).

E completa

Mas eu sei que há lugares de Belford Rocha em que isso acontece muito, há lugares aqui na zona oeste do Rio em que isso acontece com uma frequência considerável, não necessariamente de cemitérios clandestinos, mas em pontos de desova de corpos (jornalista 1)

O jornalista 1, portanto, apresentou Queimados como o lugar que mais recebeu denúncias de valas clandestinas e destacou a autoria do grupo “caçadores de ganso” como principais autores deste fenômeno. Também destacou, corroborando com os dados analisados no Disque Denúncia, a participação de Belford Roxo enquanto município proeminente.

A diferença entre os dados registrados pelo DD e o relato de experiência apresentado pelos jornalistas sobre quais municípios eles compreendem ter recebido mais relatos pode ser analisado pela perspectiva apresentada pelos pesquisadores Eduardo Ribeiro, Luiz Soares e Miriam Krenzinger (2022) ao analisar três pontos territoriais do complexo da Maré que estavam submetidos ao domínio, respectivamente, do Terceiro Comando Puro, do Comando Vermelho e da milícia. A partir de uma série de entrevistas, o antropólogo percebeu que os lugares dominados por milícia eram onde os moradores melhor apresentavam sensação de segurança. De imediato, poderíamos cair em uma conclusão precipitada. Porém, eles apontaram que “O desafio para a análise é o ajuste fino entre apoio popular, mesmo que parcial e provisório, e a onipresença virtual da chantagem. Obediência é diferente de aprovação. Coerção enseja a primeira, não a segunda” (RIBEIRO, Eduardo. SOARES, Luiz E. KRENZINGER, Miriam, p. 571, 2022).

Portanto, é possível afirmar que municípios, como Queimados e Nova Iguaçu, que são palco da atuação de diferentes grupos milicianos e estão no *ranking* de municípios com mais valas clandestinas não necessariamente sejam os que mais tenham sido denunciados no Disque Denúncia.

Ainda nos trechos destacados acima das entrevistas, a autoria dos crimes é algo que corrobora com a nossa análise de que é uma linguagem compartilhada entre diferentes atores, estatais ou não, para a imposição de poder com vistas ao controle territorial. O Jornalista 2, que recentemente está morando em São Paulo, quando perguntado sobre a autoria dos crimes, apontou para algo que ele está presenciando em outro Estado:

Aqui em São Paulo, acho que atualmente você tem casos de guarda metropolitana envolvida nisso, mas o grosso das ocorrências documentadas está relacionado com o crime organizado (Jornalista 2).

O Jornalista 2, portanto, sem dar maiores detalhes, verificou que em São Paulo ele acredita existir uma atuação da guarda metropolitana para a fabricação de valas clandestinas,

mas que a maior parte é oriundo do Primeiro Comando da Capital (PCC). Esse intercâmbio de tecnologias e técnicas foi exaustivamente abordado na tese de Araújo (2012 e 2016) e o relato transcrito acima, sobe o possível envolvimento da guarda metropolitana com o crime organizado, tende a corroborar com as observações socioantropológicas do pesquisador.

O Jornalista 1, a partir de sua experiência, aponta não só o intercâmbio das técnicas quanto a primazia de certos grupos em relação a outros na condução da violência armada em certos territórios. O questiono, portanto, se ele encontra alguma relação entre a produção dessas mortes com grupos criminosos e quais grupos criminosos ele apurou que poderiam ter maior responsabilidade sobre as denúncias registradas por ele. De acordo com ele:

Ah cara, pelo menos na época em que eu cobri casos mais frequentemente, na Baixada Fluminense especificamente isso era muito mais evidenciado, a milícia fazia isso com uma frequência assustadora, eu diria. Lógico que não existe uma primazia da milícia com relação a isso, porque o tráfico também costuma fazer esse tipo de coisa, principalmente o Comando Vermelho, que é uma organização muito violenta [...] Mas especificamente na Baixada Fluminense eu posso dizer que na minha experiência as milícias de uma forma geral, porque tratar a milícia como um fenômeno único eu acho que é um erro primário com relação a esse assunto, porque tem... A gente tem uma grande milícia hoje no Rio de Janeiro, que é o hoje bonde do Zinho, família do Zinho, alguma coisa assim, que realmente é muito grande. Tem milícias menores que a gente pode apontar em Nova Iguaçu, em Seropédica, e outras menores ainda de outros municípios, como Queimados, como Belford Roxo, como as milícias que emergiram dos grupos de extermínio em Duque Caxias e tal (Jornalista 1).

As entrevistas foram realizadas em 2023, neste período histórico o Zinho era considerado o inimigo número um do Estado do Rio de Janeiro¹⁹ e se entregou a polícia federal após o assassinato, pela polícia civil do Rio, do Ecko, seu irmão. Após o debate sobre localidades, a entrevista fluiu para o debate sobre a metodologia classificatória por parte deles de, ao receberem uma denúncia, como eles classificam o que seria vala clandestina e o que seria ponto de desova. O jornalista 1, aponta de início que o trabalho jornalístico é muito pautado pelas autoridades e muitas das vezes a classificação vem pronta, como podemos ler:

Acho que como os veículos acabam sendo muito pautados de forma geral pelo que as autoridades acabam dizendo, esse tipo de nome acaba sendo dado... (Jornalista 1).

“Esse tipo de nome”, no caso, é o de cemitério clandestino. Mas embora pautados pelas “autoridades”, os jornalistas elaboram suas classificações a partir da experiência no campo

¹⁹ G1. **Quem é Zinho, líder da maior milícia do RJ que se entregou à Polícia Federal**. 25 dez. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/12/25/quem-e-zinho-lider-da-maior-milicia-do-rj-que-se-entregou-a-policia-federal.ghtml>. Acesso em: 8 out. 2024.

deles de atuação. Algumas classificações que diferenciam valas clandestinas de pontos de desova foram organizadas por eles ao longo da conversa. Ao ser questionado sobre os critérios de classificação do que seria um cemitério clandestino para ele, o Jornalista 1, por exemplo, elabora essa diferença a partir dos seguintes termos:

O cemitério clandestino, ele envolve, na maior parte das vezes, pelo menos do que eu já vi, um terreno específico. Uma área que eu não saberia classificar de quantos metros ou quilômetros quadrados você consegue encontrar um número X de corpos. Imagino que 2 ou 3, a classificação com relação a chacina que se utiliza atualmente de 3 ou mais vítimas, possa ser usada aqui, nesse contexto. O ponto de desova é um ponto onde, costumeiramente, pode se desovar um corpo. E esse ponto de desova pode ser variável, pode receber muitos corpos em um determinado trecho ali, mas o cemitério envolve, para mim, necessariamente, uma questão de... de mecanicamente um corpo ser enterrado (Jornalista 1).

A diferenciação entre ponto de desova e vala clandestina feita por ele se baseia em três características: primeiramente, quando há uma intenção de ocultação; segundo, quando se faz presente buracos que são abertos mecanicamente para enterrar os corpos; e, terceiro, se o corpo estiver inserido em uma área delimitada espacialmente. Ele continua com a classificação:

A polícia classificou e o Ministério Público também usou essa denominação [cemitério clandestino], porque o corpo estava dentro de um poço abandonado e tinham jogado muita coisa em cima daquele... dentro daquele espaço, na realidade, justamente para tapar a visão de quem pudesse estar procurando por algum corpo, ou qualquer coisa daquele tipo. Então, acredito que a principal diferença seja essa. [...] O ponto de desova pode ser utilizado como um local em que um corpo é simplesmente deixado em cima da relva, no meio das pedras, ou qualquer coisa assim. E o cemitério clandestino, pelo menos na minha... Na minha experiência, é quase que necessariamente um local onde um corpo é enterrado. Aí independe a forma como ele é enterrado, a profundidade em que ele é oculto da superfície... [...] Porque a desova do corpo, ela pode significar que o corpo está oculto em um determinado momento do dia, principalmente se for à noite, por exemplo, e aí, de repente, durante o dia, alguém pode estar passando por ali e ver que o corpo foi desovado simplesmente ali, deixado ali, e o corpo que está num cemitério clandestino, ele necessariamente tentou ser ocultado (Jornalista 1).

Neste trecho, o Jornalista 1 reforça o uso da categoria cemitério clandestino pelas autoridades e que eles, em certa medida, acabam replicando sem uma elaboração sobre ela. Mas ao se defrontar com meu questionamento sobre como ele categorizaria essa diferenciação, ele demonstra que a intenção de ocultação somado as técnicas para o alcance desse objetivo seria a estratégia necessária para caracterizar o que seria vala clandestina e o que seria ponto de desova.

No entanto, vale ressaltar essa distinção entre a análise elaborada por ele e a que foi construída nesta dissertação. Valas clandestinas não necessariamente se constitui a partir de sepultamento de corpos, como visto anteriormente, os rios, poços, matagais, valas, carros e outros lugares podem ser caracterizados como valas clandestinas quando há presença da intenção de ocultação de um corpo. A tentativa de ocultação, neste caso, é o ponto de contato entre o trazido pelo Jornalista 1 a análise aqui elaborada.

O Jornalista 2 analisa em outro termo: o quantitativo. Ele afirma, quando questionado sobre a diferença entre as duas categorias:

É uma pergunta interessante, assim, eu, pra mim, os dois termos são sinônimos, tá? Quando eu falo de pontos de desova e de cemitério clandestino, eu tô falando de algum local em que foram encontrados pelo menos dois corpos, eu acho que a gente teve a prudência de ter esse critério na nossa pesquisa para essa reportagem. Então, um lugar onde só tivesse um corpo, a gente não contava como cemitério clandestino, porque eventualmente poderia ser alguém que foi morto ali ou foi morto e foi deixado ali. Poderia ter sido deixado ali não pelo entendimento que aquele local era um local para isso. Eu acho que o cemitério clandestino ou ponto de desova também passa por ser um local em que se pressupõe que vai ser mais difícil de se encontrar o corpo ali. Mas o critério que a gente usou, eu lembro, na pesquisa era quantitativo. Tinha que ter pelo menos dois corpos encontrados num lugar para que ele fosse contado como cemitério clandestino (Jornalista 2).

Para ele, tanto pontos de desova quanto valas clandestinas são lugares de tentativa de ocultação de corpos. Não se faz presente, portanto, a diferenciação baseada nas técnicas, o que torna um diferente do outro é quantos corpos estão presentes no local sendo, acima de três corpos, caracterizados como vala clandestina. Neste sentido, a categorização feita pelo Jornalista 2 se aproxima da realizada nesta dissertação, embora, a presença de grupos armados na autoria do crime seja uma dimensão fundamental para a categorização.

Por último, os dois jornalistas elaboraram sobre o descaso do Estado e midiático com os casos:

Eu acho que considero que a maior parte das vezes só existe um interesse legítimo com de situação quando o caso toma as manchetes ou quando muitas vezes parte de um... Como é que eu vou dizer isso? De um esforço mais individual ou de um pequeno grupo dentro do aparato estatal. Na maior parte das vezes em que eu vi algum tipo de investigação ir para frente com relação a esse tema, foi muito por conta do esforço daquela equipe, daquele delegado específico que determinou que aquilo era um assunto importante e que deveria ser aprofundado. Muitas vezes começando uma investigação, eles descobriram um determinado local que poderia ser um ponto de desova ou um cemitério clandestino, dependendo do tipo de informação que eles obtivessem, eles eram capazes de tentar correr atrás disso. [...] Agora com relação à importância do assunto em si, eu acho que, como a gente falou aqui, é um assunto que é meio subestimado dentro da cobertura de segurança pública no geral, no estado do Rio de Janeiro (Jornalista 1).

A partir de sua experiência o Jornalista 1 verificou que há um esforço, dentro do Estado, por alguns poucos agentes da segurança pública, de fazer a investigação necessária para apurar os casos. E, conclui, que na cobertura da mídia, o assunto é subestimado pelas empresas jornalísticas. O Jornalista 2 possui considerações semelhantes:

Eu posso te dizer que o cemitério Clandestino no Rio, que foi onde eu acompanhei mais de perto, não tem uma cobertura desse tipo. O que você vai encontrar são reportagens pontuais, onde a polícia encontra em algum lugar muitos corpos registrando que aquilo foi encontrado ali, mas dificilmente você vai ter uma pauta explicando por que aqueles corpos estavam ali, ou quem que deixou aqueles corpos ali, ou o que que tem por trás daquilo (Jornalista 2).

Em sua análise, a cobertura jornalística não é o suficiente para a demanda de casos sendo a abordagem realizada de maneira pontual e sem muita caracterização do perfil da vítima e das motivações do crime.

A partir das entrevistas, foi possível denotar algumas dimensões da cobertura jornalística que permeiam o cotidiano dos moradores do Estado do Rio de Janeiro: a elaboração da categoria, as dinâmicas criminais e os desafios de se realizar a cobertura. Neste subcapítulo, portanto, tentou-se delinear o nosso objeto a partir de uma dimensão crucial para o debate público, que orienta o cotidiano, que é a produção jornalística.

No próximo capítulo, será apresentada a metodologia para a construção de mapas georreferenciados e a discussão sobre os municípios que mais apresentaram denúncias de valas clandestinas registradas pelos trabalhadores do Disque Denúncia tanto na dimensão territorial quanto a de governos do crime.

2. Ouvindo histórias e construindo mapas: georreferenciamento de valas clandestinas a partir do DD

Neste capítulo será realizada a análise do banco de dados do Disque Denúncia sobre valas clandestinas nos dois municípios que mais apresentaram denúncias em valores absolutos: Duque de Caxias e Belford Roxo. A partir da leitura da planilha disponibilizada pelo DD, foi possível elaborar mapas georreferenciados e abordar como as características dos territórios analisados influem na produção de valas clandestinas por diferentes atores criminais.

2.1 Como olhar os dados: aspectos metodológicos e construção do georreferenciamento

O Disque Denúncia (DD) foi criado em 1995 e é uma “ferramenta-meio” (Martins, 2017, p.84) por apenas receber e encaminhar tais denúncias, que são recebidas de forma anônima por ligação, para as instituições responsáveis. São diversas as possibilidades de denúncias visto que não há regras para se registrar uma denúncia, tornando, assim, o banco de dados muito extenso.

O DD entrou no cotidiano da população do Estado do Rio de Janeiro após a propagandas publicitárias nos meios digitais e impressos como modo seguro de realização de uma denúncia sobre qualquer irregularidade. Ao longo dos 29 anos de existência, o Disque Denúncia já recebeu quase 3 milhões de denúncias²⁰.

A denúncia, portanto, é registrada em um banco de dados com as seguintes classificações, que eles chamam de *tags*: “den_cd” (código da denúncia), “Data – Hora”, “DD” (é um código que serve como protocolo e disponibilizado para o denunciante caso queira retornar para o DD e complementar a denúncia), “Tipo de Assunto”, “Município”, “Tipo” (qual o tipo do endereço, se é rodovia, rua, avenida, estrada...), “descrição” (nome da rua ou localização aproximada), “número”, “bairro”, “texto” (transcrição da denúncia), “tipo do órgão” (para qual instituição a denúncia foi encaminhada), “latitude” e “longitude”.

Para a utilização de tais dados para a pesquisa, e entendendo que essa dissertação é um desdobramento da pesquisa intitulada “Mapeamento exploratório sobre desaparecidos e desaparecimentos forçados em municípios da Baixada Fluminense - Rio de Janeiro” (Araújo et al., 2023), citada anteriormente, foi necessário reuniões para acordarmos entre os envolvidos o sigilo dos dados.

A coordenação da pesquisa enviou um ofício à coordenação do Disque Denúncia explicando os objetivos do aferimento de seu banco de dados. Em curto prazo, a coordenação do DD se mostrou disponível para contribuir e em conjunto foi assinado um termo de compromisso tendo como consequência desse ato a disponibilização de seu banco de dados orientado por assuntos fixos, na *tag* “Tipos de Assunto”, que compreendemos, em consenso, estar atrelados ao desaparecimento de pessoas. São eles: “Cemitérios Clandestinos”, “Destruição/Subtração de Cadáveres”, “Encontro de Cadáver”, “Furto/Comércio de Ossos/Membros/Órgãos”, “Pessoas Desaparecidas” e “Tráfico de Mulheres”²¹.

²⁰ DIÁRIO DO RIO. **Disque Denúncia do RJ celebra 29 anos com 2,7 milhões de atendimentos**. Disponível em: <https://diariodorio.com/disque-denuncia-do-rj-celebra-29-anos-com-27-milhoes-de-atendimentos/>. Acesso em: 1 out. 2024.

²¹ Neste trabalho foi garantida a anonimização dos dados pessoais, incluindo nomes, qualificação e dos dados de localização de todas as informações utilizadas oriundas dos relatórios produzidos pelo Disque Denúncia. Tudo em consonância com o TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE, acordo assinado entre o Instituto MOVRI/Disque Denúncia e Nalayne Mendonça Pinto (Coordenadora da Pesquisa), bem como em obediência à previsão legal contida no artigo 7º inciso IV Cap II Seção I da Lei Geral de Proteção de Dados nº 13.709/2018

Neste banco de dados disponível para utilização na pesquisa, foi recebido um total de 14.935 denúncias em um *link* que encaminhava para uma planilha de recorte temporal entre 2002 a 2021. Na coluna “Município”, todos os municípios do Estado foram disponibilizados. Para os dados objetivados à pesquisa que culminou no relatório, foi classificado os anos de 2016 até 2020 e os 13 municípios da Baixada e a cidade do Rio de Janeiro. Com isso, obteve-se 1.738 denúncias para serem analisadas.

Após a leitura de todas as denúncias, foram desclassificadas as que estavam duplicadas e as que não se enquadravam no entendimento dos pesquisadores como casos de desaparecimento forçado e se chegou a um total de 768 denúncias tendo a Baixada Fluminense um total de 351 denúncias e o Rio de Janeiro de 417.

À análise desta dissertação, a planilha se orienta, prioritariamente, pelo recorte temporal de 2016 a 2020²², nos 13 municípios que compõe a Baixada Fluminense e na coluna “texto” nas *tags* pré-definidas que é uma transcrição realizada por profissionais treinados pelo próprio Disque Denúncia que formatam a denúncia, com correção ortográfica, em um molde comum repetido em todas as denúncias transcritas.

No entanto, como na análise para o mapeamento exploratório (onde fizemos a filtragem do banco de dados) o objetivo era analisar casos de desaparecimento forçado – o que pode, ou não, incluir valas clandestinas – e nesta dissertação o objeto o georreferenciamento de valas clandestinas, se fez necessário uma releitura de todas as denúncias previamente selecionadas pelos pesquisadores da pesquisa exploratória para descartar aquelas que envolviam desaparecimento forçado, mas não tinham indicativo de valas clandestinas. Na descrição transcrita pelos trabalhadores do DD, eles se utilizam do termo “cemitério clandestino”, “valas” ou descrevem o fenômeno e, a partir dos critérios adotados nesta pesquisa, se identificou e considerou a denúncia como sendo de vala clandestina.

Importa considerar o “texto” descritivo das denúncias, a fala do crime (Caldeira, 2000), porque a produção do discurso não está apenas no plano da mensagem, mas (re)produz e (re)afirma intensões, desejos, relações de poder e organiza a realidade. Para Foucault, “visto que o discurso - como a psicanálise nos mostrou - não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo” (Foucault, 1996, p. 10).

onde está previsto que o tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado, entre outras hipóteses, para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais.

²² Para análise em período mais recente a escrita desta dissertação, foi pedido ao Disque Denúncia a disponibilização do seu banco de dados atualizado. No entanto, após a troca da direção da autarquia, a política de disponibilização de dados mudou sendo agora necessário realizar uma contribuição financeira para tal fim; como não havia uma previsão orçamentaria no projeto não atualizamos o banco de dados e decidimos trabalhar com o banco de dados que tínhamos até 2020.

O discurso produzido não é ausente de funções, para ele:

a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (Foucault, 1996, p. 8).

Compreender a formulação destes discursos e seus imbricamentos requer métodos específicos nas ciências sociais. Como debatido, é possível analisar o discurso como coisa, dotado de intenção, tanto no campo subjetivo quanto no objetivo. Para isso, a metodologia adotada foi a de filtrar na planilha do *Excel* a coluna “Data-Hora” para as denúncias demarcadas pelo intervalo de 2016 a 2020. Na coluna “Município”, foi selecionado todos os municípios da Baixada Fluminense que tinham denúncias registradas: Queimados, Nilópolis, Mesquita, Belford Roxo, Nova Iguaçu, Magé, Seropédica, São João de Meriti, Itaguaí, Itapemirim, Duque de Caxias e Japeri. Logo após esta seleção, a coluna “Município” foi organizada por ordem alfabética e contabilizada as denúncias de cada município tendo como filtragem a consideração apenas das denúncias que se enquadravam na definição de valas clandestinas:

Tabela 1 – Distribuição da quantidade total de denúncias sobre valas clandestinas por municípios da Baixada Fluminense por ano.

TOTAL DE VALAS

2 0 1 6		2 0 1 7		2 0 1 8	
BELFORD ROXO	26	BELFORD ROXO	13	BELFORD ROXO	14
DUQUE DE CAXIAS	20	DUQUE DE CAXIAS	20	DUQUE DE CAXIAS	23
SÃO JOÃO DE MERITI	9	SÃO JOÃO DE MERITI	8	SÃO JOÃO DE MERITI	9
NOVA IGUAÇU	7	NOVA IGUAÇU	6	NOVA IGUAÇU	9
MESQUITA	4	ITAGUAÍ	4	ITAGUAÍ	5
ITAGUAÍ	3	QUEIMADOS	3	JAPERI	4
QUEIMADOS	3	JAPERI	3	QUEIMADOS	3
JAPERI	3	SEROPÉDICA	3	MESQUITA	3
MAGÉ	1	MAGÉ	2	GUAPIMIRIM	1
SEROPÉDICA	1	MESQUITA	2	SEROPÉDICA	2
		NILÓPOLIS	2	NILÓPOLIS	2

2 0 1 9		2 0 2 0	
BELFORD ROXO	25	BELFORD ROXO	13
DUQUE DE CAXIAS	22	DUQUE DE CAXIAS	11
NOVA IGUAÇU	10	SÃO JOÃO DE MERITI	8
JAPERI	6	QUEIMADOS	6
QUEIMADOS	4	NOVA IGUAÇU	5
ITAGUAÍ	3	MAGÉ	4
MESQUITA	2	ITAGUAÍ	3
SÃO JOÃO DE MERITI	1	JAPERI	2
SEROPÉDICA	1	MESQUITA	2
		NILÓPOLIS	1
		SEROPÉDICA	1

Fonte: autoria própria, 2024.

No ano de 2016, 10 municípios da Baixada Fluminense obtiveram denúncias registradas no Disque Denúncia sobre valas clandestinas. Em 2017 e 2018, 11 municípios; em 2019, 9 municípios e em 2020, 11 municípios. Belford Roxo e Duque de Caxias lideram no *ranking* de denúncias registradas em todos os anos. Infelizmente, o tempo disponível para a dissertação não possibilita a expansão da análise para todos os municípios e, como opção metodológica, escolhi Belford Roxo e Duque de Caxias para a análise.

2.2 Caracterização dos municípios de Belford Roxo e Duque de Caxias:

Historicamente, Belford Roxo tem suas raízes no Engenho de Santo Antônio de Jacutinga, na beira do Rio Sarapuí, com a capela fundada em 1657. A pesquisadora Lucia Silva (2016), apontou que “Jacutinga fazia fronteira com as freguesias de Piedade, Pilar, Marapicu e S. J. de Meriti, estendia-se até a baía de Guanabara pelas terras que ficavam entre os rios Sarapuí

e Iguaçu” (Silva, 2016, p. 124). Neste território, viviam os Jacutingas – exterminados pelos portugueses – e os Tamoios.

No século XVII, o Engenho de Santo Antônio de Jacutinga sofreu o seu primeiro desmembramento com a separação do Fazenda Engenho Maxambomba e a Fazenda Engenho da Posse, em Nova Iguaçu. No século XVIII, mais outra separação: as terras do engenho de Maxambomba se separaram à formação da Fazenda Engenho da Cachoeira de Mesquita; e de Santo Antônio de Jacutinga se formou dois novos engenhos: do Brejo e do Sarapuí. De tanto desmembramento, o Engenho se transformou em Freguesia de Jacutinga. A fazenda do Brejo e a Freguesia de Jacutinga integravam o território que se denomina hoje de Belford Roxo.

A Freguesia não tinha pujança econômica como seus vizinhos, mas acompanhou os ciclos de cana-de-açúcar e café, além da mandioca, a partir da espoliação da mão-de-obra escrava. Destaca-se, até os dias atuais, o recorte que os rios Iguaçu, Botas, Sarapuí, das Velhas, Outeiro, da Prata e Maxambomba fazem em Belford Roxo o que influenciou a economia da região durante o período colonial.

Em 1938 a antiga fazenda do Brejo seria chamado de Belford Roxo em homenagem ao engenheiro Raimundo Teixeira Belford Roxo que, junto ao Paulo de Frontin, produziram mecanismo de escoamento da água das chuvas no município. Em 1990 um plebiscito aprova a fundação da cidade de Belford Roxo sendo, portanto, desmembrado de Nova Iguaçu.

A cidade de Belford Roxo tem de extensão territorial aproximadamente 79 km². Atualmente, possui uma população de aproximadamente 484 mil pessoas²³ com uma densidade demográfica de 6.116,19 habitantes por km² e uma média de 6 habitantes por m². Suas fronteiras são com o município de Mesquita, Duque de Caxias, Nova Iguaçu e São João de Meriti.²⁴ O município é recortado pelas seguintes estradas: BR-116 (Rodovia Presidente Dutra que conecta, principalmente, a São Paulo), RJ-105 (conectando o município a Nova Iguaçu e Duque de Caxias) e RJ-085 (antiga Estrada Rio D’ouro que conecta o município com Xerém). Essas estradas facilitam o escoamento de mercadorias e pessoas dentro do próprio município, intermunicípio e é rota interestadual.

O município de Belford Roxo, na Baixada Fluminense, possui uma população predominantemente negra. Dados do IBGE de 2022²⁵ indicam que 255.660 habitantes se

²³ **IBGE. Cidades e Estados: Belford Roxo.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/belford-roxo.html>. Acesso em: 10 abr. 2024.

²⁴ **Nova Iguaçu: Núcleo de Informação Municipal Aplicada (NIMA) – PUC-Rio.** Disponível em: https://www.yumpu.com/pt/document/read/30453820/nova-iguau-nima-puc-rio#google_vignette. Acesso em: 13 mar. 2024.

²⁵ **IBGE. Cidades: Belford Roxo – Panorama.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/belford-roxo/panorama>. Acesso em: 26 dez. 2024.

declararam pardos, 95.577 pretos, 131.359 brancos, 242 indígenas e 237 amarelos. Somando pretos e pardos, a população negra do município alcança 351.237 pessoas, o que representa cerca de 72,7% do total. Além disso, a maioria dos moradores é composta por mulheres, que somam 251.743 pessoas, correspondendo a 52,1% da população.

Do ponto de vista econômico, o PIB per capita do município foi de R\$ 17.156,71 em 2021, ocupando a 90ª posição entre os 92 municípios do estado do Rio de Janeiro. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que avalia saúde, educação e renda, foi de 0,684 em 2010. Ainda segundo o IBGE (2022), o salário médio mensal dos trabalhadores formais é de 1,8 salários-mínimos, colocando Belford Roxo em 8º lugar na Baixada Fluminense, empatado com Mesquita. A taxa de ocupação é de 9,91%, o equivalente a 47.870 pessoas, posicionando o município em 13º lugar no estado do Rio de Janeiro.

Já Duque de Caxias é o segundo maior município em extensão da Baixada Fluminense, com 465 quilômetros quadrado, e o primeiro em população com quase 809 mil pessoas²⁶ com uma densidade demográfica de 1.729,34 habitantes por km² e uma média de 2,71 moradores por residência. Suas fronteiras são com os municípios do Rio de Janeiro, Petrópolis, Magé, Miguel Pereira, São João de Meriti e Nova Iguaçu. O município é composto por 4 distritos: 1º Duque de Caxias, 2º Campos Elíseos, 3º Imbarrá e o 4º Xerém²⁷. O município é recortado pela BR-040 (Rodovia Washington Luiz), a BR-493 (Arco Metropolitano do Rio de Janeiro), a Rodovia Presidente Dutra, a Avenida Brasil, a Linha Vermelha e a Linha Amarela, além de estar próximo do aeroporto Tom Jobim e uma parte considerável ser contornada pela Baía de Guanabara.

O município, na Baixada Fluminense, também possui uma população predominantemente negra. Dados do IBGE de 2022²⁸ indicam que 401.986 habitantes se declararam pardos, 154.153 pretos, 250.358 brancos, 668 indígenas e 803 amarelos. Somando pretos e pardos, a população negra do município alcança 556.139 pessoas, o que representa

²⁶ **IBGE. Agência de Notícias: Censo 2022 – Informações de população e domicílios por setores censitários auxiliam gestão pública.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39525-censo-2022-informacoes-de-populacao-e-domicilios-por-setores-censitarios-auxiliam-gestao-publica>. Acesso em: 10 abr. 2024.

²⁷ **CMDC/RJ. Hidrografia.** Disponível em: https://www.cmdc.rj.gov.br/?page_id=1155#:~:text=A%20hidrografia%20pode%20ser%20resumida,%2C%20Meriti%2C%20Sarapu%C3%AD%20e%20Estrela. Acesso em: 13 mar. 2024.

²⁸ **IBGE. Censo 2022: Panorama.** Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 26 dez. 2024.

cerca de 68.8% do total. Além disso, a maioria dos moradores é composta por mulheres, que somam 423.987 pessoas, correspondendo a 52,5% da população.

Do ponto de vista econômico, o PIB per capita do município²⁹ foi de R\$ 57.170,07 em 2021, ocupando a 19ª posição entre os 92 municípios do estado do Rio de Janeiro. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que avalia saúde, educação e renda, foi de 0,711 em 2010. Ainda segundo o IBGE (2022), o salário médio mensal dos trabalhadores formais é de 2,4 salários-mínimos, colocando Duque de Caxias em 17º lugar no Estado do Rio de Janeiro. A taxa de ocupação é de 23,27%, o equivalente a 188.068 pessoas, posicionando o município em 40º lugar no estado do Rio de Janeiro.

Nos relatos registrados pelos profissionais do Disque Denúncia, alguns lugares apresentam proeminência nas denúncias, como, por exemplo, matagais e brejos. A constituição de áreas rurais é muito presente nesses dois municípios da Baixada Fluminense e apresenta extensas terras com florestas e terrenos baldios. A cidade de Nova Iguaçu, por exemplo, possui 67% de sua área como Unidade de Conservação da Natureza.

O contexto histórico de Duque de Caxias, embora sua emancipação de Nova Iguaçu tenha acontecido em 1943, os primeiros registros de populações de quatro mil anos atrás, dos povos sambaquis, e, posteriormente, os Tupinambás fizeram morada no entorno da Baía de Guanabara. Caxias também foi passagem para o ouro escoado de Minas Gerais para o porto do Rio de Janeiro em sentido à Portugal, durante a colonização. O território é afro-indígena tendo o Quilombo do Bomba, localizado em São Bento, vivo até hoje resgatando e resguardando a ancestralidade de seu povo (Gomes, 2016).

Na sua constituição, a figura de Tenório Cavalcanti em Caxias, “o homem da capa preta”, e sua metralhadora “Lurdinha”, ganha notoriedade por estruturar um modo de se fazer política se utilizando da força para ganhos políticos. Mais tarde, em 1962, houve outro marco histórico que inflexionaria a história política da Baixada: o Grande Saque. Após o aumento do preço dos alimentos e da fome, uma massa de trabalhadores precarizados saquearam o comércio local. Como resposta, os comerciantes do município organizaram segurança particular, distribuíram armas, para defender seus bens da população faminta. De acordo com o sociólogo José Cláudio Alves, após o Grande Saque a Baixada entrou “assim, no limiar de uma nova fase da violência na Baixada, caracterizada pelo surgimento do esquadrão da morte” (Alves, p. 100, 2003).

²⁹**IBGE. Cidades: Duque de Caxias – Panorama.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/duque-de-caxias/panorama>. Acesso em: 26 dez. 2024.

Neste sentido, produzir sobre a Baixada é escolher qual lente utilizar para analisar os fenômenos inscritos em seu território. Ao historicizar a violência, a pretensão deste trabalho não é enquadrar toda a complexidade territorial em apenas uma dimensão, mas sim elaborar sobre questões que recortam cotidianamente a heterogeneidade de indivíduos e populações que usufruem da Baixada Fluminense. Portanto, destacar Nova Iguaçu e Duque de Caxias na análise deste trabalho a partir da perspectiva da violência é uma elaboração metodológica de produzir dados que contribuam para uma incidência política por instituições, órgãos e atores responsáveis por influir nas dinâmicas aqui descritas e analisadas.

A distribuição geográfica das valas clandestinas pode apresentar indícios das dinâmicas criminais que operam nestes bairros que sofrem influência de grupos criminosos que elaboram valas clandestinas. Todos os bairros supracitados possuem domínio ou de facções que comercializam drogas ou de grupos milicianos.

2.3 Georreferenciamento:

Com as denúncias classificadas, se explorou a função “*My Maps*”, do *Google*, que permite a criação de mapas próprios utilizando o sistema de georreferenciamento do *Google Maps*. É possível encontrar estabelecimentos, ruas, bairros, pontos de referências etc. que permitem interatividade ao usuário. Para esta pesquisa, foi selecionado os dois municípios que mais apresentaram denúncias de valas clandestinas por ano e, logo após a seleção, a leitura dos relatos com agregação da coluna “Município”, “Descrição”, “Tipo”, “Rua” e “Bairro” orientou a marcação dos *pins* (em cor preta) de localização para a criação dos mapas. A quantidade de *pins* não necessariamente reflete o total de denúncias registrados na tabela visto que algumas denúncias são complementares, diante deste fato, se optou por estabelecer a quantidade de um *pin* por localidade e não por denúncia.

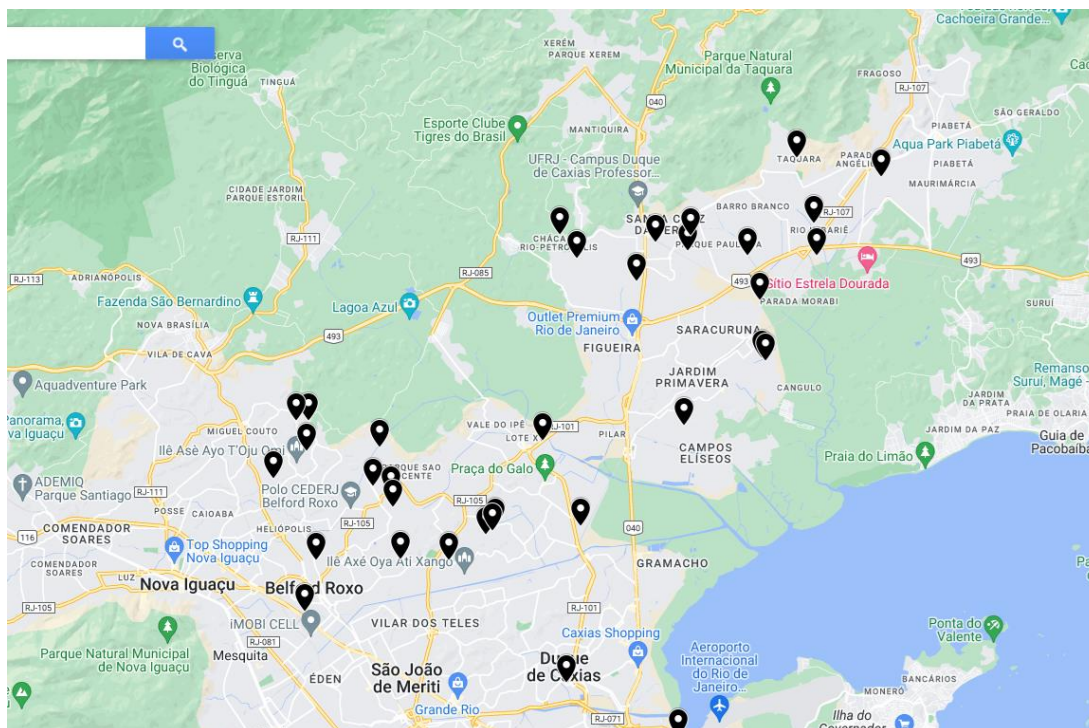
Como ferramenta, o georreferenciamento foi uma opção utilizada para ilustrar espacialmente a distribuição das valas clandestinas pelo território. O geoprocessamento de dados, conhecido na literatura como Sistema de Informações Geográficas (SIG), “não é entendido como um sistema computacional, mas como um sistema que tem elementos computacionais” (Pereira; Silva, 2001, p. 98).

A partir deste entendimento, a elaboração de um mapa, utilizando ferramentas do *Google*, que localiza as valas clandestinas nos dois municípios que mais apresentam denúncias deste fenômeno é justamente o que Pereira e Silva interpretaram como um SIG, ou seja, “o

componente mais importante do SIG é a base de dados, que contém o conjunto de dados que representam seu modelo do mundo real e possibilita extrair informações do sistema” (Pereira; Silva, 2001, p. 98). Para isso, o banco de dados de Disque Denúncia se apresenta como um base de dados a ser explorada.

Foi estabelecido uma margem de distorção de 1 Km de raio para respeitar o termo de confidencialidade dos dados assinado pela coordenação da pesquisa e pelo Disque Denúncia. Também foi possível “viajar no tempo” com a ferramenta de deslocamento temporal do registro das fotos que organizam o *Street View* do *Google Maps*. Em algumas localidades, o deslocamento temporal foi possível para o ano exato em que a denúncia foi realizada. Após a finalização da criação dos mapas por ano, foi realizado um *print screen*, colado neste trabalho, disponibilizado via *link* para poder ser acessado e ser possível ter uma relação mais interativa com os mapas.

Mapa 1 - Mapa de Valas Clandestinas em Duque de Caxias e Belford Roxo no ano de 2016. Print Screen do Google Maps³⁰.



Fonte: autoria própria, 2024.

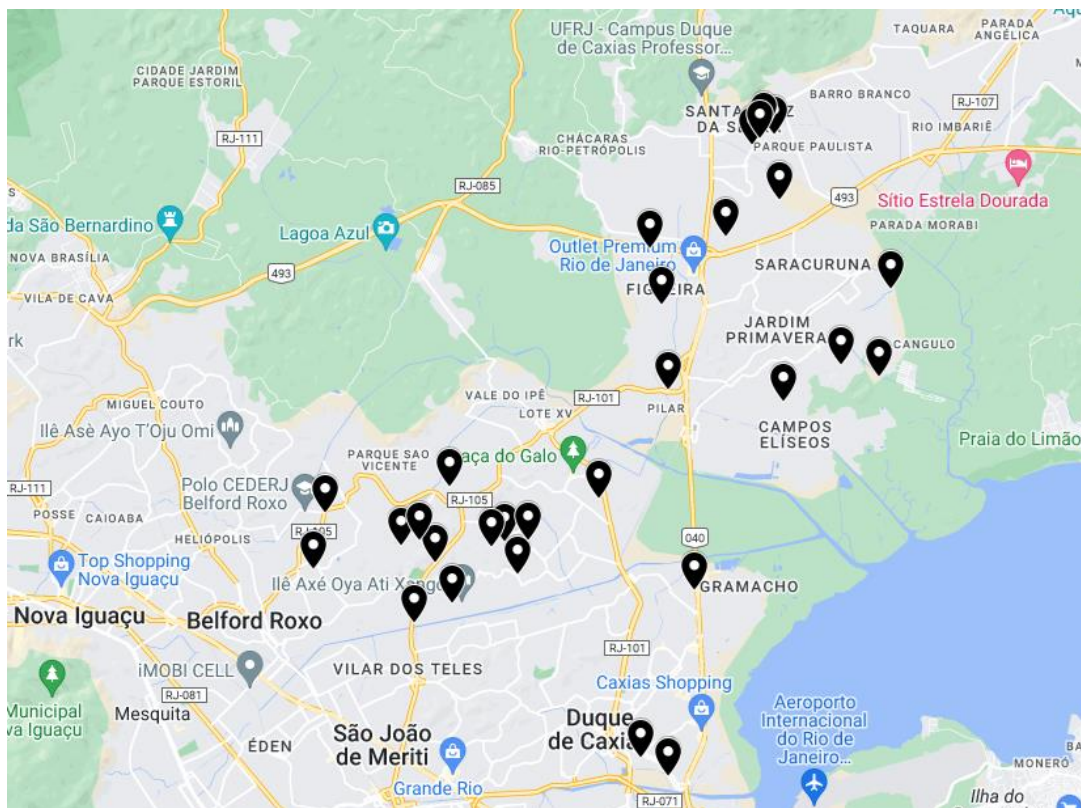
No mapa acima, referente ao ano de 2016, os municípios de Belford Roxo e Duque de Caxias foram os dois da Baixada Fluminense que mais receberam denúncia de valas clandestinas. Em Duque de Caxias, das 20 valas clandestinas, 3 se concentram no bairro Vila Santa Cruz, 2 em Saracuruna e na Chácara Rio Petrópolis. Belford Roxo, neste ano, tem registrado o recorde de denúncias no município no intervalo temporal delimitado nesta pesquisa. Das 26 valas registradas, 4 se localizam no bairro Vila Santa Tereza e 3 no Parque São José. O restante delas se espalham por diferentes bairros.

Ao analisar os lugares pelo *street view* do *google maps*, em Belford Roxo, pode ser observado as valas clandestinas em lugares sem asfaltamento, em matagais, regiões híbridas entre o rural e o urbano. Destaca-se, no ano de 2016, uma denúncia perto da 56ª Delegacia de Polícia, no bairro da Piam. Em Duque de Caxias, a maior parte das denúncias ocorreram em regiões com asfaltamento. No mapa acima, se destaca a utilização do Rio Botas e seus afluentes

³⁰ Mapa disponível virtualmente no link: https://www.google.com/maps/d/u/0/edit?mid=13o3TE32_WoyEpCEzkrWv_KfrZjy2GQ4&usp=sharing, acesso 03 fev. 2025.

como local de desova e as adjacências da BR-107 que conecta o centro do Rio de Janeiro ao interior do Estado em sentido a Minas Gerais.

Mapa 2 - Mapa de Valas Clandestinas em Duque de Caxias e Belford Roxo nos anos de 2017. Print Screen do Google Maps³¹.



Fonte: autoria própria, 2024.

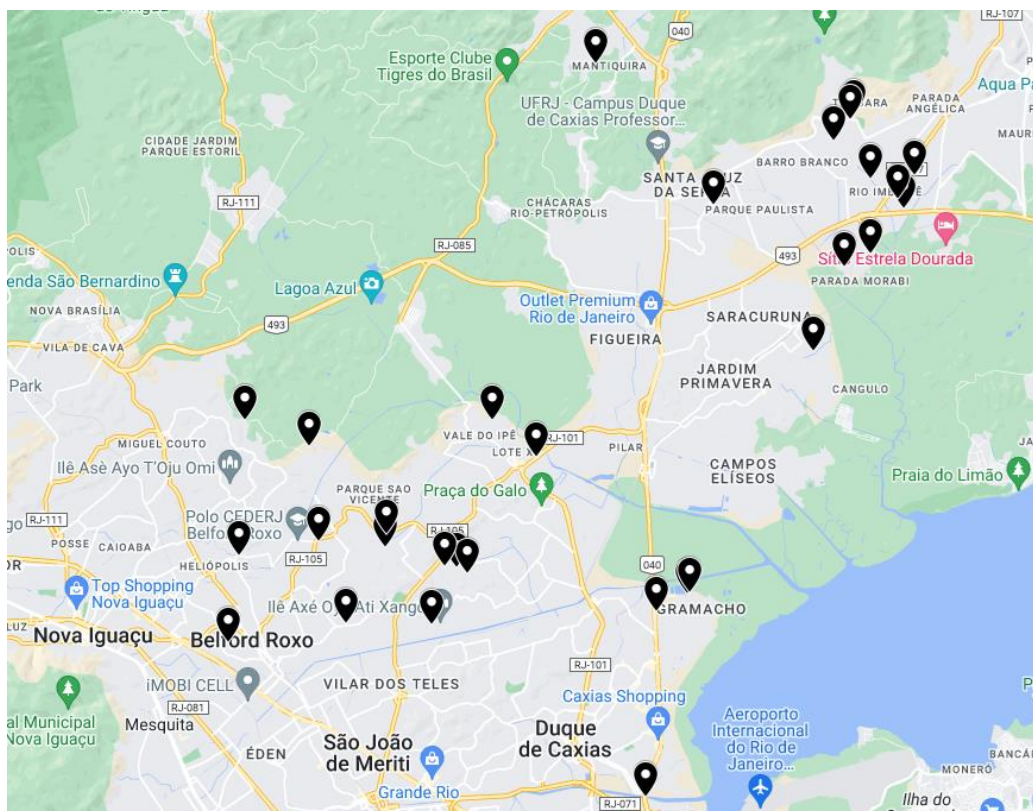
Em 2017, há uma concentração maior de valas nos bairros citados em 2016. Em Duque de Caxias, o bairro Vila Maria Helena aparece como novidade na classificação dos bairros com maior concentração de valas clandestinas: das 20 denúncias, 5 se concentraram no bairro Vila Santa Cruz, 2 na Vila Maria Helena e 2 na Chácara Rio Petrópolis. Em Belford Roxo, o bairro da Vila Pauline troca de lugar com o da Vila Santa Tereza: das 13 valas, 2 se concentram na Vila Pauline e 2 no Parque São José.

Em Belford Roxo, o padrão de valas em lugares sem asfalto, afastados do centro da cidade, permanece. Há alguns casos no entorno da estrada RJ-105, que liga Nova Iguaçu a

³¹ Mapa disponível virtualmente no link: https://www.google.com/maps/d/u/0/edit?mid=1TUunR_CmsOn8iJW2LUJtonfiEjc1WEE&usp=sharing, acesso 03 fev. 2025.

Seropédica, e na RJ-085, que conecta os municípios de São João de Meriti a Duque de Caxias. Neste município, há uma predominância do fenômeno de valas clandestinas, no ano de 2017, em suas fronteiras com a floresta e a Serra dos Órgãos.

Mapa 3 - Mapa de Valas Clandestinas em Duque de Caxias e Belford Roxo no ano de 2018. Print Screen do Google Maps³².



Fonte: autoria própria, 2024.

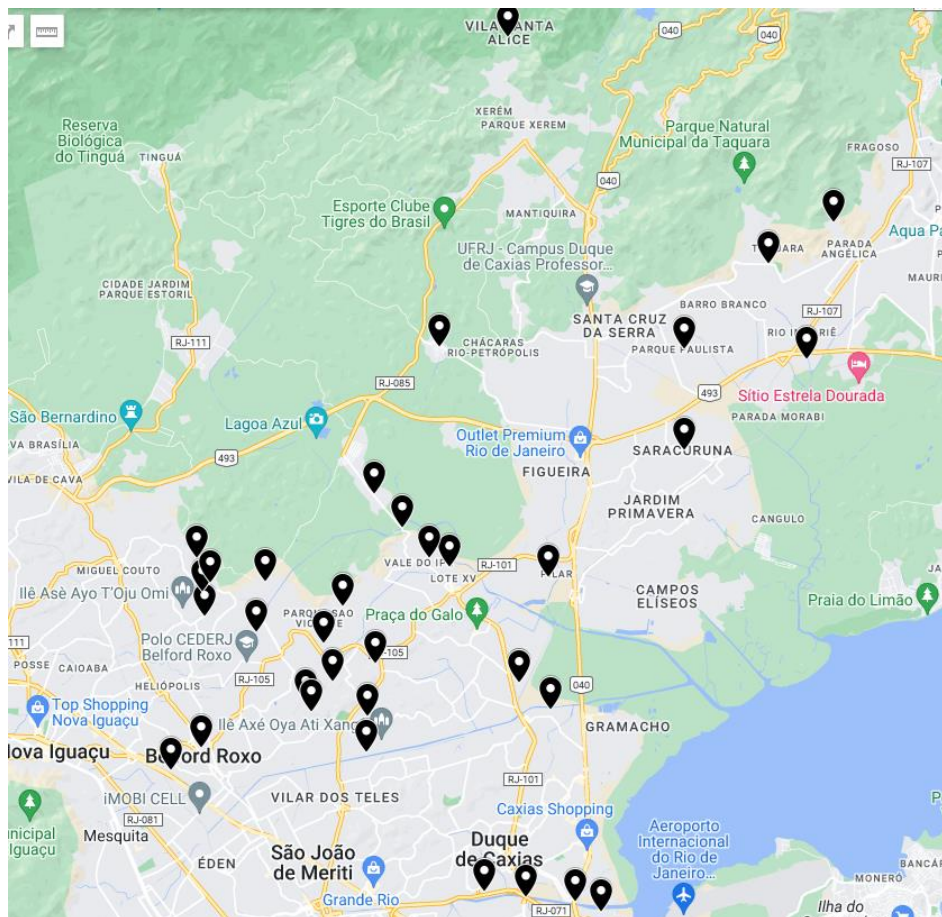
Em 2018, Duque de Caxias bate seu recorde de denúncias totalizando 23 sendo possível identificar que tanto os bairros de Imbariê e Taquara passam a liderar a concentração de valas clandestinas com 4 em cada uma delas, seguido de Gramacho com 3 denúncias. Em Belford Roxo, tanto o Parque São José quanto a Vila Pauline são bairros que apresentam a concentração máxima de 2 denúncias.

Em Belford Roxo, analisando pelo *street view*, se acumula casos de denúncias de valas no entorno da rodovia RJ-105. O padrão de ruas sem asfaltamento permanece. Em Duque de Caxias, em 2018, da região que tem como limite Campos Elísios a Saracuruna contabiliza

³² Mapa disponível virtualmente no link: <https://www.google.com/maps/d/u/0/edit?mid=1RIHTeZqeKbJ7MZMEOpOX-eNn13U2RR0&usp=sharing>, acesso 03 fev. 2025.

apenas um caso. Há uma concentração nos bairros do entorno da Av. Coronel Sisson e da Rod. Raphael de Almeida Magalhães.

Mapa 4 - Mapa de Valas Clandestinas em Duque de Caxias e Belford Roxo no ano de 2019. Print Screen do Google Maps³³.



Fonte: autoria própria, 2024

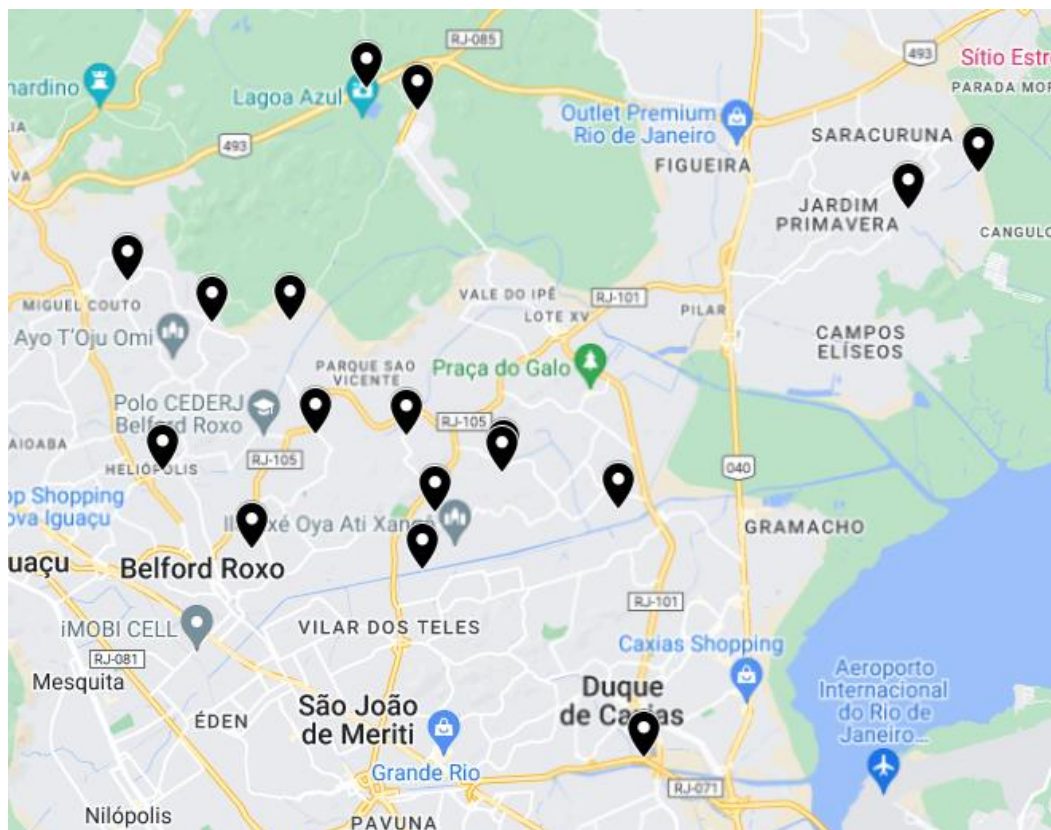
Em 2019, Duque de Caxias apresentou 22 denúncias de valas clandestinas registradas no banco de dados do Disque Denúncia. Os 3 bairros que lideraram a concentração de denúncias apresentaram apenas 2 denúncias em cada. São eles: Xerém, Jardim Primavera e Vila Rosário. Em Belford Roxo, o bairro Nova Aurora lidera com 3 denúncias seguido por Bom Pastor e Babi, com 2 denúncias em cada.

Interessante analisar que a concentração de denúncias de valas clandestinas está na região fronteiriça entre os municípios de Belford e de Duque de Caxias e, também, nos

³³ Mapa disponível virtualmente no link: <https://www.google.com/maps/d/u/0/edit?mid=1JCmSbqp6FL1wzhulHO9mzAEeJousxLI&usp=sharing>, acesso 01 out. 2024.

contornos da região de floresta e de serra. No município de Caxias, algumas denúncias se aglomeram no entorno da Av. Joaquim Costa Lima.

Mapa 5 - Mapa de Valas Clandestinas em Duque de Caxias e Nova Iguaçu no ano de 2020. Print Screen do Google Maps³⁴.



Fonte: autoria própria, 2024.

No ano de 2020, afetado pela pandemia global de SARS-CoV-2, o município de Duque de Caxias apresentou uma redução de denúncias envolvendo valas clandestinas em cerca de 50% enquanto Belford Roxo, com exceção do ano de 2016, apresentou uma estabilidade no número de denúncias. No primeiro município citado, não há concentração de denúncias em algum bairro em específico. No entanto, em Belford Roxo, das 13 denúncias totais apresentadas, 4 se concentraram no bairro de Recantus.

O padrão de 2019, de concentração na fronteira entre os municípios, permanece. Destaca-se Duque de Caxias que apresentou, em 2020, denúncias de valas na zona rural, na

³⁴ Mapa disponível virtualmente no link: <https://www.google.com/maps/d/u/0/edit?mid=14Gu7LKvq8Wp4URH8E39BocColSCBnk&usp=sharing>, acesso 01 out. 2024.

adjacência da estrada Rio D'ouro, e, também, nas proximidades da Via Expressa Presidente João Goulart, conhecida popularmente como Linha Vermelha.

Os municípios de Duque de Caxias e Belford Roxo apresentaram, para os anos de 2016 a 2020, os maiores números totais de valas clandestinas com uma concentração, no caso de Belford Roxo, nos bairros da Vila Pauline, Nova Aurora e Vila Santa Teresa em Duque de Caxias, em uma faixa territorial verticalizada que vai da divisa com a Pavuna até a altura de Jardim Primavera.

Neste sentido, a proposta do capítulo foi construir os mapas georreferenciados sobre as distribuições das valas clandestinas e foi possível analisar as características históricas e territoriais dos municípios que mais apresentaram denúncias no banco de dados do DD para melhor compreensão deste fenômeno no território. O próximo capítulo buscará compreender como as dinâmicas criminais influenciam na produção destas valas, quais os modos de desaparecer são acionados por esses grupos e que ferramentas e técnicas são mobilizadas para a ocultação dos cadáveres.

3. Território, ferramentas e modos de desaparecer: imbricações analisadas no banco de dados do DD

O presente capítulo busca analisar a Baixada Fluminense sob o prisma das dinâmicas criminais para compreensão, a partir da leitura sistemática do banco de dados do DD, dos modos de desaparecer corpos, quais as ferramentas utilizadas por esses atores e quais ferramentas são instrumentalizadas por eles.

3.1 Dinâmicas criminais: valas clandestinas como linguagem comum em Belford Roxo e Duque de Caxias

A Baixada Fluminense é marcada por uma forte atuação de grupos de extermínio. Já em 1954, o sociólogo José Cláudio Alves (2003) identifica o primeiro caso de atuação desses grupos, no qual policiais estiveram envolvidos no processo de captura do bandido Mineirinho, que atuava em São João de Meriti. O envolvimento de policiais com execuções sumárias foi crescente, em especial na ditadura militar empresarial brasileira. O esforço deste subcapítulo é de organizar um panorama sobre os principais atores criminosos que atuam nos dois municípios da Baixada Fluminense.

A polícia militar, que inicialmente tinha um papel coadjuvante na repressão social, se transformou em um dos atores protagonistas de territórios marginalizados para controle do cotidiano e, mais tarde, de mercados, se utilizando do extermínio e múltiplas formas de violência. A Baixada, portanto, zona periférica³⁵, se transformou em palco das arbitrariedades de esquadrões que usavam seu poderio de força como representação de poder. Além dessa dimensão, havia também a dimensão econômica; visto que cada vez mais os policiais que se envolviam com tais práticas eram estimulados financeiramente pelos empresários locais para que atuassem pela “segurança” de seus estabelecimentos.

Com o fim da ditadura, o saldo apresentado também passava pela criação da facção do tráfico autodenominada de Falange Vermelha que viria se chamar, até os dias atuais, de Comando Vermelho (CV) (Albergaria, 2016). Nos anos de 1980, a dissidência do CV criaria o Terceiro Comando (TC) que, na década de 2000, produziria uma nova dissidência nomeada de Terceiro Comando Puro (TCP). Embora este trabalho não tenha a intenção de realizar uma genealogia das facções que disputam os mercados ilícitos da Baixada Fluminense, para se caracterizar o território e como a inserção desses grupos fabricam as valas clandestinas, é importante para a análise situar o leitor na configuração desses grupos.

Com o processo de consolidação do neoliberalismo, aponta Alves (2003), um “*novus modus operandi*” (Alves, p.149, 2003) surgia. Os grupos de extermínio passaram a ter intermediários, muitos oriundos da sociedade civil, que promoviam um crescente mercado de execuções. O que se notava, naquele contexto, e que foi se consolidando ao longo das décadas de 2000, era uma abertura e expansão desses grupos para outros ramos de atuação como a extração de terra para o mercado de construções civil, aluguel de automóveis para atuação em transportes irregulares, fornecimento de internet ilegal, venda de gás de cozinha etc.

Na história mais recente, alguns policiais e militares protagonizaram a criação de um novo grupo criminoso que foi denominado de “milícia” pela jornalista Vera Araújo³⁶. A manjedoura desses grupos foi a Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, no bairro de Rio das Pedras (Manso, 2022), mas o caso que domina o debate público é o sequestro e tortura de um fotógrafo e uma repórter, do jornal O Dia, em 2008, no Batan, em Realengo. Tal atitude dos

³⁵ Periferia é uma categoria em disputa que tanto estigmatiza quanto potencializa identidades e subjetividades. Nesta dissertação, adotou-se periferia no sentido dado pela antropóloga Patrícia Birman que a caracteriza como “espaços sociais da exclusão” (Birman P., 2009, p. 322).

³⁶ A matéria que inaugura para o debate público o termo “milícia” é intitulada “As milícias chega para assustar”, de 2005, no jornal O Globo, em que a jornalista expõe o “comando azul”, como uma espécie de facção do crime que tinha a tonalidade azul devido o uniforme policial, na Zona Oeste da cidade. **O GLOBO. As milícias chegam para assustar.** Memória O Globo. Disponível em: <https://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/reportagens/as-miliacutecias-chegam-para-assustar-9152202>. Acesso em: 25 dez. 2024.

milicianos fomentou uma resposta de diferentes veículos de imprensa que criminalizou em definitivo a atuação dos milicianos.

Por último, mas não menos importante, cabe destacar a atuação da contravenção nos territórios da Baixada Fluminense. A contravenção tem suas fundações constituída como símbolo de maior incidência a Escola de Samba Beija-Flor de Nilópolis que tem como patrono o banqueiro da contravenção o Anísio Abrão David. Embora as raízes do sejam do século XIX, criado pelo Barão de Drummond para entreter e lucrar sobre os frequentadores do jardim zoológico que ficava em Vila Isabel, é na ditadura empresarial militar que, já criminalizado, alguns grupos que controlavam o “bicho” ganham força política. Os principais banqueiros frequentavam a *High Society* do Rio e usavam de suas influências para comprar juízes, desembargadores, políticos, delegados etc³⁷. No fim da ditadura, a contravenção ganha mais aliados: militares que torturavam nos porões do DOPS³⁸, sem prestígio social, buscaram emprego nas fileiras repressivas dos contraventores (jogo do bicho).

Tanto as facções do tráfico supracitadas, os diferentes grupos milicianos, esquadrões da morte e grupos de contravenção convivem no cotidiano da Baixada Fluminense ora disputando, ora se aliando nas empreitadas por mercados ilegais. Embora, certamente, esses atores não são enquadrados em blocos monolíticos de ilegalismos ou legalismos, eles transitam entre essas fronteiras. O trabalho de Teles e Hirata (2007) chama a atenção de que:

esse trânsito entre o informal e o ilegal, quiçá o ilícito, sempre esteve presente e sempre foi importante em cidades marcadas desde longa data por um hoje expansivo mercado informal, sempre próximo e tangente aos mercados ilícitos que também têm uma história que seria importante, em outro momento, reconstituir (Teles; Hirata, 2007, p. 175).

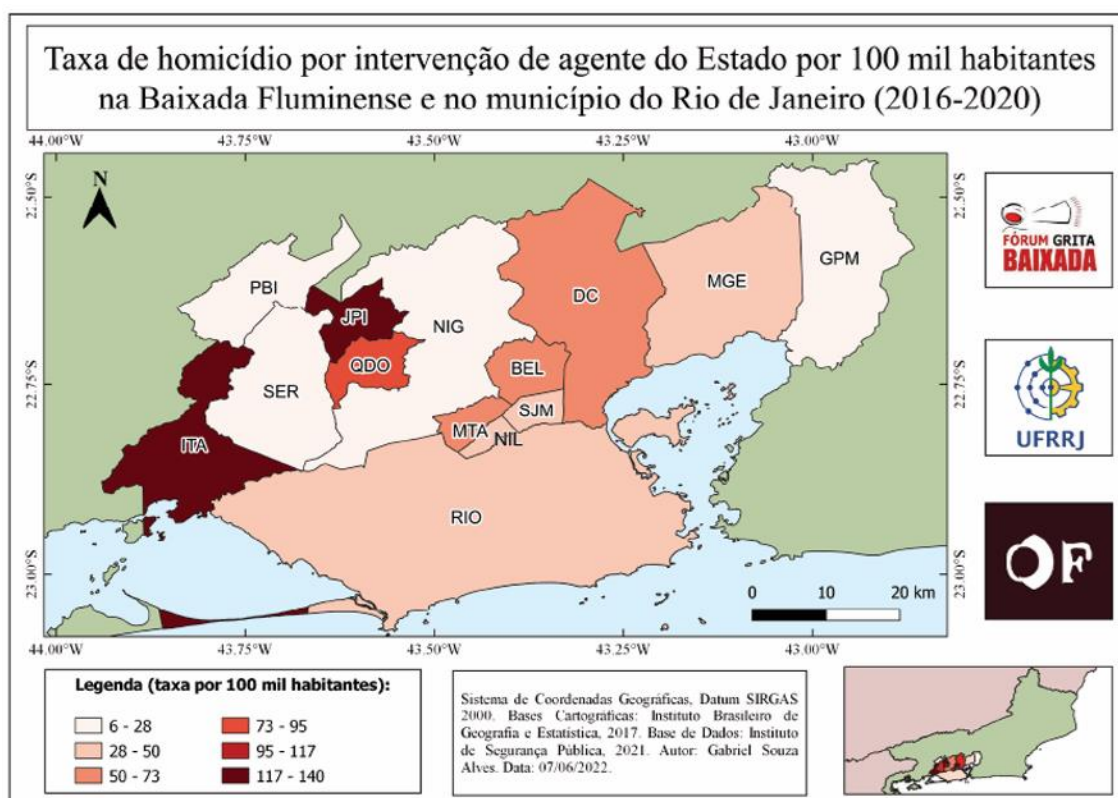
O que se compreende, portanto, é uma dinâmica complexa, de diferentes atores, em disputa por mercados legais e ilegais (grupos de extermínio, agentes do Estado, milicianos, contraventores, grupos armados de venda varejistas de tráficos e armas), que utilizam da repressão para a manutenção e expansão de seus interesses, com ramificações que adentram outras dimensões além da econômica como a da política institucional e do judiciário.

³⁷ A juíza Denise Frossard conta em entrevista sobre a dificuldade de se prender os “bicheiros” pela convivência das autoridades responsáveis em investigá-los. **O GLOBO. Saiba quem foram os bicheiros condenados pela juíza Denise Frossard há 30 anos.** 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2023/05/saiba-que-foram-os-bicheiros-condenados-pela-juiza-denise-frossard-ha-30-anos.ghtml>. Acesso em: 2 out. 2024.

³⁸ Departamento de Ordem Política e Social, órgão brasileiro responsável pela repressão no Estado Novo e na Ditadura Empresarial Militar.

Na análise realizada no livro “Desaparecimento Forçado: Vidas Interrompidas na Baixada Fluminense” (Araújo *et al.*, 2023) a partir do banco de dados do Instituto de Segurança Pública, se verificou que entre 2016 e 2020 três municípios ficaram na faixa de 73 e 95 homicídios por agentes do Estado por 100 mil habitantes: Duque de Caxias, Belford Roxo e Mesquita. Essa faixa é a terceira da hierarquia de municípios com mais mortes por intervenções de agentes do Estado. A primeira está na faixa entre 117 a 140 assassinatos, contendo Japeri e Itaguaí. A segunda faixa, que contém de 95 a 117 assassinatos contém, isoladamente, o município de Queimados. Para efeitos de comparação, a cidade do Rio apresentou a faixa que contém de 50 a 73 assassinatos por 100 mil habitantes no recorte temporal supracitado.

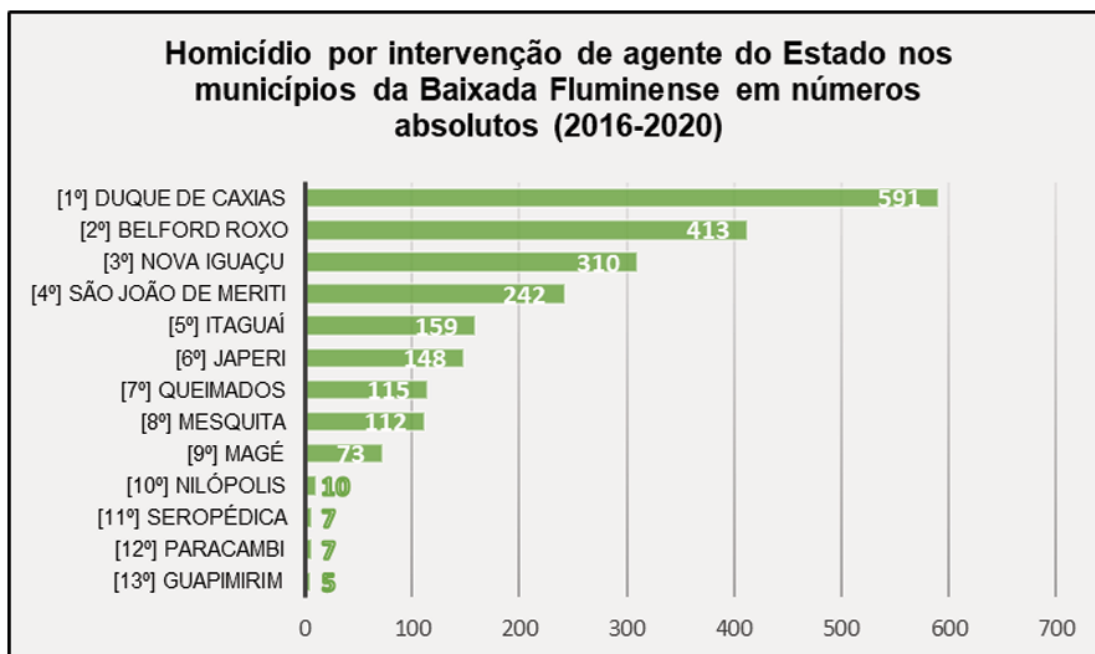
Mapa 6 - Mapa de calor dos municípios da Baixada Fluminense de taxa por 100 mil habitantes de homicídios praticados por agentes do Estado entre 2016 a 2020.



Fonte: INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA. ISP Dados Abertos. Estatística de segurança: série histórica mensal por município desde 2014, 2021^a. Disponível em: <http://www.ispdados.rj.gov.br/estatistica.html>. Acesso em: 25 dez. 2024. (Araújo, *et al.*, 2023 pg. 94)

No entanto, em números totais, entre os municípios da Baixada Fluminense, Duque de Caxias e Belford Roxo lideram com 591 e 413, respectivamente, assassinatos por policiais:

Gráfico 1 – Gráfico dos municípios da Baixada Fluminense que mais contabilizaram mortes por agentes do Estado entre 2016 a 2020.



Fonte: INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA. ISP Dados Abertos. Estatística de segurança: série histórica mensal por município desde 2014, 2021^a. Disponível em: <http://www.ispdados.rj.gov.br/estatistica.html>. Acesso em: 25 dez. 2024. (Araujo, *et al*, 2023 pg. 93)

Na categoria de homicídios dolosos, Duque de Caxias e Belford Roxo são, respectivamente, o segundo e o terceiro em números absolutos tendo, respectivamente, 2013 e 1210 casos. O município de Nova Iguaçu lidera o gráfico com 2077 homicídios:

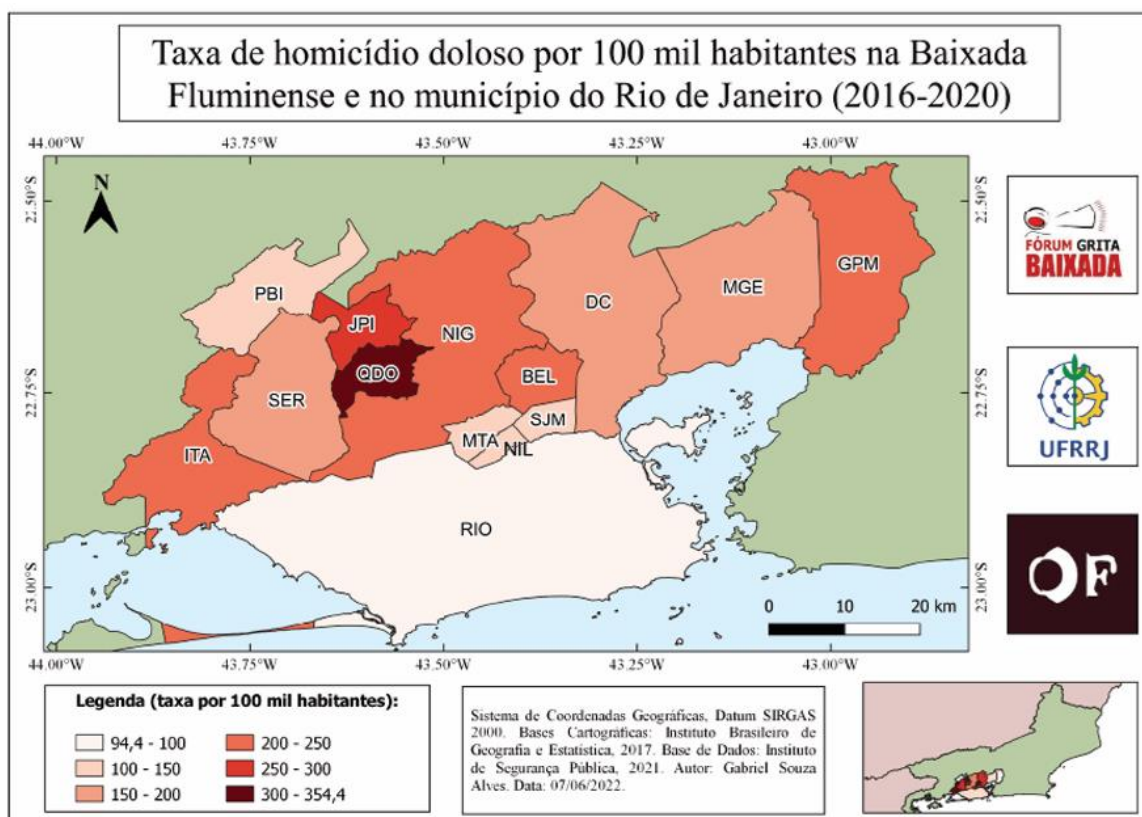
Gráfico 2 – Gráfico dos municípios da Baixada Fluminense que mais contabilizaram homicídios dolosos entre 2016 a 2020.



Fonte: INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA. ISP Dados Abertos. Estatística de segurança: série histórica mensal por município desde 2014, 2021^a. Disponível em: <http://www.ispdados.rj.gov.br/estatistica.html>. Acesso em: 25 dez. 2024. (Araujo, *et all*, 2023 pg. 89)

Em taxa por 100 mil habitantes, Belford Roxo a terceira faixa com 200 a 250 homicídios dolosos junto a Nova Iguaçu, Guapimirim e Itaguaí; Duque de Caxias está na quarta faixa que contém de 150 a 200 homicídios junto a Magé e Seropédica. Queimados lidera isoladamente o *ranking* dos municípios com a marca de 300 a 354,4 homicídios dolosos; na segunda faixa, portanto, está também isolado o município de Japeri, com a marca de 250 a 300 homicídios.

Mapa 7 - Mapa de calor dos municípios da Baixada Fluminense de taxa por 100 mil habitantes de homicídios dolosos entre 2016 a 2020.



Fonte: INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA. ISP Dados Abertos. Estatística de segurança: série histórica mensal por município desde 2014, 2021^a. Disponível em: <http://www.ispdados.rj.gov.br/estatistica.html>. Acesso em: 25 dez. 2024. (Araujo, *et al*, 2023 pg. 90)

Nos dois municípios destacados nesta pesquisa, ou seja, Belford Roxo e Duque de Caxias que mais apresentaram denúncias, na Baixada Fluminense, sobre valas clandestinas no Disque Denúncias, possuem na dimensão criminal contornos específicos. Em Belford Roxo, a disputa política por grupos criminosos está na gênese do município. O prefeito a frente da emancipação do município, Jorge Júlio Costa dos Santos, o Joca, foi assassinado com 11 tiros a caminho de uma reunião com o governador Marcello Alencar, em 1995. Atualmente, existe disputas territoriais intensas entre grupos milicianos e o Comando Vermelho, em especial no Complexo do Roseiral, que abarca os bairros de Roseiral, Bacia, Vale do Ipê e Lote XV. O TCP, em Belford Roxo, possui predominância nos bairros de Trio de Ouro, Guacha e no Complexo de Santa Tereza³⁹.

³⁹ Enquanto era realizada a escrita desta dissertação, o “traficante” Geonário Moreno, líder do Terceiro Comando Puro da região de Santa Tereza, foi executado pelos policiais do 39º Batalhão da Polícia Militar. **G1. Homem é baleado em Belford Roxo.** 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/09/17/homem-e-baleado-em-belford-roxo.ghtml>. Acesso em: 22 dez. 2024.

Em Duque de Caxias, matadores também dominam a política local. Nos anos da década de 1990, o ex-prefeito Zito, embora inocentado, foi preso por suspeita de assassinatos. Atualmente, o Comando Vermelho se localiza no Complexo da Mangueirinha, Vai Quem Quer, Santa Lúcia, Vila Nova, Vila Ideal, Vila Fraternidade, Marapani e alguns outros bairros. Já a milícia tem muitos de seus interesses no mercado fundiário, em especial nas terras que realizam fronteiras com a Rodovia Washington Luiz. O foco da atuação miliciana se estabelece no bairro do Pilar e São Bento. O Terceiro Comando Puro, por sua vez, tem inserção nos bairros de Barro 3 e Pantanal⁴⁰.

Estes dois municípios, Duque de Caxias e Belford Roxo, são fronteiriços e diferentes grupos que atuam nos dois territórios disputam áreas o que resulta em um número expressivo de pessoas desaparecidas e de valas clandestinas como mecanismo de ocultação dessas vítimas e uma linguagem comum do terror. No próximo subcapítulo, portanto, será discutido o conceito de vala clandestina e os modos de desaparecer, a luz do que foi analisado na planilha do DD.

3.2 Modos de desaparecer

Definir o que são valas clandestinas, ao explorar o banco de dados do Disque Denúncia, se tornou uma tarefa árdua pelo volume de informações que se amontavam a cada leitura. As técnicas ora se imbricavam com as motivações, que se amalgamavam com as ferramentas, que também se apresentavam em grandes quantidades. Quanto mais eu lia e refletia, menos a diferenciação entre o que seria cemitério clandestino e o que não seria fazia sentido e mais elementos atravessavam as classificações que eu me dispus a trabalhar como objeto de pesquisa.

Para melhor compreensão, portanto, visto fazer alguns pontos de análise para desenvolvimento de uma classificação que tenha coerência para analisar o banco de dados do Disque Denúncia (DD) visto que, sem uma classificação bem definida, poderia me levar para um entendimento turvo do que seria, portanto, o objeto que estou trabalhando. Para ilustrar, utilizando todo o banco de dados disponível e não mais restritamente aos municípios de Duque de Caxias e Belford Roxo, trago este exemplo localizado em um município da Baixada Fluminense de denúncia registrada:

⁴⁰ Em agosto de 2022, os traficantes denominados de “Flamengo” e “Corinthians”, oriundos do TCP, foram presos em uma operação da Polícia Civil no Barro 3 e Pantanal. **MEIA HORA. Traficantes conhecidos como Flamengo e Corinthians são alvos de operação em Caxias.** 2022. Disponível em: <https://www.meiahora.com.br/geral/2022/08/6470456-trafficantes-conhecidos-como-flamengo-e-corinthians-sao-alvos-de-operacao-em-caxias.html>. Acesso em: 22 dez. 2024.

Informa que, no citado endereço, atrás da prefeitura municipal de xxx⁴¹, reside a senhora "xxx" que segundo relato, matou o companheiro (não identificado) em junho do ano passado, com a ajuda do filho (caracterizado) que é traficante de drogas. relata que, o crime (não soube dar detalhes) aconteceu dentro da casa, e pelo que informa, o corpo do homem foi enterrado no quintal da casa. Acrescenta ainda que, o filho da senhora "xxx" também é responsável pela morte de um policial militar (não identificado), assassinado em xxx. disse ainda que, os outros envolvidos com a morte do policial já foram mortos. sem mais, pede investigação (Banco de Dados do Disque Denúncia)⁴².

Portanto, classificar todas as denúncias como “cemitério clandestino” apenas como um local de desova de cadáveres fabricado por grupos ilegais armados poderia me fazer perder um número muito grande de denúncias que não se adequam a esse enquadramento analítico, mas que, de fato, produzem valas clandestinas. Ao mesmo tempo, não definir o que seria tal clandestinidade me levaria a uma especulação extremamente subjetiva, sem rigor, sobre infinitas possibilidades de crimes que resultam em desova ou ocultação de corpos, mas não possuem relação com grupos ilegais.

Tim Ingold (2015), em seu texto sobre a fabricação de uma prancha de madeira, traz elementos de importante contribuição para esta pesquisa ao definir diferenças entre instrumento e técnica. O antropólogo britânico descreve a fabricação realizada por ele próprio de uma prancha de madeira em que o uso de serrote, cavaletes, linhas etc. fazem parte do repertório da fabricação daquele objeto. Mas sem uma técnica, esses elementos por si só também não atingiria o objetivo almejado por ele.

Mas o que faria de um objeto uma ferramenta? De acordo com ele

Nenhum objeto considerado puramente em si e por si, em termos de seus atributos intrínsecos apenas, pode ser uma ferramenta. Descrever uma coisa como uma ferramenta é colocá-la em relação com outras coisas dentro de um campo de atividade no qual pode exercer determinado efeito. Na verdade, tendemos a nomear nossos instrumentos pelas atividades nas quais estão caracteristicamente ou normativamente envolvidos, ou pelos efeitos que têm nelas. Portanto, chamar um objeto de serrote é posicioná-lo no contexto de uma estória, como a que acabei de contar, sobre cortar uma prancha. Nomear a ferramenta é invocar a estória (Ingold, 2015, p.91).

Portanto, ao analisarmos um poço de maneira não relacional, ele é apenas um poço que de maneira geral é utilizado para extração de água subterrânea. Mas nos relatos de denúncias analisadas nesta dissertação, um poço se transforma em ferramenta de descarte de corpos, que

⁴¹ Optei por utilizar “xxx” para preservar, ao máximo possível, a identidade dos envolvidos.

⁴² O ano da denúncia foi omitida para preservar os envolvidos.

nos informa uma historicidade dentro do campo dos fenômenos de violência de desaparecimento forçado de pessoas. O poço nos conta só uma funcionalidade, mas também uma narrativa visto que “funcionalidade e narrativa”, para ele, “são dois lados da mesma moeda” (Ingold, 2015, p. 92).

Ele segue, em suas análises, para determinar a técnica. Voltando ao serrote, cortar um pedaço de madeira não é apenas deslizar o serrote para frente e para trás, mas envolve a pressão dada pelas mãos, um movimento rítmico orquestrado, a destreza operada no serrote etc. A “prática qualificada” é quando o corpo sente o movimento dado às ferramentas e o “sentimento reside no acoplamento de movimento e percepção” (Ingold, 2015, p. 95).

A “atividade técnica” é inscrita em um “conjunto de movimentos concorrentes dentro e fora do corpo” que, analisado sobre a perspectiva da ocultação de corpos, são as ações humanas, conduzidas pelo movimento de intencionalidade, como esquartejamentos, afogamentos, carbonização etc. que operam em um regime de operacionalização das ferramentas. A partir da perspectiva de Tim Ingold, metodologicamente será realizada uma diferenciação na classificação das ferramentas e das técnicas presentes nos relatos do Disque Denúncia por operarem diferentes significados.

Outra inquietação, portanto, surgiu no momento de classificar cemitério clandestino enquanto lugar apenas em que a técnica de sepultamento se faz presente. O banco de dados do DD, por exemplo, relata múltiplos casos de encontro de cadáveres em carros abandonados ou carbonizados. O carro, em si, no singular, não poderia ser classificado como vala clandestina; mas a prática de desovar corpos em carros constantemente, enquanto ferramenta, não seria uma produção de um tipo específico de cemitério em que a técnica de sepultamento não se faz presente? Essas inquietações me obrigaram a produzir categorias que possibilitem metodologicamente nortear a pesquisa para um melhor refinamento do banco de dados que analiso e estas questões serão abordadas a seguir.

3.2.1 Clandestinidade:

Victoria Grabois, liderança do Grupo Tortura Nunca Mais – RJ, militante contra a ditadura militar e empresária, disse no programa “Estação Periferia”⁴³, que “aí a coisa é diferente, você cai na clandestinidade, fui morar em São Paulo...”. Nesta conversa, contou sobre

⁴³ *YOUTUBE. Guerrilha da Araguaia e a Ditadura Civil Militar, com Victoria Grabois. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=eiArrE_wnVo. Acesso em: 5 out. 2024.*

como seus familiares foram para a Guerrilha do Araguaia⁴⁴ e ela, estando em São Paulo, sobreviveu ao regime. Em contrapartida, a revista eletrônica Agência Brasil anunciou, em suas manchetes, que a polícia civil prendeu pessoas envolvidas ao comércio clandestino de gás de cozinha em Paraty⁴⁵. Na matéria, destacam o entendimento que apenas revendedores autorizados pelas agências reguladoras possuem legitimidade para a venda de tal mercadoria.

Clandestinidade, portanto, é uma categoria que possui dupla mobilização: quando historicizada, é manifestada como estratégia de sobrevivência por indivíduos ou grupos sociais frente a regimes autoritários. O filósofo Gatti (2011), ao analisar a crítica do Walter Benjamin aos poemas do Brecht, explora o sentido de clandestinidade dado por Benjamin como “a experiência da clandestinidade urbana, tantas vezes evocada no ciclo, ganha contornos históricos precisos pelo viés da experiência do exílio imposta à militância política e intelectual comunista” (Gatti, 2011); na outra extremidade do pêndulo, se apresenta como um recurso discursivo de incriminação de práticas. No dicionário *Dicio*⁴⁶, clandestino significa “Contrário às leis ou à moral; ilegal, ilícito: negócios clandestinos”. Tais descrições são mobilizadas no cotidiano com forte valorização moral de caráter negativo.

A definição de clandestino, nesta pesquisa, é um esforço para uma elaboração a partir do ponto de contato que segura os eixos do pêndulo descrito. Nas duas definições, o que tem de comum é o não conhecimento das instituições do Estado da existência de tal vida ou prática. A partir dessa dimensão, a compreensão de clandestinidade nas denúncias registradas pelos profissionais do Dique Denúncia é entendida como espaços com pessoas mortas que não são destinadas para tal fim. O clandestino, portanto, seria o que margeia a lei, sem julgamentos morais, mas inscrito em uma prática jurídica e discursiva.

3.2.2 Valas improvisadas

⁴⁴De acordo com a Prefeitura Municipal de Xambioá, a Guerrilha do Araguaia “foi um movimento guerrilheiro existente na região amazônica brasileira, ao longo do rio Araguaia, entre fins da década de 1960 e a primeira metade da década de 1970. Criada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), tinha por objetivo fomentar uma revolução socialista, a ser iniciada no campo, baseada nas experiências vitoriosas da Revolução Cubana e da Revolução Chinesa”. **Xambioá. Guerrilha do Araguaia**. Disponível em: <https://xambioa.to.gov.br/guerrilha-do-araguaia/>. Acesso em: 5 out. 2024.

⁴⁵ **AGÊNCIA BRASIL. Rio: três pessoas são presas em operação contra comércio clandestino de gás**. 2015. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-06/rio-tres-pessoas-sao-presas-em-operacao-contra-comercio-clandestino-de-gas>. Acesso em: 5 out. 2024.

⁴⁶**DICIO. Significado de “Clandestino”**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/clandestino/>. Acesso em: 5 out. 2024.

Ao analisar ainda mais o banco de dados do DD, percebi que não seria possível sistematizar de maneira rigorosa as informações presentes porque nem todas as valas são criadas por organizações criminosas. Algumas das denúncias são sobre crimes de ordem doméstica, como assassinato entre cônjuges, que no desespero do momento, realizam a ocultação de cadáver, ou clínicas de aborto clandestinas, como pode ser lido abaixo:

Relata que, no endereço citado, na localidade xxx, próximo a xxx, reside "xxx" que há mais de seis meses, com frequência, costuma realizar abortos no interior de sua residência, na maioria das vezes em adolescentes e que os fetos são enterrados em seu quintal. Sem mais, solicita providências (Banco de dados do Disque Denúncia, Baixada Fluminense).

No caso acima, a descrição é de produção de valas a partir de uma demanda que é se desfazer da materialidade de um crime. No entanto, não há uma gerência de facção do tráfico, nem de milicianos ou agentes do Estado que se inscrevem em dinâmicas de disputa de territórios para o controle comercial e/ou político.

Complementa a denúncia xxx e informa que, o citado anteriormente "xxx" de 50 portador do vírus da aids, foi vítima de um golpe, perdeu parte dos seus bens, por parte de "xxx" que era cuidadora dele e o fez assinar documentos, e se apropriou dos imóveis de "xxx". Segundo informações, ele está desaparecido há duas semanas e só tem uma prima viva chamada "xxx" que possui telefone de contato de nº (xxx), mas não sabe do fato. Há suspeitas de que "cxxx" tenha mandado mata-lo e mandou sumir com o corpo do citado. Segundo informações, a casa da vítima esta fechada e há vários documento na casa que incriminam "xxx". Pede que a polícia compareça ao local. Para verificar, antes que as provas sejam retiradas (Banco de dados do Disque Denúncia, Baixada Fluminense).

Como relatado para o profissional do Disque Denúncia, uma mulher assassinou um idoso após ele passar seus imóveis para o nome dela. Para a execução de seu plano ela acionou alguém com mais experiência nesse tipo de crime. Tal denúncia é caracterizada como vala improvisada e não como vala clandestina por, novamente, não configurar a atuação de grupos para a disputa territorial. O mesmo pode ser percebido na denúncia abaixo:

No bairro citado, especificamente no xxx, reside um policial militar de nome "xxx" (lotado no xxx BPM), o qual pode ser o responsável pelo desaparecimento de "xxx", vulgo "xxx", o qual desapareceu no dia xxx. Acrescenta que "xxx", esposa de "xxx", mantém um caso com o referido policial, por isso, há suspeitas do envolvimento dela e do amante. Acrescenta que outro policial de nome "xxx"(amigo de "xxx"), o qual mora em xxx e na casa do militar ou em outro endereço de xxx, pode estar escondido a vítima, que ainda não foi encontrado (Banco de dados do Disque Denúncia, Baixada Fluminense).

Acima há participação de agentes do Estado no crime. De acordo com a denúncia, um policial assassinou o esposo de sua amante e esconde o corpo da vítima. Mesmo tendo participação de agentes do Estado e ocultação de cadáver, não se enquadra no recorte realizado nessa pesquisa de compreensão do que seria vala clandestina. Para tais práticas, ou seja, que há intenção de ocultação de cadáver, mas que no relato descrito pelo Disque Denúncia não está relacionado a grupos criminosos, irei categorizar como valas improvisadas descartando do mapeamento georreferenciado.

3.2.3 Cemitério Alternativo

O Brasil é de proporções continentais e o Estado é propositalmente precarizado para as populações pobres de Norte a Sul. Por isso, aqui faço uma consideração teórica pois, embora não apareça nos dados do Disque Denúncia tal fenômeno, nas minhas pesquisas bibliográficas me deparei com casos de moradores que fabricam cemitérios a margem da legibilidade do Estado (Das; Poole, 2004) para ter onde enterrar seus entes queridos.

O que mais me chamou a atenção foi o Cemitério “Sono dos Anjinhos”, no Município de Codó (Maranhão), que é um cemitério infantil sem registro oficial para enterrar bebês e crianças. Os pesquisadores Anne Lopes, Augusto Santos e Silvia Lopes investigaram o cemitério supracitado e conferiram que “a existência de cemitérios que não exigem a DO⁴⁷ ou Registro Oficial de Óbitos emitido via Cartórios de Registro Civil para o enterramento é muito comum” e completam afirmando que “também ocorre, com muita frequência, a realização de cemitérios clandestinos no próprio quintal da residência (Lopes *et al.*, 2017, p. 15).

Neste sentido, como já classificado, ao meu entendimento, o que é cemitério/vala clandestino, não utilizarei de mesma classificação para definir tais práticas. Para diferenciar, irei categorizar esse tipo de prática de produção de Cemitérios Alternativos. O uso da classificação “cemitério” é por existir a possibilidade, nesses lugares, de ritualização da morte. A precariedade, portanto, é um fator que se conjuga com a sua não oficialidade perante o Estado, mas não desarticula formas de realização ritualística da passagem da vida para a morte.

A filósofa Vinciane Despret, no livro “Um brinde aos mortos: Histórias daqueles que ficam” (2023), analisa uma série de formas de ritualização da morte e nem sempre são atreladas a enterros ou cemitérios da maneira formalizada que temos no Brasil. Em sua análise sobre a

⁴⁷ Declaração de óbito.

relação de troca entre mortos e vivos, ou seja, que há, em algumas culturas, a necessidade de enterrar o morto com algum bem material para que isso exprima algum benefício para os vivos, ela relata:

Na Islândia, os mortos também são recrutados no jogo das trocas de bens e serviços. Pede-se a eles que tomem conta de outros mortos, que, sem eles, não poderiam encontrar um lugar nos cemitérios, e os acompanhem em seu périplo post-mortem. De fato, até os anos 1990, as crianças nascidas mortas não poderiam ser enterradas no perímetro consagrado às tumbas – não tendo realmente nascido, não podiam ter o estatuto legal de defunto. Eram, portanto, relegadas ao limite exterior do cemitério (Despret, 2023, p. 96)

O bebê prematuro que nascia morto, portanto, eram confiados e enterrados a algum outro morto membro da família já enterrado para que ele fizesse a guarda da vida do bebê. Tal ritual era visto com “bons olhos” por considerar a importância de atrelar algum adulto de boa conduta como cuidador extra mundo daquele bebê prematuro.

Concluindo, cemitérios alternativos podem ser produzidos por grupos ou indivíduos quando acionados pela dificuldade atrelada à pobreza de conseguir pagar um espaço para enterrar seu ente querido em algum cemitério legalizado e, por isso, eles próprios produzem o enterro e a ritualização da morte. Mas também podem ser, em um cenário macro, produzido por fazerem partes da cultura de diferentes povos em que o significado da morte – e, por consequência, de sua ritualização – se alteram.

3.2.4 Cemitério x Vala:

Nas análises das denúncias do banco de dados do DD, após uma extensa leitura, as linhas de definição de categorias não eram tão rígidas como eu deslumbrei a priori. Para melhor refinamento, parto de alguns consensos já estabelecidos nos clássicos das ciências sociais em diálogo com o apresentado pelo campo que estudo.

Neste sentido, o ponto de partida é a compreensão de que a morte produz rituais – tema consagrado na antropologia (Turner, 2007; Douglas, 1985; Genep, 2011). Ela também é um elemento de produção e reprodução simbólica das desigualdades, culturas e atravessamentos que estão incorporados a vida social que produz materialidade, em muitos dos casos, nos cemitérios. Para o pesquisador Weverson Silva, que estudou os dias dos mortos no cemitério Senhor da Boa Sentença, em João Pessoa (Paraíba), “em teor de problematização, considero que o cemitério envolve um complexo simbólico que é algo particular e ao mesmo tempo universal” (Silva, 2019, p. 9).

Este entendimento pôde ser analisado na prática pela pesquisadora Luísa Roedel quando, a partir da lápide de uma sepultura no Cemitério do Bonfim, em Minas Gerais, com o epitáfio “HERCULINE BARBIN, HERMAFRODITA DO FINAL DO SÉCULO XIX QUE DIANTE DA EXIGÊNCIA MÉDICA DE ELEGER ENTRE UM DOS SEUS SEXOS, SE SUICIDA” (Roedel, 2017, p. 73), conseguiu “desenrolar” este “fio” e realizar um debate sobre a intersexualidade em Minas Gerais nos anos 40.

As simbologias e rituais que envolvem cemitérios apresentam e ocultam narrativas, descrevem e silenciam corpos e identidades, reproduzem desigualdades. O entendimento de Roedel sobre cemitérios é que são mais do que espaços de enterrar corpos, também tem: “fronteiras simbólicas [que] foram erguidas, com o objetivo de demarcar segmentações e hierarquias, monumentalidades e invisibilidades. Essas diferenciações não são somente relacionadas a relação de gênero, podem também surgir devido à classe, religião, etnia, etc.” (Roedel, 2017, p. 73)

Cemitério Clandestino, então, não se encaixaria nas definições aqui apresentadas, sendo um instrumento de ocultação de cadáveres e fabricação de dor. Para muitos familiares que sofrem com morte brutal de seus parentes ou o desaparecimento de entes queridos, enterrar é um direito retirado por tal prática. Como descreveu Fábio Araújo, ao trabalhar com mães que tiveram seus filhos brutalizados e/ou desaparecidos, em sua tese de doutorado:

Nos relatos dos familiares nota-se, expressivamente, o susto e o choque que desamparam e o desenraizamento que o sofrimento decorrente da morte associada à violência produz. A forma e o simbolismo das mortes ferem a dignidade da vítima e da família e, mais do que matar a pessoa, em alguns casos, busca-se, ao que parece, matar a morte. Apagar a morte e o outro. Isso acontece, por exemplo, nos casos de desaparecimento, em que os familiares não têm sequer o direito de enterrar os corpos, ou quando os corpos são mutilados e esquartejados (Araújo, 2012, pg. 222).

Outra dimensão importante é a classe social. A brutalidade da morte é, no Brasil, incide sobre os mais pobres que foram apartados da produção de cidadania e, consequentemente, da garantia de direitos. Elaborar sobre a divisão categórica entre valas ou em cemitérios clandestinos é inscrever o debate em um espaço que só é possível de existir quando referenciado aos mais pobres deste país. Valas, portanto, apresentaria de forma mais rigorosa as tais violências aqui trabalhadas.

Adotando este entendimento e, portanto, tendo em vista que “cemitérios clandestinos”, termo popularmente difundido, não permite que haja ritualização da morte, a partir deste

momento adoto como atitude pessoal tratar este fenômeno criminal como valas clandestinas em respeito: 1) aos familiares que perderam seus parentes nessas condições e; 2) ao acúmulo teórico aqui apresentado.

As valas clandestinas seriam, portanto, espaços de ocultação de cadáveres tendo ou não a técnica de sepultamento presente desde que tenha como autoria de organizações criminosas. Espaços como rios, carros, cisternas, terrenos baldios, matas, galpão e outros que aparecem nos relatos de Disque Denúncia serão classificados, nesta dissertação, como vala clandestina.

Como os exemplos de relato abaixo:

“Comunica que, na rua citada, esquina com a xxx, neste momento, encontra-se um auto xxx, de cor xxx, sem placa, que foi deixado no local por indivíduos (não identificados). Cita que, dentro do auto pode ser encontrado um corpo. Sem mais, pede providências” (Banco de dados do Disque Denúncia, Baixada Fluminense).

Ou, por exemplo:

“Relata que, na favela citada, em local ignorado, podem ser encontrados os corpos dos três adolescentes desaparecidos, cujas fotos foram veiculadas no programa do apresentador "Wagner Montes". Disse que, na quarta (xxx) ou quinta-feira (xxx), no período da tarde, os citados estavam assaltando os moradores desta comunidade citada, num ponto de ônibus situado, na entrada desta favela. Porém, estes adolescentes foram interceptados pelos traficantes locais, espancados e os seus corpos jogados aos jacarés, para serem devorados. Finaliza informando que, estes jacarés ficam num rio, situado no final desta favela. Solicita averiguações e providências” (Banco de dados do Disque Denúncia, Baixada Fluminense).

Portanto, o foco da minha análise são valas clandestinas em denúncias que a atuação de grupos ilegais armados – facções do tráfico, milícias e agentes do Estado – se torne possível de detecção no relato tendo, ou não, a técnica de sepultamento sido utilizada visto que em várias denúncias há presença de desova de corpos ao invés do enterro dessas vítimas. Ao longo deste subcapítulo, foram utilizados exemplos que não havia a presença de grupos armados. No entanto, para o georreferenciamento e para análise do que é valas clandestinas, foi compreendido, a partir da discussão acima, locais que tiveram como finalidade a desova e ocultação de corpos – enterrados ou não - por grupos armados.

Ainda assim, a técnica de sepultamento não é necessária para a categorização como valas clandestinas. Desovar corpos em latas de lixo, sacos plásticos, rios etc., por grupos armados, é uma característica importante para a compreensão do fenômeno. O envolvimento

de grupos criminosos organizados e agentes do Estado, para a análise, é uma característica fundamental para o mapeamento das valas clandestinas no banco de dados do Disque Denúncia e seu georreferenciamento. No próximo subcapítulo, se seguirá nas análises, no entanto, de ferramentas e técnicas relatadas pelos denunciadores do DD.

3.3 Ferramentas e técnicas de ocultação de corpos

No banco de dados do Disque Denúncia, nos relatos registrados pelos profissionais, muitos são os detalhes narrados pelos denunciadores. Na Baixada Fluminense, as valas clandestinas são produzidas, em sua maioria, a partir da utilização dos materiais disponíveis nos próprios territórios. Há uma recorrência de relatos como:

Relata que, na rua mencionada, após o conjunto residencial xxx, após o DPO (destacamento de policiamento ostensivo), em frente ao campo de futebol xxx, próximo **ao brejo, localiza-se um terreno**⁴⁸, onde podem ser encontrados, mais de cinquenta corpos enterrados. Conta que, este local, funciona como um cemitério clandestino, onde são enterradas vítimas de traficantes (não identificados) de drogas, que atuam no conjunto xxx e conjunto xxx. Finaliza dizendo que, para achar os corpos, a polícia deve ter auxílio de cães farejadores. Sem mais, solicita providências (Banco de dados do Disque Denúncia, Baixada Fluminense).

A utilização de terrenos, brejos, rios, campos de futebol, galpões etc. fazem parte do repertório das ferramentas de desaparecer com corpos. Portanto, analisar tais ferramentas também é discutir a inscrição da atuação desses grupos no território geográfico em que atuam para se compreender a correlação entre tais práticas e o local em que está sendo praticado tais crimes. Neste subcapítulo, serão articulados os locais de desovas mais recorrentes com a geografia do local compreendendo que essas imbricações fazem parte das ferramentas utilizadas.

3.3.1 Rios e valas

Os rios que cortam toda a Baixada Fluminense são utilizados por criminosos para a desova de corpos visto que conduzem os cadáveres para lugares afastados da região que possivelmente ocorreu o crime e acelera a decomposição cadavérica. Além disso, Caxias é banhado pela Baía de Guanabara e possui 4 bacias hidrográficas (Iguaçu, Meriti, Sarapuí e

⁴⁸ Este grifo e os presentes neste subcapítulo nos relatos registrados pelo Disque Denúncia serão meus.

Estrela) e Belford Roxo é recortado pelos rios Iguaçu, Botas, Sarapuí, das Velhas, Outeiro, da Prata e Maxambomba.

“Relata que, no final da rua citada, a qual fica situada próximo a escola municipal xxx, **localiza-se o rio Sarapuí, onde desde a noite de ontem (xxx), encontram-se os corpos de dois adolescentes** (não identificados), com as idades entre 14 e 16 anos, sendo que um deles está estirado às margens do rio e o outro boiando na água. Ressalta que, os dois foram assassinados (não soube informar quem os assassinou). Sem mais, pede providências” (Banco de dados do Disque Denúncia, Baixada Fluminense).

As valas de esgoto abertas pela falta de um programa de saneamento básico eficiente na Baixada compõem o menu de opções que criminosos possuem para a desova de corpos. A Agência de Notícias da Favela noticiou, em 2022, as valas presentes na Baixada Fluminense como uma violação de direitos humanos, ressaltando que “Nada que possa ferir os direitos humanos deve ser normalizado, mas na Baixada Fluminense, mais precisamente em Duque de Caxias, um desses inúmeros casos ganhou a atenção de ativistas da localidade” e que “As ruas esburacadas e a falta de saneamento básico entregam o descaso público com os mais de 25 mil moradores de quatro favelas de Saracuruna”.⁴⁹. A denúncia a seguir não é incomum no banco de dados do DD:

Relata que, na rua citada, próximo ao lugar conhecido como xxx , na comunidade xxx, em frente ao xxx, diariamente, a partir das 14h, podem ser vistos os traficantes "xxx" vulgo "xxx", "xxx", "xxx" e "xx" comercializando entorpecentes no local. Informa que, os citados assassinam moradores sem motivo aparente e **os enterram na beira do valão** (Banco de dados do Disque Denúncia, Baixada Fluminense).

No relato acima, o valão se apresenta enquanto espaço privilegiado para a desova de corpos. Foi possível identificar, no *Google Street*, que alguns dos endereços denunciados como lugar que possui pessoas desovadas eram em lugares afastados do centro da cidade, com pouca infraestrutura, recortados por valões a “céu aberto”, ou seja, sem o tratamento adequado dado pelo poder público.

Abaixo, outra denúncia:

No bairro citado, na comunidade da xxx, foi visto, em poder do tráfico o desaparecido "xxx O mesmo, foi executado no dia xxx, por queima de arquivo e jogado no **valão** da comunidade. Os funcionários da seguradora (não identificados) fizeram contato com os traficantes para a retirada da motocicleta da comunidade, que veio a aparecer no pátio legal. A motocicleta,

⁴⁹ ANF. **Normalizando o abandono da Baixada Fluminense**. Disponível em: <https://anf.org.br/normalizando-o-abandono-da-baixada-fluminense/>. Acesso em: 13 mar. 2024.

placa (não descrita), foi vista sendo retirada pelo CB PM "xx" da xxx. Solicita averiguação (Banco de dados do Disque Denúncia, Baixada Fluminense).

De acordo com o relato registrado acima, traficantes utilizam o “valão da comunidade” para a realização da desova. Ainda consta a ciência de uma seguradora e de policiais em relação ao desaparecimento da vítima. O valão, portanto, novamente é descrito enquanto local de utilização para descarte de corpos.

Na denúncia abaixo, percebemos a presença do rio:

Na rua citada, beirando o **rio Sarapuí**, próximo as xxx, pode ser encontrado neste momento o corpo do morador "xxx", que foi assassinado hoje (xxx), por volta das xxx, pelo traficante de drogas vulgo "xxx", oriundo da comunidade do xxx, com requinte de crueldade, por motivo banal. Solicita averiguação (Banco de dados do Disque Denúncia, Baixada Fluminense).

O rio Sarapuí possui importância histórica para o período colonial da Baixada Fluminense. Atualmente, o rio recorta os municípios de Nilópolis, Duque de Caxias, Mesquita, Rio de Janeiro, São João de Meriti e Belford Roxo. Suas águas desaguam no Rio Iguaçu, sendo, portanto, parte da bacia hidrográfica Sarapuí/Iguaçu. Na denúncia acima, ele faz parte do repertório técnica de grupos criminosos para a desova de corpos.

Em mais uma denúncia, é possível perceber outro rio:

Na rodovia citada, altura de um xxx, hoje (xxx), por volta de xxx, encontrava-se um corpo de um homem boiando no **rio Pavuna** (Banco de dados do Disque Denúncia, Baixada Fluminense).

O rio Pavuna possui cerca de 14 km de comprimento e realiza a divisa dos municípios de Nilópolis e São João de Meriti com a cidade do Rio de Janeiro. Quando adentra a cidade de São João, seu nome passa a ser Rio Meriti. Na denúncia acima, embora não quantificado nesta análise por não ter sido especificado na denúncia o envolvimento com grupos criminosos, o rio Pavuna também é incorporado como local de desova. Neste sentido, a partir dos exemplos supracitados, os rios possuem destaque para a operacionalidade técnica de desova de corpos.

3.3.2 Casas, galpões, lojas e construções abandonadas

As técnicas de ocultações de corpos são múltiplas. No território compreendido como Baixada Fluminense, a atuação de grupos criminosos apresenta extenso repertório para o

cometimento do fenômeno de desaparecer corpos. Os imbricamentos entre território e sua geografia e crime são muitos. Neste subcapítulo, destacamos a presença de casas, galpões, lojas e construções abandonadas como locais de desova, como é possível perceber na denúncia:

Informa que, na rua citada, acesso pela rua xxx, na altura da xxx, **situa-se uma casa abandonada**, com portão de ferro e quintal com mato alto, onde, neste momento, alguns indivíduos, um deles chamado "xxx" (não caracterizado), estão em seu interior com dois cadáveres, os quais foram trazidos ao local numa carroça há alguns minutos. Não soube explicar se os citados são criminosos, ou se estão armados. Sem mais relatar, pede providências (Banco de dados do Disque Denúncia, Baixada Fluminense).

A denúncia acima narra a presença de pessoas em uma casa de “mato alto”, “abandonada” que está tendo como finalidade a desova de corpos. As casas, portanto, fazem parte do repertório aqui analisado para o descarte de vítimas. A ociosidade dos imóveis e sua instrumentalização para tais fins estão presentes em alguns relatos. No entanto, não são apenas imóveis ociosos que são utilizados, como pode ser lido a seguir:

Na rua mencionada, atrás do **galpão** da xxx, em frente a um bar cercado com grade, localiza-se um **ferro velho**, onde na quinta-feira dia xxx por volta das xxx "xxx" foi visto pela última vez, estando desaparecido desde então, ele estava jogando baralho com o proprietário (não identificado), e no dia seguinte havia um buraco com terra fofa do tamanho de uma cova no terreno do estabelecimento (Banco de dados do Disque Denúncia, Baixada Fluminense).

O “ferro velho”, na denúncia acima, é um lugar suspeito de desova, porém, ao contrário da denúncia interior, não estava abandonado e seu proprietário é supostamente envolvido com o desaparecimento de uma pessoa. O ferro velho, nestes casos, se destacam por comumente ser um lugar de amplo terreno, com bastante ferragens que obstruem a vista de um espectador que passe em frente, e as máquinas, quando utilizadas, fazem um alto barulho. O ferro velho, enquanto empreendimento urbano e rural, ganha proeminência neste tipo de técnica. Outro lugar utilizado são os areais, descrito abaixo:

Com acesso pela rua citada, chega-se a um **areal**, onde há um cemitério clandestino, o qual está sendo usado por traficantes (não identificados), os quais assassinam pessoas e as enterram no local (Banco de dados do Disque Denúncia, Baixada Fluminense).

Os areais ganharam proeminência nos noticiários⁵⁰ por terem grupos milicianos na Baixada Fluminense que dominavam a extração e comércio de areia para lojas de material de

⁵⁰G1. Operação Mira extração de areia pelas maiores milícias do RJ. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/04/26/operacao-mira-extracao-de-areia-pelas-maiores->

construção e empreiteiras. Porém, como descrito na denúncia acima, os areais também eram utilizados para outras atividades. Vale destacar que o Disque Denúncia registra relatos de cidadãos, que não são especialistas em segurança pública, desse modo a diferenciação entre milicianos, traficantes ou agentes do Estado não são nítidas podendo, assim, apresentar incertezas quanto ao grupo que atua no território. Detona-se, neste caso, é que há presença de grupos criminosos que utilizam areais para a realização de desova de corpos.

Portanto, territorialmente é possível perceber que as características que compõem a Baixada Fluminense no que diz respeito a sua geografia dialoga diretamente com a produção de valas clandestinas como afirma a “sociologia ambiental”, fundada por Brantingham & Brantingham (1981), ao perceber que para acontecer um crime a dimensão espacial é fundamental, ou seja, não acontecem crimes sem um espaço definido. Esse espaço, portanto, cederia aos infratores características, ferramentas e metodologias específicas para a elaboração de tipos criminais diversos. A sociologia ambiental, portanto, busca compreender padrões gerados no espaço geográfico que ajude a produzir métricas de prevenção de delitos. Nos municípios de Duque de Caxias e Belford Roxo, rios, terrenos baldios, valas e espaços abandonados possuem destaque no destino dados por criminosos a cadáveres para a produção de valas clandestinas.

3.3.3 Poço

Além dos rios, os poços são lugares úmidos que aceleram a decomposição do corpo além de ser locais escondidos. A utilização desses lugares apresenta constância nas denúncias registradas. Esses lugares são, em sua maioria, de ordem doméstica tendo sua utilização atrelada ao abandono do imóvel ou através da imposição violenta de grupos criminosos para a sua utilização. A denúncia abaixo representa uma denúncia deste tipo:

No endereço citado, em frente ao xxx localiza-se uma **casa**, de cor verde, que está **abandonada**. Neste casa pode ser encontrado um corpo dentro dentro do **poço** nos fundos da casa que acredita o cadáver seja de "xxx" (Banco de dados do Disque Denúncia, Baixada Fluminense).

Na denúncia acima, é possível verificar que o poço está atrelado a uma casa abandonada, nos fundos dela, que representa uma tentativa de, além de putrefazer o corpo de maneira acelerada, escondê-lo para a ocultação da materialidade do crime. No entanto, em algumas denúncias não se faz presente elementos que condicionem o poço com imóvel abandonado como a denúncia abaixo:

Na avenida citada, em frente a uma igreja católica, ao lado de um lava a jato, localiza-se a barraca do xxx, onde no dia xxx, por volta de xxx, quatro milicianos (não identificados), com toucas ninja e portando fuzis e pistolas, sequestraram um indivíduo (não identificado), a pedido de milicianos do bairro xxx (não identificado). Informa que o sequestro ocorreu pois o mesmo havia saído da milícia e seus antigos companheiros (não identificados) acreditavam que ele estaria passando informações para a facção comando vermelho. "xxx" vulgo "xxx", "xxx" vulgo "xxx", "xxx", "xxx", "xxx" e "xxx" vulgo "xxx", chefes da milícia do xxx, foram os responsáveis por ordenar o sequestro e o assassinato. Relata que "xxx" foi o responsável por **enterrar o corpo, possivelmente em um poço**, dentro de uma fazenda, após o campo do xxx, próximo a xxx. "xxx" vulgo "xxx" é o novo chefe da localidade. Obs: não caracterizados (Banco de dados do Disque Denúncia, Baixada Fluminense).

Complementando a praticidade do poço enquanto lugar estratégico para ocultação dos corpos, na denúncia a seguir a desova de corpos se junta a outra técnica de confundir os odores de putrefação com carcaças de animais:

Na estrada mencionada, próximo a usina desativada e ao antigo lixão, localiza-se um poço que é utilizado para desova de corpos. Informa que ontem (xxx), foram presos dois milicianos (não identificados) e o miliciano de vulgo "xxx" (não caracterizado), que foram encaminhados para a delegacia de xxx; os milicianos são responsáveis pelas mortes que ocorrem no bairro e, **utilizam o poço citado para se desfazerem dos corpos**. Informa ainda que os citados costumavam jogar carcaças de animais mortos no poço, para que o odor se misturasse com o das vítimas (Banco de dados do Disque Denúncia, Baixada Fluminense).

Neste sentido, a desova em lugares físicos também se soma a outras técnicas utilizadas por criminosos para ludibriar as possíveis investigações. O odor se apresenta, portanto, como um elemento que denuncia o crime tendo que ser despistados com outras formas de ocultação de cadáveres. O que se compreende da denúncia acima é que, embora neste capítulo haja uma tentativa de categorizar das técnicas de se fazer desaparecer encontradas no Disque Denúncia, na prática elas se misturam e são acionadas, algumas vezes, mutualmente⁵¹.

⁵¹ Em 2019, em Queimados, a Polícia Civil encontrou uma vala clandestina atribuída a uma milícia que se autointitula “caçadores de ganso” e é responsável por uma série de crimes no município. Na vala, além de corpos, também havia uma moto enterrada. **AGÊNCIA BRASIL. Polícia encontra cemitério clandestino em**

3.3.4 Matos e matagais

A Baixada Fluminense, como destacado nesta dissertação, apresenta dimensões rurais e urbanas. Nos municípios aqui analisados, Belford Roxo e Duque de Caxias, em seus limites fronteiriços, há uma predominância de zona rural com massiva presença de sítios, fazendas, chácaras e florestas. Os “matagais” descritos pelos denunciante são encontrados nessas extremidades municipais, aliados a ruas com pouco – ou completamente sem – asfaltamento.

Nas denúncias abaixo, é possível compreender melhor a dinâmica descrita:

Na avenida citada, após o posto xxx, primeira rua à direita, local conhecido como xxx, no final do asfalto, entre o rio e a rua, no **meio do matagal**, neste momento, encontra-se o corpo de "xxx" que foi morto pelos traficantes e eles não permitem a retirada do corpo, que já está lá há uma semana. A polícia se recusa a comparecer ao local e a família só deseja enterrar o jovem (Banco de dados do Disque Denúncia, Baixada Fluminense).

No relato acima, o matagal se localiza “no final do asfalto, entre o rio a rua” denotando, portanto, um local em que apresenta debilidades no asfaltamento das ruas. Também se denota que não necessariamente há o sepultamento destes corpos, tendo o denunciante apontado que o corpo está exposto há uma semana em putrefação. Os matagais, portanto, são utilizados devido a presença de aves necrófagas que aceleram o fim material do corpo. Aliada a estas aves, a umidade da terra e outros animais e bactérias realizam a decomposição. A utilização de matagais, portanto, é aliada com outros lugares úmidos como os rios, como pode ser observado a seguir:

Na estrada citada, acesso pela avenida xxx, entrar ao lado de um condomínio, antes do posto xxx, próximo a um **valão**, diariamente, traficantes (não identificados), armados, comercializam entorpecentes. O mesmo ocorre na rua xxx, esquina com a rua xxx e na ruaxxx. Eles fecharam as entradas da rua com barricadas feitas com manilhas concretadas, impedindo a passagem de veículos. Eles invadem as casas para se esconder e segundo informações, no final da rua xxx, na beira de um rio, há **um matagal**, há um cemitério clandestino, onde podem ser encontrados vários corpos esquartejados, deixados no local por esses traficantes (Banco de dados do Disque Denúncia, Baixada Fluminense).

Os matagais, como visto acima, são lugares estratégicos e a utilização destes espaços fazem parte do repertório tático desses grupos que realizam a desova de corpos para o domínio territorial e imposição de seus poderes.

3.3.5 Veículos e saco preto

Os automóveis são bastante presentes no banco de dados do Disque Denúncia. As vezes categorizados como “auto”, “automóveis”, “carro” ou tendo o modelo do automóvel especificado no registro do profissional do Disque Denúncia, abandonar um corpo assassinado, as vezes carbonizado, em corpos espalhados pela cidade é um repertório comum por vários grupos criminosos não só em Belford Roxo e Duque de Caxias, mas em toda a Baixada Fluminense, como foi possível analisar em uma leitura rápida pelos outros municípios. Abaixo, exemplos:

Na estrada citada, no morro do xxx, na subida do colégio xxx, virando à direita, diariamente, a partir das 17h, podem ser vistos os milicianos "xxx", "xxx", "xxx", "xxx" e "xxx" (caracterizados), armados pistolas, fuzis e facão. relata que eles matam e esquartejam as pessoas, e enterram no alto do morro próximo a uma mata. Os milicianos utilizam um **auto corsa sedan, de cor preta, placa ignorada**, e se escondem na rua xxx, bairro xxx, no morro xxx, próximo a padaria xxx (Banco de dados do Disque Denúncia, Baixada Fluminense).

Na rua citada, próximo ao xxx, neste momento, encontram-se abandonados dois autos: um fox de cor vermelha, sem placa, e **um hb20** de cor branca, placa xxx, todo perfurado de balas e escorrendo sangue por baixo (Banco de dados do Disque Denúncia, Baixada Fluminense).

Na rodovia em questão, próximo a empresa xxx, foi abandonado na madrugada de hoje (xxx), foi abandonado um **auto (não descrito), que possui dois cadáveres no seu interior** (Banco de dados do Disque Denúncia, Baixada Fluminense).

Nos três exemplos acima, os carros são categorizados de maneiras diferentes pelos profissionais do Disque Denúncia. No entanto, o que se denota, é que a utilização desses automóveis para a desova de corpos tem certa recorrência e são aliadas a outras formas de execução. Para o corpo ser abandonado no carro, antes precisou de uma técnica de execução da vítima. O carro, portanto, se apresenta como um local de desova e, para a nossa análise, quando há envolvimento explícito no relato do denunciante de participação de milícia, facção do tráfico ou agentes do Estado, é categorizado enquanto vala clandestina.

Analisar quais práticas de execução sumária antecedem o descarte de corpos é perceber que há três formas recorrentes em que o carro é encontrado: pelo odor da putrefação, pelo sangue escorrendo pelas portas do veículo ou pela carbonização dele, além do odor, pelo estado do carro que visualmente chama a atenção de quem avista o ocorrido. Para melhor ilustrar, vejamos:

Informa que, na rua citada, acesso pela avenida xxx, na altura do xxxe um, sentido xxx, ao lado da xxx, há cerca de uma hora abandonaram o fiat uno verde escuro, placa xxx, com os vidros abertos. **O porta-malas está lacrado e amassada, suspeita que tenha um corpo escondido.** Pede averiguação (Banco de dados do Disque Denúncia, Baixada Fluminense).

Como descrito, os carros são utilizados para transportar corpos executados para o sumiço deles. Tal fenômeno, quando repetido várias vezes, é enquadrado enquanto técnica compartilhada por criminosos. Além dos carros, outra forma de desaparecer com corpos está presente na utilização de sacos pretos que escondem partes de corpos esquartejados ou, em algumas denúncias, carbonizados, como pode ser lido:

Na rua citada, mais conhecida como xxx, próximo da fabrica de gesso e ao lado de um templo evangélico em construção, localiza-se um terreno amplo com um **matagal**, onde atrás de caminhões e retroescavadeiras, pode ser encontrado **um carro que foi incendiado** na terça feira (xxx), por volta das 19h. segundo relato, trata-se de um auto modelo suv e com um **corpo parcialmente carbonizado dentro de um saco preto** (Banco de dados do Disque Denúncia, Baixada Fluminense).

Na rua citada, na altura do xxx próximo de uma igreja da assembléia de deus, neste momento, um motoqueiro passou pelo local e jogou na via **um saco plástico**, no qual há uma cabeça de um homem, com o sangue ainda pingando, indicando que a vitima foi degolada a poucos minutos. Perguntado, não soube fornecer maiores dados (Banco de dados do Disque Denúncia, Baixada Fluminense).

O saco preto, portanto, é uma tentativa de esconder em algum momento o corpo e, por consequência, a materialidade do crime. No entanto, novamente vale ressaltar que as técnicas possuem imbricações podendo ser utilizada mais de uma mutualmente para a obtenção do resultado perseguido pelo criminoso.

Este capítulo, portanto, analisou as dinâmicas criminais que constituem os territórios denominados de Belford Roxo e Duque de Caxias e os modos de desaparecer e ferramentas mobilizadas pelos atores criminais a partir da análise do banco de dados do Disque Denúncia.

No próximo capítulo buscaremos classificar as tecnologias do desaparecimento e os dispositivos de terror instrumentalizados na pedagogia criminal entre facções do tráfico, milícias e agentes do tráfico.

4. Submissão da vida às tecnologias de produção da morte: terror como dispositivo na Baixada Fluminense

Neste capítulo, será analisada as tecnologias utilizadas por diferentes atores criminais para a destruição, violação e ocultação dos cadáveres. Ressalta-se que a própria ideia de que a maior parte da população que vive nessas áreas controladas por grupos armados possui de que seus corpos estão vulneráveis ao desaparecimento é, por si só, um dispositivo de terror. O que se pretende analisar, portanto, é a utilização das tecnologias materiais que constituem semânticas particulares que serão categorizadas e analisadas pela leitura minuciosa realizada no banco de dados do Disque Denúncia.

4.1 Matar e ocultar

As denúncias registradas pelo DD apresentam riquezas de detalhes e se torna possível uma análise sobre as técnicas de se matar e ocultar corpos. As valas clandestinas são o destino desses cadáveres, mas antes há uma série de violações impetradas aos corpos. “Esquartejadas”, “queimadas”, “torturadas”, “assassinadas”, “degoladas”, “jogadas aos animais”, “violadas” são algumas das técnicas relatadas para o Disque Denúncia. No entanto, foi possível verificar que as denúncias apresentavam dois grandes grupos: o esquartejamento e a carbonização.

Neste sentido, elaborar sobre as técnicas de se fazer valas clandestinas, para além da noção da produção de um local que sirva para um repositório de cadáveres, é também discutir as técnicas utilizadas pelos criminosos para matar e ocultar. Neste subcapítulo me dedicarei a compreender quais técnicas são mais proeminentes nos relatos registrados pelo Disque Denúncia.

4.1.1 Utilização de animais

Na Baixada Fluminense, há presença de uma vasta fauna, além da criação de animais em fazendo e sítios. Pelos relatos apresentados no Disque Denúncia, porcos e jacaré são os

preferenciais dos grupos armados para a ocultação de cadáveres compreendendo que a digestão desses animais será a responsável por desaparecer com qualquer vestígio orgânico dos corpos. É possível encontrar a presença de animais nos relatos a seguir:

Relata que, na favela citada, em local ignorado, podem ser encontrados os corpos dos três adolescentes desaparecidos, cujas fotos foram veiculadas no programa do apresentador "Wagner Montes". Disse que, na quarta (xxx) ou quinta-feira (xxx), no período da tarde, os citados estavam assaltando os moradores desta comunidade citada, num ponto de ônibus situado, na entrada desta favela. Porém, estes adolescentes foram interceptados pelos traficantes locais, espancados e **os seus corpos jogados aos jacarés**, para serem devorados. Finaliza informando que, estes jacarés ficam num rio, situado no final desta favela. Solicita averiguações e providências (Banco de dados do Disque Denúncia, Baixada Fluminense).

Na avenida citada, localiza-se um condomínio, onde atuam milicianos "xxx", "xxx", "xxx" e outros (não identificados), chefiados pelo vulgo "xxx". Relata que "xxx" é o responsável por afiar facas e machados para que milicianos assassinem e esquartejem seus desafetos. A função de "xxx" é transportar partes dos cadáveres enrolados em tapetes, para o sítio xxx, onde os criminosos **dão para jacarés e porcos devorarem**. Os mesmos também praticavam roubos de cargas e veículos no arco metropolitano, perto do pesque e pague. "xxx" utilizava uma carroça, para vender as cargas roubadas na região. Eles assassinaram também o vulgo "xxx" e o mototaxista "xxx", em xxx de xxx (Banco de dados do Disque Denúncia, Baixada Fluminense).

No primeiro relato, os corpos de três adolescentes sumiram e o denunciante afirma que eles foram espancados por estarem roubando na região e seus corpos foram jogados para os jacarés. Na segunda denúncia, o denunciante apresenta uma cadeia de funções em o destino final das vítimas desse grupo é para os jacarés e porcos presentes em um sítio.

4.1.2 Carbonização e esquartejamento

A carbonização é uma técnica recorrente por potencialmente danificar o corpo assassinado a tal ponto que não é possível rastrear nem a identidade da vítima como a autoria do crime. Em alguns casos, o fogo destrói parcialmente ou totalmente o corpo restringido o trabalho da perícia de identificação de ossada. Em variadas denúncias, seja de desova em matagais, em poços, ou em sacos pretos, a carbonização é realizada como técnica. Abaixo, algumas denúncias que imbricam carbonização com outras formas de desaparecer:

Na rua citada, próximo a rodovia xxx, próximo à empresa xxx, neste momento pode ser encontrado **um carro carbonizado**, que está com três cadáveres em seu interior.obs: questionado, não soube informar detalhes (Banco de dados do Disque Denúncia, Baixada Fluminense).

No endereço citado, no morro xxx, podem ser encontrados corpos **carbonizados dentro de um poço** (Banco de dados do Disque Denúncia, Baixada Fluminense).

Na rua citada, próximo à xxx, na localidade xxx, neste momento, pode ser visto um **corpo carbonizado, o qual abandonaram no local** (Banco de dados do Disque Denúncia, Baixada Fluminense).

Na primeira denúncia, a carbonização se apresentou juntamente a desova de corpos em carros. Na segunda, os corpos foram carbonizados para, em seguida, serem escondidos em poços artesianos. Na terceira, o corpo foi encontrado de maneira aparente denunciando a sua desova em um terreno comum, sem a presença do sepultamento enquanto técnica.

Também há presença de relato que é utilizado um instrumento denominado de microondas pelos criminosos que é, essencialmente, um instrumento feito por uma pilha de pneus onde os corpos são colocados dentro para imobilizar a vítima e, em seguida, se atea fogo. Na denúncia a seguir é possível perceber a utilização desse instrumento:

Na rua citada, próximo ao campo de futebol, podem ser encontrados diariamente, a qualquer horário, traficantes (não identificados), liderados por "xxx", facção xxx, armados, com pistolas, fuzis e granadas, comercializando entorpecentes. Informa que o traficante "xxx" é muito violento e frequentemente expulsa moradores de suas casas. Atrás do sítio xxx é utilizado pelos traficantes, **como microondas**, onde ateam fogo em corpos de seus desafetos (Banco de dados do Disque Denúncia, Baixada Fluminense).

Nas técnicas observadas nos relatos, há em comum a tentativa de ocultação e aceleração da putrefação. É possível também afirmar que nos casos que não há sepultamento, o corpo exposto pode representar um recado, ou, em termos da Fábio Araújo (2016), uma “pedagogia do crime” em que se compreende que aquele corpo representa o destino daqueles que enfrentarem os interesses e dominância de tais grupos. Portanto, ao analisar as técnicas de ocultação de cadáveres presentes nos relatos que estão no bando de dados do Disque Denúncia, é compreender como essa pedagogia encontra materialidade e é compartilhada por diferentes atores que ora disputam e ora se unem na busca da expansão de seus domínios nas dimensões políticas e econômicas.

Já em outras denúncias, há presença de esquartejamento do corpo encontrado. A violação do corpo se apresenta a partir de diferentes técnicas que almejam dois objetivos: ocultar a autoria do crime ou inscrever a violência em uma pedagogia em que o corpo é modelo exemplar do terror. Abaixo, algumas denúncias:

Na rua mencionada, próximo ao xxx, beirando o valão, na comunidade de xxx, neste momento, podem ser encontrados diversos traficantes de drogas (não

identificados), da facção criminosa comando vermelho, armados com pistolas e revólveres, vendendo e consumindo cocaína e maconha. Eles mataram um rapaz (não identificado), no dia de ontem (xxx) e deixaram o corpo **esquartejado** beirando o valão (Banco de dados do Disque Denúncia, Baixada Fluminense).

No final da rua mencionada, posto de gasolina xxx, próximo ao valão e a um condomínio residencial, existe um cemitério clandestino usado pelos traficantes de drogas (não identificados). Neste momento, pode ser encontrado o corpos, **esquartejado**, de "xxx" (não caracterizado). Eles ficam na redondeza, armados com metralhadoras (Banco de dados do Disque Denúncia, Baixada Fluminense).

Nas denúncias acima, o esquartejamento é caracterizado como uma técnica utilizada por membros de facções de tráfico que, além de esquartejar, desovam os corpos em lugares de difícil acesso ou que influenciarão na aceleração da decomposição como é o caso dos valões. No entanto, essa violência não é ausente de espectadores e os corpos possuem uma dimensão pública ao ser relatado por denunciante.

4.1.3 Alvejamento por tiros

Os tiroteios fazem parte da rotina dos moradores da região metropolitana do Rio de Janeiro. De acordo com o Fogo Cruzado⁵², só no mês de outubro de 2024 cerca de 192 tiroteios foram registrados na região metropolitana sendo a maior parte deles de operações policiais, cerca de 44% do total. Mesmo sendo um número elevado, no mesmo mês de 2023, foram registrados 215 tiroteios. No banco de dados do DD, é possível encontrar algumas denúncias que envolvem vítimas alvejadas por tiro:

Na rua citada, na altura do xxx, próximo ao bar, na comunidade xxx, neste momento traficantes (não identificados), abandonaram um hb20, cor xxx, placa (ignorada), com diversas marcas de tiros, aparentando ter um corpo no banco traseiro. Informa que a comunidade é dominada pela facção cv e nesta madrugada, traficantes (não identificados) facção tcp, invadiram a comunidade e **ocorreu um intenso tiroteio por toda** localidade (Banco de dados do Disque Denúncia, Baixada Fluminense).

Na rua mencionada, próximo ao campo de futebol xxx, no final do valão, em frente a casa de cor verde, com muro alto e portão cinza, do lote xxx e quadra xxx, nesse momento, localiza-se o corpo de uma policial militar (não identificada) jogado no chão no meio da rua, com diversas **marcas de tiros**. Informa que a policial foi assassinada pelos traficantes (não identificados) da área, e que o corpo apareceu hoje (xxx) no local. Sem mais informações (Banco de dados do Disque Denúncia, Baixada Fluminense).

⁵²**FOGO CRUZADO. Dados e relatórios: Grande Rio – Outubro 2024.** Disponível em: <https://fogocruzado.org.br/dados/relatorios/grande-rio-outubro-2024>. Acesso em: 7 jan. 2025.

Na primeira denúncia, é possível identificar que houve um tiroteio e que há vítimas. Não necessariamente há uma conexão entre os dois fenômenos, ou seja, que foi o tiroteio que resultou na vitimização de uma pessoa. No entanto, se percebe que tiroteios são agravantes em territórios marcados pela presença de grupos criminais armados que praticam uma série de violações nos corpos dos moradores.

Tais agravantes podem ser verificados na saúde mental dos moradores dessas regiões. Pesquisa desenvolvida pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec)⁵³, realizado nas favelas cariosas Vidigal, Nova Holanda, na Maré; CHP-2 em Manguinhos, Parque Proletário dos Bancários na Ilha do Governador; Parque Conquista no Caju e Jardim Moricaba, na Zona Oeste, entrevistou 1500 pessoas e classificaram os moradores de acordo com as áreas que mais apresentaram tiroteios entre 2017 e 2022. A pesquisa indicou que adultos com hipertensão arterial, insônia prolongada, ansiedade e depressão são maiores nas favelas em que os tiroteios são mais frequentes. Neste sentido, os tiroteios não só correspondem como técnica de guerra de eliminação do outro para a conquista territorial como também engendram nos moradores um estado terror que reflete na saúde mental.

Na segunda denúncia, o corpo de um policial foi colocado em um campo de futebol, exposto publicamente, alvejado por tiros. A priori, tal atitude dos seus algozes tem o caráter exprimir uma mensagem para os seus potenciais inimigos sobre suas capacidades de violência e o destino comum de quem contrariar seus interesses.

4.1.4 Não acesso ao corpo

Outra forma recorrente de impetrar o terror naquele território é, além da vitimização das pessoas, é impedir que o poder público ou familiares acessem o corpo da vítima. Nos relatos a seguir é possível verificar duas formas de não permissão ao acesso da vítima: de maneira direta e indiretamente.

No alto da comunidade citada, na localidade xxx, acesso pela rua xxx após o colégio xxx, encontra-se um carro incinerado onde no interior pode ser encontrado o corpo de "xxx" (não caracterizado) de cerca de xxx anos que foi

⁵³ A pesquisa completa também analisa o impacto que tem no acesso aos aparelhos públicos de saúde. Esta discussão está presente no relatório “Saúde na Linha de Tiro: impactos da guerra às drogas sobre a saúde no Rio de Janeiro” (2023). **SAÚDE NA LINHA DE TIRO: impactos da guerra às drogas sobre a saúde no Rio de Janeiro**. 2023. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1043Dj_3tB9UbK4gDf9LN6I-XAh2bnt7b/view. Acesso em: 7 jan. 2025.

executado no dia xxx por traficantes (não identificados) da comunidade, integrantes da facção xxx. O motivo da execução se dá ao fato de que, cerca de três dias antes, "xxx" discutiu com um traficante de vulgo "xxx" (não caracterizado) sobre um veículo roubado estacionado em frente a sua residência, a discussão gerou uma troca de tiros onde o traficante "xxx" foi baleado e assim encaminhado ao hospital geral de bom sucesso onde foi preso. Então para vingar a prisão do traficante "xxx", outros traficantes (não identificados) ligados ao vulgo "xxx" executaram "xxx". Acrescenta que os traficantes **estão impedindo que os familiares** de "xxx" (não identificados) tenham acesso ao corpo. Completa que não se sabe se "xxx" tinha ou não ligações com o tráfico de drogas (Banco de dados do Disque Denúncia, Baixada Fluminense).

Na estrada citada, acesso pela avenida xxx, entrar ao lado de um condomínio, antes do posto são jorge, próximo a um valão, diariamente, traficantes (não identificados), armados, comercializam entorpecentes. O mesmo ocorre na rua xxx, esquina com a rua xxx e na rua xxx. Eles **fecharam as entradas da rua** com barricadas feitas com manilhas concretadas, impedindo a passagem de veículos. Eles invadem as casas para se esconder e segundo informações, no final da rua xxx, na beira de um rio, há um matagal, **há um cemitério clandestino**, onde podem ser encontrados vários corpos esquartejados, deixados no local por esses traficantes (Banco de dados do Disque Denúncia, Baixada Fluminense).

Na primeira denúncia, o denunciante conta que houve uma discussão que resultou em uma troca de tiros e um homem assassinou um vendedor do tráfico. Como forma de vingança, os amigos desse “traficante” executaram o assassino do “traficante” e estão, como forma de punição, impedindo o acesso dos familiares das vítimas ao corpo. Na segunda denúncia, o impedimento ao acesso aos corpos não se dá diretamente, ou seja, a estrada que leva a uma vala clandestina foi bloqueada por barricadas. Portanto, na primeira denúncia há uma ordem direta que impede os familiares de acessarem o corpo mostrando uma punição ao corpo mesmo depois da sua morte ou, também pode ser interpretado, como receio dos familiares realizarem reconhecimento e corroborarem com uma possível investigação da polícia sobre o assassinato. No segundo caso, a destruição urbana com barricadas para controle de fluxos, manilhas e outras coisas que dificultam o ir e vir das pessoas é o que prejudica o acesso à vítima.

4.2 Dispositivos de terror e morte

Neste subcapítulo apresento um ensaio das classificações possíveis sobre dinâmicas criminais que se são descritas nos relatos do Disque Denúncia que resultam nas produções de valas clandestinas nos municípios supracitados.

A produção do terror é compartilhada por grupos criminosos para atingirem os objetivos que almejam. As técnicas e ferramentas utilizadas por eles são variadas, mas apresentam um

padrão que é possível perceber alguns deles no banco de dados do DD. Neste sentido, produzirei classificações dessas formas de matar, da intencionalidade dos agentes, para compreender o processo que constitui as valas clandestinas para além do ato da desova.

A intencionalidade é crucial para a definição de uma vala clandestina que precisa ter em sua dimensão pedagógica, em apresentar aos que entrarem em contato com o corpo da vítima uma representação das leis não escritas que operam naquele território. No entanto, não são linhas nítidas de se observarem, visto que: como serem pedagógicos se o corpo é ocultado?

A ideia que operou na análise é que todo corpo denunciado para o DD tem alguma dimensão da necessidade de se descobrir a autoria pelo praticante de tal crime. Por isso, as classificações aqui produzidas são da ordem do real, daquilo que existe enquanto denúncia escrita e, portanto, não ocultáveis em sua totalidade.

A classificação que será realizada se inscreve naquilo que Durkheim e Mauss (2000), ao analisarem sociedades originárias australianas, a definiram como:

As coisas não se encontram dispostas simplesmente sob a forma de grupos isolados uns dos outros, mas estes grupos mantêm um com os outros relações definidas e seu conjunto forma um só e mesmo todo. Ainda mais, estes sistemas, do mesmo que os da ciência, têm um fim especulativo. Seu objeto não é facilitar a ação, mas tornar compreensivas, inteligíveis, as relações existentes entre os seres. Dados certos conceitos considerados como fundamentais, o espírito sente a necessidade de apreender a eles as noções que formula a respeito de outras coisas. Tais classificações são, pois, antes de tudo, destinadas a ligar idéias ente si, a unificar o conhecimento; a esse título, podemos dizer sem inexactidão que elas são obra da ciência e constituem uma primeira filosofia da natureza (Durkheim e Mauss, 2000, p. 197).

O texto acima de Durkheim e Mauss fala sobre como organizamos as coisas em grupos e como esses grupos não existem isoladamente, mas sim em relação uns com os outros. É como se cada grupo fosse uma peça de um grande quebra-cabeça, e todas as peças juntas formassem um todo. Além disso, essas classificações têm um objetivo principal: ajudar a entender o mundo e como as coisas estão conectadas. Não se trata apenas de organizar para agir (como guardar ferramentas em uma caixa), mas sim de organizar para pensar e compreender. Por exemplo, quando criamos categorias como "animais", "plantas" ou "minerais", estamos tentando entender como essas partes do mundo se relacionam.

O texto diz que essa forma de organizar as coisas é uma tentativa inicial de fazer ciência ou filosofia. Ou seja, é uma maneira de unificar nosso conhecimento sobre a natureza, mostrando como nossas ideias e conceitos estão interligados, ajudando a construir uma visão mais completa e coerente do mundo. Portanto, a classificação das motivações que são relatadas nas denúncias do banco de dados do Disque Denúncia é um esforço de elaboração de um quadro

de ideias e conceitos que busquem padrões e similaridades para transformar os dados em noções mais organizadas e inteligível.

4.2.1 Disputa entre tráfico, polícia e/ou milícia

Produzir dor e violações ao outro corpo é efetivo e conduz a forma de atuação de criminosos, inclusive nas disputas internas de território e mercado. Traficantes, agentes do Estado e milicianos compartilham da produção de valas clandestinas e desaparecimento de corpos, como é possível ler nestes relatos:

Relata que, na rua citada, nas imediações da comunidade xxx, na localidade conhecida como xxx, foram vistos hoje (xxx) por volta das 11h45, cerca de vinte **traficantes** (não identificados), integrantes da facção criminosa cv (comando vermelho) que torturaram e **mataram um policial militar** (não identificado), e logo após enterraram o corpo do policial em um cemitério clandestino, localizado em um terreno baldio, situado na localidade supracitada. Informa ainda que, a vítima foi reconhecida após ter sua imagem divulgada hoje (xxx), por volta das xxx no programa Balanço Geral, do apresentador "Wagner Montes", da Rede Record de televisão, onde foi informado que este policial está desaparecido. Sem mais, pede providências (Banco de dados do Disque Denúncia, Baixada Fluminense).

Na rua mencionada, próximo ao canal xxx, na região conhecida como xxx, pode ser encontrado o automóvel vectra, de cor preta, placa xxx com diversas perfurações de tiros. O carro, pertence ao desaparecido "xxx". Informa que no local onde o automóvel se encontra há uma **guerra** entre grupos de milicianos (não identificados) para controle de venda de gás de cozinha e domínio de internet. Sabe-se que "xxx" está desaparecido há 3 dias (Banco de dados do Disque Denúncia, Baixada Fluminense).

Na rua citada, próximo ao xxx, e na rua xxx, ocorre com muita frequência, uma **guerra entre as facções CV e TCP**, onde moradores permanecem totalmente indefesos, temendo que suas residências sejam alvejadas, e muitos deles, até policiais são expulsos de suas casas. No bairro de xxx, são enterrados clandestinamente, os corpos das vítimas. Solicita averiguação. (Banco de dados do Disque Denúncia, Baixada Fluminense).

No Rio de Janeiro os confrontos, denominados de “guerras” pela mídia, fazem parte da dinâmica própria das disputas territoriais por mercados lícitos e ilícitos. De acordo com o Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (GENI), a região metropolitana do Rio tem cerca de 17 confrontos armados por dia⁵⁴. Tais confrontos levaram em considerações disputas por território

⁵⁴UOL. **Rio tem 17 confrontos por dia em meio a disputa entre facções, diz estudo.** 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/06/28/rio-tem-17-confrontos-por-dia-em-meio-a-disputa-entre-faccoes-diz-estudo.htm#:~:text=A%20regi%C3%A3o%20metropolitana%20do%20Rio,com%20o%20Instituto%20Fogo%20Cruzado.>. Acesso em: 8 out. 2024.

entre criminosos podendo, ou não, envolver forças de segurança. Portanto, os confrontos estruturam o modelo de segurança do Estado do Rio baseado em operações policiais com armamentos pesados. Tal repertório é reproduzido e produzido pelas facções em suas disputas internas por poder.

Além disso, esses grupos produzem mecanismos próprios de perpetração da violência como modelo exemplar para aqueles que tomarem iniciativas contra os seus interesses. As milícias, agentes do Estado e diferentes facções de comércios de drogas estão presentes nos territórios da Baixada e aparecem em diferentes tipos de denúncias. Em Belford Roxo, por exemplo, o Terceiro Comando Puro é um dos principais produtores de racismo religioso, conforme explicitado pela pesquisa que buscou a governança criminal de grupos que se afirmam ser evangélicos (Miranda, Ana P. M. de *et al.*, 2022) sendo apurado pelas pesquisadoras que entre 2011 e 2021 a cidade de Belford Roxo foi responsável por 19,61% das denúncias totais de violências dirigidas a terreiros.

As milícias, no banco de dados do Disque Denúncia, são recorrentemente vinculadas a presença de extorsões a comerciantes, como na denúncia abaixo:

Na rua citada, no condomínio xxx, podem ser vistos, os milicianos "xxx", "xxx" vulgo "xxx", "xxx" vulgo "xxx" e "xxx" vulgo "xxx", "xxx", "xxx", "xxx", "xxx" vulgo "xxx", que fazem a cobrança de taxa de segurança, a partir de r\$ 30,00. Os mesmos, realizam reuniões na sala de jogos do condomínio. O miliciano "xxx" é dono de uma distribuidora de gás, na rua xxx. O chefe da milícia é "xxx" vulgo "xxx" e vulgo "xxx" é responsável pelos esquartejamentos da coletividade. Há um cemitério, próximo ao sítio do xxx. Solicita averiguação (Banco de dados do Disque Denúncia, Baixada Fluminense).

Na rua mencionada, próximo ao canal xxx, na região conhecida como xxx, pode ser encontrado o automóvel vectra, de cor preta, placa xxx com diversas perfurações de tiros. O carro, pertence ao desaparecido "xxx". Informa que no local onde o automóvel se encontra há uma guerra entre grupos de milicianos (não identificados) para controle de venda de gás de cozinha e domínio de internet. Sabe-se que "xxx" está desaparecido há 3 dias (Baixada Fluminense).

As denúncias acima são vinculadas a uma dimensão de mercados de extorsão, denominado de “taxa de segurança” e da presença da distribuição e venda de gás e internet na região. No entanto, embora algumas dessas particularidades das dinâmicas de diferentes grupos criminosos sejam verificadas no banco de dados do Disque Denúncia, não foi possível aferir no banco de dados do Disque Denúncia métodos próprios de fabricação de valas clandestinas que singularizem os grupos criminosos e os diferenciem metodologicamente nas práticas violentas

dos demais. Ou seja, embora o funcionamento desses grupos se refira a lógicas e racionalidades próprias, as técnicas, motivações e dispositivos particularizantes que expressem o modo de construir valas clandestinas não são aferíveis no banco de dados disposto.

4.2.2 Feminicídio

Criminosos também transferem para a vida privada as técnicas aqui estudadas. A organização de uma sociedade patriarcal que objetifica as mulheres têm reflexos também na forma como esses criminosos se relacionam com suas parceiras que se tornam vítimas. Há alguns relatos que apontam nessa direção, como estes:

Relata que, na rua citada, atrás da antiga fábrica de xxx e do xxx, localiza-se um terreno baldio, onde foi enterrado no domingo (xxx), no período da manhã, o **corpo da adolescente** "xxx". Disse que, a citada **namorava o traficante** "xxx", com o qual a cerca de quinze dias, brigou com o namorado. Durante esta discussão houve a intervenção da mãe da vítima, as quais acionaram uma viatura policial. Fato que desagradou os traficantes locais, após este ato decretaram a morte da família da vítima. Diante deste fato, "xxx" e sua família mudaram-se para local ignorada, mais a vítima teve que retornar ao bairro em questão para receber um dinheiro de uma amiga, que havia lhe comprado um berço. Neste momento, foi surpreendida pelos traficantes, que lhe mataram. Finaliza que, após os fatos narrados, a polícia esta fazendo buscas e intervenções nesta localidade, e por medo de encontrarem o corpo, os traficantes pretendem retirá-lo ainda hoje (xxx). Solicita averiguações e providências" (Banco de dados do Disque Denúncia, Baixada Fluminense).

Na rua mencionada, próximo ao clube retiro feliz, atrás do bar do xxx, neste momento, pode ser encontrado o **cadáver de uma mulher**, aparentemente ter 30 anos, morena, cabelos pretos. Informa que ela foi morta por traficantes da área (Banco de dados do Disque Denúncia, Baixada Fluminense).

Na rua citada, na praça, diariamente em todos os horários encontram-se cerca de dez traficantes (não identificados) armados com fuzis, pertencentes a facção comando vermelho, que vendem drogas no local, ameaçam moradores e hoje (xxx) por volta das **colocaram fogo em um auto com a moradora** "xxx" (não caracterizada) em seu interior, rua xxx, na altura do xxx. O carro ainda encontra-se queimando no local com o corpo de "xxx" (Banco de dados do Disque Denúncia, Baixada Fluminense).

Os casos de feminicídio aumentaram de 2023 para 2024 no Rio de Janeiro em cerca de 20%⁵⁵. As múltiplas violências contra as mulheres se inscrevem em uma pedagogia que a Rita

⁵⁵ AGÊNCIA BRASIL. Casos de feminicídio e tentativa crescem no Rio. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2024-04/casos-de-feminicidio-e-tentativa-crescem-no->

Segato (2021) as enquadra em três dimensões: simbólica, racional e psicanalítica. A violência simbólica é um “batismo perverso” (Segato, 2021, p. 40) em que o exercício desse tipo de violência é praticar o terror e a humilhação, em uma “violação alegórica” (Segato, 2021, p.40), de exercício da masculinidade; a racional, que ela destaca como a mais difícil de ser analisada, é o processo cognitivo pelo qual o violentador quer possuir a vítima enquanto um objeto como qualquer outro; a psicanalítica, por fim, é um complexo de quatro sintomas: o primeiro, o narcisismo masculino; o segundo, o de *self-fulfilling prophecy*; o terceiro, um impulso destrutivo; por último, a posse da vítima enquanto como gesto de posse violento de uma figura materna negada. Neste sentido, o mundo do crime não está fora dessas imbricações e influências transformam, as mulheres, em alvo da masculinidade hegemônica desses grupos.

4.2.3 Dívida

Algumas denúncias realizadas para os profissionais do Disque-Denúncia possuem o fator endividamento enquanto motivador para o desaparecimento da vítima e a desova de seu corpo. Observa-se este fenômeno nas denúncias abaixo:

No bairro citado, na tarde de terça-feira (xxx) a polícia civil realizou uma operação durante uma confraternização de milicianos, nove pessoas foram presas, entre os presos o vulgo "xxx" (não caracterizado) que alguns meses atrás através de uma namorada (não identificada) oriunda de xxx, especificamente do xxx (minha casa minha vida), conheceu a desaparecida "xxx" que na época estava endividada. "xxx" então pegou mercadorias (não identificadas) com o miliciano "xxx", no interesse de revender as mercadorias e com isso lucrar. "xxx" revendeu as mercadorias porém não pagou totalmente a porcentagem de "xxx", **acumulando uma dívida de r\$10.000,00 com o miliciano que ameaçou a citada de morte** caso não pagasse a dívida em no máximo 24h. Então, no dia xxx, o miliciano "xxx" junto a outros milicianos (não identificados) armaram um frete pra "xxx" realizar e no meio tempo sequestraram a mesma, a levaram para xxx, xxx. Completa que houve uma tentativa do pagamento da dívida por parte de familiares/conhecidos (não identificados) de "xxx" porem a citada havia sido morta e seu corpo desovado na mata do bairro de xxx (Banco de dados do Disque Denúncia, Baixada Fluminense).

Na rua citada, próximo a padaria xx, atrás da oficina do xxx, numa vila de casas, residem os irmãos agiotas "xxx" e "xxx" (caracterizados), os quais **emprestam dinheiro a juros, e ameaçam seus devedores**. Menciona que eles ficam armados de revólveres, agriem as pessoas, e utilizam um auto não descrito, de cor branca, e uma moto (xxx), placas ignoradas. Segundo

informações, eles são responsáveis pelo desaparecimento de "xxx", o qual desapareceu no dia xxx. Relata que ele pegou dinheiro com os agiotas, não conseguiu pagar a dívida, e estavam sendo ameaçado pelos agiotas desde agosto deste ano. "xxx" foi passar final de semana em xxx, e não retornou para casa. "xxx" e "xxx" são filhos de "xxx" e netos da dona "xxx" (Banco de dados do Disque Denúncia, Baixada Fluminense).

No endereço citado, residem os amigos e vizinhos "xxx" e "xxx", os quais estão desaparecidos desde sábado (xxx). Acrescenta que eles podem ter sido mortos por milicianos atuantes no bairro citado, pois "xxx", vendeu bebidas e outras mercadorias que eram dos milicianos, mas era venda em consignação, já que ele deixava nos bares e forró's do bairro citado, sendo que "xxx", não recebeu o dinheiro de tudo o que vendeu, e **ficou devendo a milícia**. Acrescenta que "xxx" pegou dinheiro emprestado com os milicianos e há mais de 3 meses, vivia se escondendo para não ser pego pelo miliciano "xxx", o qual já tinha ido várias vezes atrás de "xxx" por conta do dinheiro (Banco de dados do Disque Denúncia, Baixada Fluminense).

Os casos de morte por endividamento se inscrevem em uma dinâmica de classe visto que a maioria são pobres que se colocam em risco para a obtenção de uma quantia ou de mercadorias. As cobranças das dívidas, nestes casos, são realizadas pelo meio da violência ocasionando o assassinato daqueles que não pagam o acordo.

4.2.4 “X-9”

O termo “x-9” é uma gíria para alcaguete, ou seja, aquele que informa para outras pessoas informações de cunho sigiloso. Na a socialização (senso comum) consagrada de diversos grupos criminais do mundo a fora, o x-9 é considerado alguém que deve ser assassinado para servir de exemplos para quem ouse repetir a conduta. Abaixo, denúncias que relatam tal prática:

No bairro citado, o desaparecido "xxx" foi sequestrado por "xxx" vulgo "xxx" e "xxx" a mando do "xxx" vulgo "xxx". Há duas semanas, "xxx" vulgo "xxx" e "xxx" levaram o carro que pertence ao vulgo "xxx", um fiesta de cor prata, para o lava jato do xxx para que fosse feita uma limpeza geral pois o carro estava sujo com sangue. Pode-se observar que, "xxx" vulgo "xxx" e "xxx" estavam nervosos e circulavam ininterruptamente pela barraca, ambos armados. Após este dia, o vulgo "xxx" ordenou aos seus subordinados que espalhassem no bairro que quem ficasse comentando a respeito do caso também iria desaparecer. Completa que, o vulgo "xxx" **costuma executar alegando que seriam delatores, conhecidos popularmente como "x9"**. Somente no mês de abril, estão desaparecidos dois rapazes, sendo um deles o "xxx", em ambos casos os responsáveis pelo desaparecimento são o vulgo "xxx" e os seus subordinados, "xxx" vulgo "xxx" e "xxx" (Banco de dados do

Disque Denúncia, Baixada Fluminense).

Complementa a denúncia xxx, que na esquina da xxx com a xxx, existe um buraco que foi cavado por traficantes (não identificados) para dificultar o acesso a localidade, e neste momento podem ser encontrados restos mortais do morador "xxx", que foi decapitado e esquartejado por traficantes (não identificados) há 7 dias no local, por desconfiarem **que o mesmo era x9**, informa que já é o segundo morador morto dessa forma no local, moradores (não identificados) pedem ajuda (Banco de dados do Disque Denúncia, Baixada Fluminense).

As duas denúncias supracitadas possuem em comum práticas corretivas, realizadas por traficantes, contra aqueles que supostamente praticam delações.

4.2.5 Violações contra crianças

As crianças representam certa dimensão de ingenuidade e pureza que a violência contra elas baliza muitos das linhas morais invioláveis. Não só no mundo do crime, no cotidiano é comum ouvir ou ler notícias de pessoas acusadas de supostamente cometerem algum crime contra crianças serem linchadas. Tal dinâmica é denotada abaixo:

No bairro citado, na xxx, na madrugada de hoje (xxx) foi assassinado à pauladas e tiros "xxx", **acusado de molestar uma criança**. Informa que seu corpo foi jogado no valão que corta a comunidade (Banco de dados do Disque Denúncia, Baixada Fluminense).

No endereço citado, em frente a farmácia do "xxx", situa-se a residência de "xxx", que sabe o paradeiro de "xxx", levada no último jogo da copa do brasil. Ele andava com "xxx" e frequentava as comunidades do xxx e xxx. No dia do sumiço dela, ele recebeu uma ligação dizendo que seria o próximo e se evadiu da localidade, retornando há cerca de dois meses. "xxx" está sendo ameaçado novamente, por oferecer entorpecentes a crianças. A investigação está na 54ª DP. Solicita averiguação (Banco de dados do Disque Denúncia, Baixada Fluminense).

Na primeira denúncia, um homem foi assassinado coletivamente por pessoas que o condenaram por supostamente ser pedófilo. Na segunda, há ameaça por oferecimento de drogas às crianças do território. Nenhuma das duas possuem explicitamente envolvimento de grupos armados organizados, mas também não exclui. Por isso, as denúncias são classificadas aqui por apresentar uma dinâmica que pode estar inserida nas práticas violentas de domínio territorial.

Para uma melhor visualização do que foi discutido até este momento, se construiu uma tabela que organiza visualmente as ferramentas, técnicas e motivações utilizadas pelos atores criminais que estão inseridos nos territórios analisados para a fabricação de valas clandestinas:

Tabela 2 – Ordenação das ferramentas, técnicas e motivações aferidos no banco de dados do Disque Denúncia para a fabricação de valas clandestinas por grupos criminais nos territórios de Duque de Caxias e Belford Roxo.

FERRAMENTAS	TÉCNICAS	MOTIVAÇÕES
Rios	Utilização de animais	Disputa entre tráfico, milícia e agentes do Estado
Valas	Esquartejamento	Dívida
Casa abandonada	Carbonização	X-9
Galpão, lojas e construções abandonadas	Alvejamento por tiro	Feminicídio
Poço	Impedimento de acesso ao corpo	Violações contra crianças
Matos e matagais		
Saco Preto		

Fonte: autoria própria, 2025.

Neste sentido, neste capítulo foi possível analisar as tecnologias mobilizadas por diferentes agentes criminais, as intenções e motivações que foram encontradas no banco de dados do Disque Denúncia. Todas essas tecnologias descritas fazem partes dos dispositivos de terror utilizados para o controle do território, expansão de mercados, busca por legitimidade e/ou destruição dos potenciais inimigos. No próximo capítulo, será proposto uma análise teórica que discuta o que foi apresentado até aqui sobre como os governos do crime e o Estado estão em simbiose para a constituição de um projeto que violente certos tipos de corpos nas periferias a partir de dispositivos que controlem a vida e a morte.

5. Encontros possíveis entre Foucault, Mbembe, Agamben, Butler e Davis

Esta dissertação tem como objetivo discutir como grupos armados estatais e não estatais utilizam o poder para controle territorial de fluxos de mercados e pessoas visando a constituição da hegemonia de seus interesses. Para tal fim, se discutirá a partir da perspectiva teórica de Foucault que, em sua genealogia do poder, observa que o exercício desse poder pelo Estado não tinha uma forma jurídica, mas era exercido pela violência, de um desejo de dominação do outro.

O filósofo Michel Foucault orientou o debate, no século passado, sobre as múltiplas formas de exercício desse poder. No livro *Microfísica do Poder* (2014), Foucault responde ao filósofo Alain Grosrichard sobre a conciliação de uma teoria que vê o poder exercido de maneira verticalizada, mas também nas micro relações, afirmando que:

De modo geral, penso que é preciso ver como as grandes estratégias de poder se incrustam, encontram suas condições de exercício em micro-relações de poder. Mas sempre há também movimentos de retorno, que fazem com que as estratégias que coordenam as relações de poder produzam efeitos novos e avancem sobre domínios que, até o momento, não estavam concernidos (2014, p. 142).

Tais estratégias citadas por Foucault são produzidas principalmente em discursos que foram se modificando ao longo dos séculos para o aprimoramento do controle de populações.

Nas elaborações genealógicas foucaultianas, a própria categoria “população” e a necessidade de vigiar, controlar, punir etc. são produções modernas de sofisticação do exercício do poder. Foucault (2008), neste sentido, nos auxilia a compreender que há um mecanismo de controle das ações dos indivíduos – e/ou populações – que são orientadas por uma noção de governo desenvolvido ao longo da história. A governamentalidade, em síntese, é o emaranhado de técnicas utilizadas para a governança da vida e da morte:

Por esta palavra, "governamentalidade", entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança (Foucault, 2008 p. 143).

Na organização da vida social, a economia extrapola seus limites de controle de fluxos de riquezas, mercadorias, e outros, passando a influenciar a organização do cotidiano com base em uma racionalidade. O Estado, por sua vez, utiliza seus instrumentos burocráticos e repressivos para governar em conformidade com essa mesma racionalidade. Como resultado,

os sujeitos são submetidos a essas formas de governança, que deixam marcas profundas em suas subjetividades.

Para aprofundar tal análise, o filósofo coloca em xeque a teoria da soberania do Estado clássica vigente na Europa, em especial inspirados em escritos de Hobbes e Maquiavel, que deslumbra o poder como um bloco monolítico e piramidal. Como ressaltou a pesquisadora Adriana Silva e Ricardo Morais, sobre a perspectiva de Foucault, de não “tentar compreender o poder a partir de conceitos universais ou como uma pirâmide”, mas sim “as práticas sociais mais ínfimas (a microfísica do poder) e a forma como os dispositivos operam” (Silva; Morais, 2017, p. 290).

Com isso, compreender “as práticas sociais mais ínfimas”, a descentralização do Estado sobre exercício de poder, é, para o filósofo francês, engendrar uma teoria que vise o entrelaçamento de mecanismos regulamentadores e disciplinares de corpos e/ou populações. O biopoder, que ele destaca, é um aprimoramento moderno que altera a perspectiva clássica da filosofia sobre o Estado moderno.

Não existe poder sem um ou mais corpos estarem envolvidos no processo. Enxergar os processos biológicos do homem-espécie e incidir sobre tais categorias, como ele destaca em sua aula de 17 de março de 1976, localizada no livro “Em Defesa da Sociedade” (2005), tem sua importância visto que:

Aquém, portanto, do grande poder absoluto, dramático, sombrio que era o poder da soberania, e que consistia em poder fazer morrer, eis que aparece agora, com essa tecnologia do biopoder, com essa tecnologia do poder sobre a “população” enquanto tal, sobre o homem enquanto ser vivo, um poder contínuo, científico, que é o poder de “fazer viver”. A soberania fazia morrer e deixava viver. E eis que agora aparece um poder que eu chamaria de regulamentação e que consiste, ao contrário, em fazer viver e em deixar morrer (Foucault, 2005, p. 294).

Nesse sentido, trazemos Foucault para análise por compreender que o exercício do poder nos territórios que foram pesquisados é operado por diferentes atores e organizações criminais. Grupos denominados milicianos, organizações varejistas de mercados ilegais de drogas, grupos que operam a contravenção, policiais e políticos partícipes/ ou gestores dessas organizações conformam uma trama complexa de poderes-saberes que impõem a gestão dos corpos, da vida e da morte das populações submetidas aos governos do crime.

Assim, o filósofo francês, portanto, analisa o biopoder como uma forma de governo desenvolvido posterior ao poder soberano, do controle não só punitivo dos corpos, mas de gestão do cotidiano. Os dois poderes não se anulam, e, podem coexistir. A partir dessa premissa, a filósofa Judith Butler analisa como a constituição dessa governamentalidade e poder soberano

se engendram para a hierarquização de vidas e do luto.

Em “Vida precária: os poderes do luto e da violência” (2019), Butler orienta seus escritos com indagações e observações originárias ao atentado de 11 de setembro, nos Estados Unidos da América (EUA), em que uma onda de perseguições aos muçulmanos aconteceram, além de uma série de ataques aos países islâmicos. O Estado democrático de direito foi suspenso por autoridades dos EUA contra os suspeitos de estarem envolvidos de alguma forma ao atentado. A filósofa, portanto, analisou que se apresentava no debate público vidas que poderiam ser passíveis de compaixão em detrimento de outras e que o Estado, a partir de uma excepcionalidade, aplicaria sua soberania nesses grupos impossíveis de serem merecedores do luto.

Em seu diálogo com o Michel Foucault, analisando as arbitrariedades estatais dos EUA contra os intitulados “terroristas”, ela afirma que

A governamentalidade é caracterizada por Foucault como às vezes empregando a lei como tática. Podemos ver os usos instrumentais para os quais a lei é utilizada na atual situação. A lei não é apenas tratada como uma tática, ela também é suspensa a fim de aumentar o poder discricionário daqueles que são solicitados a confiar no seu próprio julgamento para tomar decisões a respeito de questões fundamentais de justiça, vida e morte (Butler, 2019, p.78).

A suspensão das garantias constitucionais denuncia que o Estado se apresenta de forma ambígua porque a suspensão da lei fabrica um poder soberano que se organiza por novas normas que decidem sobre a vida, ou, em termos da Butler, tem “a palavra final” (2019, p.74). O Estado de exceção é um Estado de emergência em que certos indivíduos – ou populações – perderão seu estatuto de cidadão em detrimento de certos objetivos.

Para melhor definir como a produção de um certo tipo de lógica de exercício de uma excepcionalidade estatal resulta em práticas que submetem indivíduos a profunda apatia sobre suas mortes, Butler dialoga com a ideia de “vida nua” do filósofo italiano Giorgio Agamben. A vida nua é aquela que é capturada pelo dispositivo de excepcionalidade do Estado (Agamben, 2017, p. 295) e fragmenta a vida natural de sua forma política.

Agamben, em “*Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*” (2010) discorre sobre dois conceitos fundamentais de vida para os gregos: o *zoé*, vida biológica comum a todos os seres humanos; e a *bíos*, como existência a partir de uma determinação política, ética e social existente apenas em coletividade. Logo, ao decorrer do texto, os seres humanos ingressam na *bíos*, cronologicamente, ao incorporarem o direito romano e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, e apresentando uma radicalidade dessa existência na experiência dos

campos de concentração na Alemanha Nazistas. Essas experiências apresentam paradigmas colocados pela lei e pelo Estado na constituição de sujeitos ora dotados de direitos, ora aviltados por uma racionalidade que se exprime na exceção de direitos.

A “exceção” (2004) e a “vida nua” (2010), são conceitos chaves para compreender o exercício de uma espécie de poder que é acionado em diversos períodos históricos e sujeitam indivíduos ou populações inteiras. A vida nua, portanto, é a inclusão da *zoé* na *bíos* que é capturada por dispositivos que atuam para a obliteração do estatuto de cidadão e torna, neste sentido dado pelo filósofo, matáveis.

O que direciona este debate produzido pelo filósofo italiano é que há certos tipos de assassinatos que historicamente não são punidos pela lei. Agamben mobiliza no direito romano, a figura do *Homo Sacer*, que foram aqueles punidos pela lei de serem abandonas por ela, ou seja, que o Estado romano não os assassinaria, mas não puniria quem o fizesse. Na Alemanha Nazista, os *Muselmann*⁵⁶ (2008) se apresentam para o autor como paradigma evocada para a compreensão do limite da vida nua. Essa figura, embora historicamente localizada, não se restringe à Alemanha nazista. O que Butler indica é que de tempos em tempos, em diferentes experiências históricas que direitos são suspensos, essa zona de indeterminação produzirá sujeitos suspensos de direitos.

O filósofo Reginaldo Silva (2020), afirma que:

Se a genealogia de Agamben remete a um começo e traça os deslocamentos dessa origem, de modo a indicar as técnicas com as quais, no presente, o mecanismo que engendra a vida impunemente matável e enlutável se mantém na senda da repetição, não é de todo impertinente buscar sustentar que, neste ponto de chegada, o que o italiano conclui sobre a vida nua se aproxima das análises de Judith Butler sobre a vida precária. Morte impune e luto impossível – em Butler, luto proibido – seriam noções que permitem aproximar a pensadora judia do filósofo italiano. A fim de argumentar a hipótese, segue-se com o exame de dois textos de Butler, conforme acima indicados (Silva, 2020, p. 349).

Neste sentido, um dos debates realizados pela Butler (2019) compreende que a vulnerabilidade não é homogênea sobre todos os grupos sociais. Ela elabora sobre os mecanismos que permitem o luto ser impossível de ser compartilhado por todo um país, ou, nas palavras dela “uma hierarquia do luto poderia, sem dúvida, ser enumerada” (Butler, 2019, p. 52). Para isso, ela produziu três conceitos fundamentais: a apreensão, o reconhecimento e o enquadramento.

⁵⁶ Os *Muselmann* foram aqueles que nos campos de concentração foram colocados no limiar da vida e da morte, que possuíam tal desnutrição física e mental que não respondia mais aos estímulos externos, porém, não estavam mortos.

A apreensão seria, portanto, o “conhecimento de uma vida” (Silva, 2020, p. 345). Ela precede o reconhecimento, é o momento que se torna consciente que uma vida existe. Os sistemas valorativos não recortam o reconhecimento, seria, portanto, uma condição inicial de reconhecer uma certa existência, mas, não necessariamente, de reconhecer sua importância. O reconhecimento é o momento da fabricação de um estatuto ético, político e social para aquela vida apreendida:

Trata-se, contudo, de saber como essas normas operam para tornar certos sujeitos pessoas ‘reconhecíveis’ e tornar outros decididamente mais difíceis de reconhecer. O problema não é apenas saber como incluir mais pessoas nas normas existentes, mas sim considerar como as normas existentes atribuem reconhecimento de forma diferenciada (Butler, 2016, p. 20).

O reconhecimento e apreensão operam em uma estrutura historicizada, ou seja, dependem de condições previamente colocadas, constituídas no espaço-tempo, para sua funcionalidade. Esse deslocamento é importante porque retira o debate de uma certa consciência intencional sobre reconhecer o outro e opera no campo da subjetividade coletiva. Reconhecer o valor da vida do outro é um processo prévio, compartilhado, que envolve esquemas e normas.

O enquadramento, “*to be framed*”, é a forma como discursos e imagens operam para delimitar, interpretar e valorar diferentes vidas – e mortes, visto que “não há vida nem morte sem relação com um determinado enquadramento” (Butler, 2016, p. 22). Com isso, ainda de acordo com o Silva (2020), a Butler interpreta o enquadramento de três maneiras: “a moldura de um quadro, ser incriminado por um crime e cair numa armação incriminadora” (Silva, 2020, p. 355).

A produção dessa reflexão encontra reverberação quando analisado, por exemplo, o genocídio de Israel contra a Palestina, dos horrores do Holocausto ou a “guerra”⁵⁷ dos EUA contra o terrorismo. Ao colocarmos em perspectivas aos dados sobre desaparecimento forçado de pessoas na Baixada Fluminense, da produção de valas clandestinas, é possível afirmar que há pessoas cujo luto não é compartilhado pela sociedade brasileira. A análise teórica discutida neste capítulo ganha contornos materiais ao alinharmos com os relatos de etnógrafos que acompanham vítimas diretas e indiretas do desaparecimento forçado, ou seja, como explicar que na sociedade brasileira convivemos com o relato de Maria das Dores (Araújo, 2016), uma mãe que percorria órgãos governamentais com a ossada de seu filho em um saco plástico, que

⁵⁷ As aspas foram colocadas pelo autor por compreender que não há guerra dos EUA contra o terrorismo, como afirma a mídia hegemônica. O enfrentamento dos Estados Unidos da América contra países islâmicos se dá por outras chaves de análise como aquecimento de suas indústrias internas, estratégia geopolítica etc.

ela mesmo reuniu, em busca de respostas? Ou a chacina de Japeri, cidade da Baixada Fluminense, onde relatos afirmam que entre trinta a sessenta corpos foram levados por carros após homens fortemente armados descerem de rapel de um helicóptero dentro de um baile funk, com o auxílio de estrutura militar (Alves; Pinto, 2022)?

A hipótese defendida é de que a complexa formação escravagista deste país, e a histórica formação da Baixada Fluminense de território primordialmente afro-indígena, se insere no compartilhamento de valores que têm como resultante o não reconhecimento da população que vive nestes territórios como enlutáveis.

O filósofo camaronês Achille Mbembe deslocou o debate para um mundo dividido entre metrópoles e colônias em que a violência estatal nesta é imensuravelmente maior do que naquelas. De fato, ele reconhece em Foucault que o “racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder” (Mbembe, 2018, p.18). Todavia, há uma urgência na atualização do debate ao se enquadrar o nazismo como o “mais complexo exemplo de um Estado exercendo o direito de matar” (Mbembe, 2018, p. 19) e se colocar em perspectiva os elementos de violência geridos nos países que foram colonizados ao longo dos séculos.

Enquanto o racismo é um grande articulador das políticas de morte que atravessa a história, a estruturação da Europa é marcada fortemente por uma burocracia violenta contra os países que foram colonizados por ela. A criação de sociedades de “*plantation*”, experimentado em exaustão na América Latina e no continente Africano, se utilizou à priori de trabalho escravizado. A categoria “escravo” é atravessada por uma série de violências, principalmente pela desumanização dos negros e em concebê-los como propriedade.

Para Mbembe, a “condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um ‘lar’, perda de direitos sobre seu corpo e perda de estatuto político” (Mbembe, 2018, p. 27). A violência das sociedades escravagistas, estimuladas pelos europeus, atravessou não só uma estruturação econômica de extração de matéria-prima a custos baixíssimos, também constituiu um modo de organizar o pensamento e a sociedade como um todo.

Neste ponto a importância de Mbembe é a compreensão dos limites da teoria de Michel Foucault ao destacar que a política de morte, organizada por marcadores sociais, intermediado por interesses econômicos específicos, é uma realidade que a teoria europeia não conseguiu alcançar. Tal forma de organização, portanto, é o que ele denomina de necropolítica.

A necropolítica, portanto, opera “em termos muito próximos aos de Agamben, Mbembe situa o conceito de necropolítica do cruzamento da soberania com a normalização do estado de exceção com a gestão do risco” (Franco, 2018, p. 82). A teoria de Mbembe, portanto,

nos permite refletir quais são os mecanismos de um Necroestado que opera a morte e orienta uma perspectiva de função para o Estado e o racismo enquanto mobilizador de tais políticas.

No entanto, a perspectiva aqui adotada é de não separar a raça do gênero e da classe enquanto mobilizadores para a estratificação social e políticas de violência. Fundamentalmente, Angela Davis (2016), em seu livro “Mulheres, raça e classe” aborda tridimensionalmente o histórico do movimento feministas nos Estados Unidos da América e o lugar que a participação das mulheres negras obteve nesse movimento. Além disso, analisou como discursos, políticas públicas e iniciativas de ordem Estatal influenciaram na postura do movimento negro ao longo do século XX.

A partir desta perspectiva, Angela Davis apontou, por exemplo, como a pauta do aborto pelo feminismo branco excluía a realidade das mulheres negras ao mesmo tempo que o discurso anti-aborto era inflado por uma suposta supremacia racial branca que tornando o discurso da esterilização das mulheres negras como solução mais viável. Ao abordar a atitude das feministas brancas nos anos de 1970, Davis afirma que “elas teriam entendido o quanto era importante desfazer os atos racistas de suas antecessoras, que defenderam o controle de natalidade e a esterilização compulsória como formas de eliminar os setores “inaptos” da população” (Davis, 2016, p.206), ou seja, as pessoas negras.

O que se extrai das análises de Davis é a impossibilidade de isolar certos recortes identitários, pois, na prática a classe e o gênero e a raça estão intrinsicamente interligados - não de maneira hierárquica e piramidal, mas como mobilizadores de violência. Se, por um lado, as polícias pelos guetos de Nova York produziam violência contra homens negros, por outro, o Estado organizava políticas de esterilização de mulheres negras. A realidade, portanto, não se mostra como um objeto passível de analisar em diferentes angulações, mas como um emaranhado de relações em um espaço-tempo contínuo.

A interseccionalidade é a perspectiva teórica adotada nesta pesquisa que descreve as formas de produções de valas clandestinas na Baixada Fluminense por diferentes grupos criminosos que disputam territorialmente os diferentes comércios legais e ilegais para o exercício de seus domínios.

Portanto, o presente capítulo buscou analisar intersecções possíveis entre a atuação do Estado e seus regimes de excepcionalidade com a vulnerabilidade de populações específicas para a política de morte e controle da vida. Ao georreferenciar as denúncias de valas clandestinas nos dois municípios da Baixada Fluminense que mais apresentaram casos e analisar e categorizar as descrições das denúncias, foi possível constatar uma recorrência de lugares e

métodos que não são periciados e investigados substancialmente pelo Estado. A população, em sua maioria negra, é sujeitada a uma necropolítica que ordena a vida e a morte. Seus corpos são matáveis, descartados e não comovem o luto da sociedade. Há uma vulnerabilização social, político e econômico em que as valas clandestinas se apresentam como um sintoma do capitalismo que aflige a morte e o terror como mecanismo de controle de pessoas em que os marcadores de identidades são mobilizados de forma entrelaçada e indissociável. Neste sentido, observar a criação de valas clandestina na Baixada Fluminense só é possível a partir da sua inscrição histórica, de seu legado colonial, das suas disputas internas e, para isso, os autores trabalhados nesta dissertação ajudaram a destrinchar criticamente tal produção não só para a criação de reflexões, mas de apontar caminhos para compreender – e modificar – as raízes dos problemas apresentados.

6. Considerações finais

Elaborar sobre a fabricação de valas clandestinas é se defrontar com o terror não enquanto puramente um substantivo descritivo, mas enquanto um engendramento de técnicas que transformam diferentes territórios em depósitos de corpos cujas identidades são, muitas das vezes, reconhecidas apenas pela família e pouca atenção será dada pelos noticiários sobre essas vítimas. A herança colonial escravagista transforma verdadeiros massacres em invisíveis e o luto impossível de ser compartilhado.

Como afirmou o historiador Nielson Bezerra (2024)

o grande problema é que os projetos da colonialidade engendraram uma perspectivas que até usamos, mas muitos vezes não temos muita ideia de quem somos, vivendo um tipo de consciência perdida, que reforça um projeto de dominação e violência evidenciado pelo extermínio e a escravização dos povos indígenas e africanos e, ainda hoje, apresenta na necropolítica em curso nas favelas e nos territórios periféricos como a Baixada Fluminense (Bezerra, 2024, p.12).

O que se apresenta enquanto fenômeno criminal, é percebido como fundamentalmente mobilizado pelos critérios de raça, classe e gênero intrinsicamente imbricados. A Baixada Fluminense, portanto, se transformou em “zonas de terror” (Taussig, 1993) que revelam não só a omissão do Estado, mas sua autoria quando ora se abstém de produzir políticas que enfrentem tal realidade, ora quando seus agentes se utilizam de tais técnicas para exercício do poder.

Nesta dissertação, busquei compreender como se constitui a categoria “vala clandestina” em múltiplas dimensões. Primeiramente, apresentando uma discussão

bibliográfica de textos que abordam valas clandestinas ao longo da história tendo como marco fundante deste fenômeno a colonização portuguesa. Na discussão, a literatura que engloba as ditaduras empresariais militares do Cone Sul e a atuação de grupos criminosos estatais ou não, na contemporaneidade, também foi debatida para a compreensão das continuidades e rupturas deste fenômeno. Após isso, buscou-se compreender a construção do discurso jornalístico, a partir das entrevistas com dois jornalistas que construíram matérias sobre valas clandestinas na Baixada Fluminense; buscando depreender os caminhos que percorreram reflexivamente sobre na produção do tema/notícia, apontando como a construção social da informação esta atrelada as “informações” que policiais repassavam sobre os municípios que possuem mais incidências e buscas.

Aspecto central da análise foi a análise do banco de dados do Disque Denúncia para georreferenciar as localidades que mais apresentaram denúncias de valas clandestinas. A partir de uma discussão sobre as categorias, se compreendeu que elas são lugares de desova, tendo ou não sepultamento de corpos, que têm como intenção a ocultação do corpo. A partir desta definição, no recorte temporal de 2016 a 2020, os municípios de Belford Roxo e Duque de Caxias foram os que mais apresentaram denúncias e, com isso, foram georreferenciados no site *My Maps* do *Google*. A Baixada, portanto, se apresenta como um território propenso a violações de direitos humanos pelo seu histórico de autoritarismo advindo da colonização, mas que se estruturam a partir das oligarquias familiares políticas que aqui se estabeleceram, como, também, os grupos criminais recorrentemente utilizam rios, valas, matagais, poços, construções abandonas etc. para o descarte de corpos.

Posteriormente, realizei uma cuidadosa leitura das descrições e relatos realizados no banco de dados do Disque Denúncia; uma análise qualitativa para a compreensão de quais técnicas (execuções, esquartejamentos, carbonizações etc.) encontram no meio ambiente e na estrutura urbana as suas ferramentas (matagais, rios, valões, poços etc.) para a mobilização de diversas motivações (disputa de mercados, cobrança de dívidas, sexismo etc.) em uma dança macabra para a produção de valas. O DD, portanto, a partir de sua metodologia que garante o anonimato ao denunciante e constrói, através disso, um banco de dados com informações qualitativas e quantitativas sobre localização, motivação, técnica, ferramenta e autoria, se apresentou como um caleidoscópio deste mundo real, mas não tanto conhecido, de dores e terror praticado pelos agentes do Estado e por diferentes governos do crime. O que se analisou, portanto, é que tais técnicas fazem parte do repertório gramatical do terror de grupos criminosos.

Neste universo de informações filtradas, categorizadas e analisada na planilha do Disque Denúncia, de 2016 a 2020, algumas palavras e expressões como “jogado no rio”, “queimado”, “carbonizado”, “odor forte”, “família não tem acesso ao corpo”, “rastro de sangue”, “carro abandonado com corpo dentro”, “traficantes do comando vermelho”, “milicianos”, “traficantes do TCP”, “policiais” e tantas outras compuseram a constelação de termos que possibilitou o entendimento sobre as técnicas, ferramentas e motivações que orientavam o desaparecimento de corpos para a produção das valas clandestinas em Belford Roxo e Duque de Caxias.

Por último, os dispositivos de terror e morte são substanciais para a busca por hegemonia desses grupos que atuam nas periferias e favelas do Estado do Rio de Janeiro. As suas tecnologias (alimentação de animais com restos de vítimas, esquartejamentos, carbonizações, alvejamento por tiros e impedimento de acesso ao corpo) puderam ser observadas nos relatos dos denunciante do Disque Denúncias junto as suas motivações (disputa entre grupos armados, feminicídio, morte por dívida, assassinato de supostos “X-9” e pedófilos).

Compreender tal fenômeno é também delinear a necropolítica que bolsões territoriais periféricos são submetidos cotidianamente para o controle territorial (no caso aqui estudado - TCP, CV, milícias e o próprio Estado) que solidificam estruturas econômicas e políticas que a cada dia vão obtendo mais capilaridade e poder não só na Baixada Fluminense, mas no Estado do Rio de Janeiro.

O caráter dessa dissertação não é apenas científico, mas se firma como mais um elemento de reflexão, denúncia e mobilização que confronte a realidade das periferias como um projeto do acaso ou de escolhas individuais. O que ocorre nas vielas e periferias é um projeto de Estado capitalista periférico e o fim do extermínio e controle da população pobre, preta e periférica que é super explorada é o referencial *sine qua non* para a emancipação dos trabalhadores que sustentam a sociedade brasileira.

7. Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. Estado de Exceção: Homo Sacer I, II e III. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

AGAMBEN, Giorgio. O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha. São Paulo: Boitempo, 2008.

AGAMBEN, Giorgio. O uso dos corpos. São Paulo: Boitempo, 2017.

ALBERGARIA, Rafaela C. B. Comando Vermelho: o que se disse liberdade, se tornou controle. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

ALVES, José Cláudio Souza. Dos Barões ao Extermínio: Uma História da Violência na Baixada Fluminense. 1º Ed, Duque de Caxias: APPH – CLIO, 2003, p. 197.

ANDRADE, Vanessa de. A reforma Pereira Passos (1902 – 1906), a memória da escravidão e algumas implicações sociais e raciais. Revista Mosaico, v. 9, n. 15, 2018.

ANZALDÚA, Gloria. Borderlands/La Frontera – The New Mestiza. San Francisco, Aunt Lute Books, 2012.

ARANDA, Salvador M. ‘Una tumba a donde llorar’: Cuerpo, rituales y justicia en torno a la desaparición en México. Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc. Rio de Janeiro, Vol. N. 2, MAI – AGO, 2022, pp. 431-454.

ARAÚJO, Adriano, PINTO, Nalayne M., ALVES, José Cláudio S. Desaparecimento forçado: vidas interrompidas na Baixada Fluminense / Organizadores Adriano Moreira de Araujo... [et al.]. – Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2023, p. 178.

ARAÚJO, Fábio Alves. “Não tem corpo, não tem crime”: notas socioantropológicas sobre o ato de fazer desaparecer corpos. Horizontes Antropológicos, v. 22, n. 46, p. 37-64, dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-71832016000200002>. Acesso em: 21 jan. 2024.

ARAÚJO, Fábio. Das consequências da “arte” macabra de fazer desaparecer corpos: violência, sofrimento e política entre familiares de vítima de desaparecimento forçado. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia (PPGAS). UFRJ, Rio de Janeiro. 2012.

AUYERO, Javier. La zona Gris. Violencia colectiva y política en la Argentina contemporánea. 1º ed., Siglo XXI editores, Buenos Aires, 2007.

BARCELLOS, Caco. Rota 66: A História da Polícia que Mata. 13º Ed. São Paulo: Globo, 1992, p. 274.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BEZERRA, Nielson R. Espírito das Periferias: Ancestralidades Indígenas e Africanas na Baixada Fluminense. Duque de Caxias, RJ: Esteio Editora, 2024.

BICUDO, Hélio Pereira. Meu depoimento sobre o esquadrão da morte. 3 ed. São Paulo: Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1976.

BIRMAN, Patrícia. Feitiçarias, territórios e resistências marginais. MANA 15(2): 321-348, 2009.

BONI, Valdete. QUARESMA, Silvia J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, Vol. 2, n. 1 (3), janeiro-julho, p. 68-80, 2005.

BRANTINGHAM, P. J. & BRANTINGHAM, P. L. 1981: Environmental Criminology. Illinois: Waveland Press Inc.

BUTLER, Judith. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, Judith. Vida Precária: Os Poderes do Luto e da Violência. 1 ed., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

CALDEIRA, Teresa Pires. Cidade de muros. São Paulo: Edusp e Editora 34. 2000.

CALVEIRO, Pilar. Poder e Desaparecimento. Boitempo: São Paulo, 2013.

CARVALHO, Jessica; BISPO, Ella; ALVES, Alcione. Mar de circularidades: leituras da prosa de autoria feminina na perspectiva afro-atlântica. Letrônica, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 1-15, jan.-dez. 2022.

DAS, Veena; POOLE, Debora. El estado y sus márgenes. Etnografías Comparadas. Cuadernos de Antropología Social, n.o 27, pp. 19–52, 2008. (introdução traduzida do inglês do livro Anthropology in the Margins of the State, Santa Fe: SAR Press, 2004.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. 1. ed., São Paulo, Boitempo, 2016.

DESPRET, Vinciane. Um brinde aos mortos: histórias daqueles que ficam. 1 ed. São Paulo: n-1 edições, 2023.

DÍAZ, Antonio Fuentes. ALVES, José C. S. Michoacán e Rio de Janeiro: Governança criminal, controle social e obtenção de lucro e poder político pelas autodefesas armadas e pelas milícias. Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc. – Rio de Janeiro – Edição Especial no 4 – 2022 – pp. 153-178.

DOUGLAS, Mary. Pureza e Perigo: Ensaio sobre as Noções de Poluição e Tabu. 70 ed. Lisboa: Editora Perspectiva, 1985. 136 p.

FOUCAULT, Michel, Em Defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975 – 1976). 1 ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 2005. 382 p.

_____, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 3 ed. São Paulo: Loyola, 1996.

_____, Michel. Microfísica do poder. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2014.

_____, Michel. Segurança, Território e População. 1º ed., São Paulo: Martins Fonte, 2008.

_____, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. 39 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011. 136 p.

FRANCO, Fábio Luís Ferreira Nobrega. Da biopolítica à negrogovernamentalidade: um estudo sobre os dispositivos de desaparecimento no Brasil. 2018. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-25022019-112250/>. Acesso em: 21 jan. 2024.

GATTI, Gabriel (Org.). Desapariciones: usos locales, circulaciones globales. 1. ed. Buenos Aires: Gorla, 2017.

GATTI, Luciano. A experiência urbana nos comentários de Benjamin aos poemas de Brecht. Caderno CRH, Salvador, v. 24, n. 62, p. 263-272, Maio/Ago. 2011.

GENNEP, Arnold van. Les rites de passage. Tradução: Mariano Ferreira. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 168 p.

GOMES, Marta T. Patrimônios de Duque de Caxias: história e memória no Museu Vivo de São Bento. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

HATTORI, Marcia Lika; VENDRAMINI CARNEIRO, Eliana Faleiros. Políticas neoliberais: o desaparecimento de pessoas na burocracia dos cemitérios. Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer, v. 5, n. 10, p. 200, 30 dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.9789/2525-3050.2021.v5i10.200-216>. Acesso em: 21 jan. 2024.

incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito”, Revista de Estudos Avançados, USP, n. 61:173-192.

INGOLD, Tim. Estar vivo: Ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis, RJ, Vozes, 2015.

JUPIARA, Aloy; OTAVIO, Chico. Os Porões da Contravenção: Jogo do Bicho e Ditadura Militar: A História da Aliança que Profissionalizou o Crime Organizado. 3º Ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2016, p. 264.

LOPES, Ane; SANTOS, Augusto; LOPES, Silvia. Cemitério “Sono dos Anjinhos”: imaginário e precariedade dos sepultamentos infantis no Município de Codó-MA, Brasil. XVI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia. Facultad Humanidades. Universidad Nacional de Mar del Plata, Mar del Plata, 2017.

MANSO, Bruno P. A República das milícias: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro. 1 ed. Todavia, São Paulo, 2022.

MARTINS, Luciene P. B. A Central do Disque-Denúncia e Sua Relação Com as Polícias (Ou os Policias) Cariocas. CONFLUÊNCIAS | Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito, v. 19, n. 1, 2017. pp. 82-104.

MAUSS, Marcel; DURKHEIM, Émile. Algumas formas primitivas de classificação. In: RODRIGUES, José Albertino (Org.); FERNANDES, Florestan (Coord.). Émile Durkheim. 9º ed. Editora Ática, São Paulo, 2000.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. 3 ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 71 p.

MIRANDA, Ana P. M. de, et al. Terreiros sob ataque? A governança criminal em nome de Deus e as disputas do domínio armado no Rio de Janeiro. Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc. – Rio de Janeiro – Edição Especial no 4 – 2022 – pp. 619-650.

MISSE, Michel, Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria bandido. Lua Nova, São Paulo, 79, 2010.

MOREIRA, Guilherme M. O Crime de Desaparecimento Forçado em Democracias Sul-Americanas: Um Estudo à luz do Estatuto de Roma. 2018. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/6268>. Acesso em: 21 jan. 2024.

MORETZSOHN, Sylvia. Imprensa e criminologia: o papel do jornalismo nas políticas de exclusão social. Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação, 2003.

NASCIMENTO, Abdias. O Quilombismo: Documentos de uma Militância Pan-Africanista. 3º Ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019, 390 p.

NASCIMENTO, Silvana. Rev. antropol. (São Paulo, Online), v. 62 n. 2: 459-484, USP, 2019.

PEREIRA, Gilberto Corso; SILVA, Bárbara-Christine Nentwig. Geoprocessamento e urbanismo. In: GERARDI, Lucia Helena de Oliveira; MENDES, Iandara Alves (Org.). Teoria, Técnicas, Espaços e Atividades: temas de Geografia contemporânea. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2001. p. 97-137.

PEREIRA, Júlio. À Flor da Terra: O Cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro. 1º Ed. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2007, 202 p.

RIBEIRO, Eduardo. SOARES, Luiz E. KRENZINGER, Miriam. Tipos de governanças criminal: Estudo comparativo a partir dos casos da Maré. Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc., Rio de Janeiro, Edição Especial no 4, pp. 559-588, 2022.

ROCHA, Oswaldo Porto. A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura / Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1986. 2ª ed. 1995.

RODRIGUES, Cláudia. Os Cemitérios Públicos Como Alvo das Disputas Entre Igreja e Estado na Crise do Império. Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol. 13, núm. 1, 2009, p. 119-142.

ROEDEL, Luísa de A. O Silêncio do Corpo: Intersexualidade invisibilizada no Cemitério Bonfim. Revista de Arqueologia: Especial: Crítica Feminista e Arqueologia, v. 30, n. 2, p. 71 – 85, 12 dez 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.24885/sab.v20i2.545>. Acesso em: 15 jan. 2024.

ROSA, Edna Teresinha da. A relação das áreas de cemitérios públicos com o crescimento urbano. 2003. 112 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

SANTOS, Rone. Do governo pastoral à governamentalidade: crítica da razão política em Michel Foucault. Poros, Uberlândia: Faculdade Católica de Uberlândia, v.1, n.2, p.12-25, 2009.

SEGATO, Laura R. La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad de Juarez. In: SOLANO, Xochitl Levy; ICAZA, Rosalba (Org.). En tiempos de muerte: cuerpos, rebeldía, resistencias. Buenos Aires: Cooperativa Editorial Retos. CLACSO. Institute of Social Studies. p. 67 - 85, 2019.

SEGATO, Rita. Contra-pedagogías de la crueldad. 1. ed. Buenos Aires: Prometeo, 2018.

SEGATO, Rita. Las estructuras elementares de la violencia: ensaios sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. 3a ed revisada. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : Prometeo Libros, 2021.

SILVA, Adriana. MORAIS, Ricardo. As teorias da soberania: Uma análise a partir de Foucault. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.12, n.1, 1º quadrimestre de 2017. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rdp/article/view/10410/5827> - ISSN 1920-7791. Acesso em: 02 jan. 2024.

SILVA, Lucia H. P., Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga: um capítulo da história da ocupação da Baixada Fluminense. Revista UNIABEU Belford Roxo V.9 Número 21 JANEIRO-ABRIL, 2016.

SILVA, Reginaldo O. Morte Impune, Luto Proibido: Vida Nua e Vida Precária em Giorgio Agamben e Judith Butler. Trans/Form/Ação, Marília, v. 43, n. 3, p. 339-360, Jul./Set., 2020

SILVA, Weverson B. “Lembre de mim”: Um Olhar Antropológico Sobre o Dia Dos Mortos no Cemitério Senhor da Boa Sentença em João Pessoa/PB. 2019. 90 p. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal da Paraíba, UFPB, João Pessoa, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/16083/1/WBS26092019.pdf>

SOUZA ALVES, José Cláudio; MENDONÇA PINTO, Nalayne. Flujos, dinámica del crimen y conflictos territoriales en la Baixada Fluminense: la violencia como instrumento de orden territorial, político y económico. Delito y Sociedad. Universidad Nacional del Litoral, Argentina. Semestral núm. 54, e0069, 2022.

SOUZA, Marlúcia Santos de; RIBEIRO, Simone Orlando. Memórias Ancestrais no Norte e Oeste das Cercanias da Guanabara: No Tempo das Conchas e da Jacutinga. In: Revista Pilares da História. Ano 20. No 19. Junho de 2021. P.37-45.

TAUSSIG, Michael. Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem: um estudo sobre o terror e a cura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

TELES, Janaína. A Vala Clandestina de Perus: Entre o Passado e o Presente. Revista InSURgência, v. 4, n.1, 2018, p. 300 – 341.

TELES, V.S.; HIRATA, D.V. “Cidade e Práticas Urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito”, Revista de Estudos Avançados, USP, n. 61:173-192. 2007.

TURNER, Victor. Floresta de Símbolos: Aspectos do Ritual Ndembu. 1 ed. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2007. 488 p.

URIBE, Maria Victoria. "Los fantasmas no inquietan nunca a las cosas muertas": entre el terror y el desaliento en Colombia. Revista M., Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 92-102, jan./jun. 2018.

VOLPATO, Luiza. Quilombos do Mato Grosso – Resistência Negra em Área de Fronteira. In: Liberdade Por Um Fio: Histórias dos Quilombos no Brasil. REIS, João; GOMES, Flávio (org). 2º Ed. São Paulo: Cia. Das Letras, 1996, 509 p.

WILLIS, Graham D. Keep The Bones Alive: Missing People and The Search for Life in Brazil. 1º Ed. University of California Press. California, 2021. 214 p.